

# RELATÓRIO E CONTAS

2018



A 7.29









## ÍNDICE

Mens	sagem do Presidente	4
Natu	reza do Relatório	7
i. (	Grupo Metropolitano de Lisboa	8
1.	Perfil da organização	8
2.	Missão, Visão e Valores	10
3.	Órgãos Sociais	12
4.	Políticas e Mecanismos de Gestão	14
ii. A	Atividade do Metropolitano de Lisboa	17
1.	Enquadramento Macroeconómico	17
2.	Serviço de Transporte de Passageiros	27
3.	Outras Atividades	33
4.	ODS do ML	39
5.	Gestão do Risco	40
6.	Estratégia e Perspetivas	42
iii.	O Desempenho	44
1.	Capital Financeiro	44
2.	Capital Humano	58
3.	Capital Intelectual	64
4.	Capital Social	65
5.	Capital Natural	70
iv.	Proposta de Aplicação de Resultados	72
v. A	Anexos	73
1.	Cumprimento de Orientações Legais	73
2.	Demonstrações Financeiras e Respetivos Anexos (Contas Individuais)	86
3.	Demonstrações Financeiras e Respetivos Anexos (Contas Consolidadas)	140
4.	Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do Art.º 245 do CVM	205
5.	Indicadores e Tabela GRI	206
6.	Análise de Materialidade e Limites do Relato	225
1.	Glossário	229
11.	Siglas e Acrónimos	232

















## Mensagem do Presidente

O Relatório Integrado do grupo Metro refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e das empresas por si detidas - Ferconsult, Metrocom, TREM e TREM II - bem como os resultados obtidos no ano de 2018.

Em 2018, o Metropolitano de Lisboa concretizou a retoma do investimento na infraestrutura, o incremento de recuperação do material circulante e prosseguiu o reforço do quadro do pessoal e a orientação da atividade da empresa mais focada no Cliente, tendo-se verificado, ainda, uma melhoria progressiva do desempenho do Metropolitano de Lisboa e um consequente aumento da qualidade do serviço prestado pela empresa.

Como mais relevante de todos os Investimentos projetados o ML lançou, a 26 de setembro, o concurso que designou de projeto de Modernização da rede do Metropolitano de Lisboa referente à substituição do atual sistema de sinalização ferroviário por um sistema CBTC - Communications-Based Train Control.

Realce-se que este ambicioso projeto vem alterar um sistema com mais de 40 anos, tecnicamente desatualizado, obsoleto e descontinuado no seu fabrico, que vai ser substituído por um sistema com os desenvolvimentos tecnológicos mais atualizados e adequado às exigências da empresa, condição essencial para as necessidades atuais e futuras em matéria de qualidade, fiabilidade e de segurança do serviço prestado.

O Metropolitano de Lisboa, por via do concurso já referido, pretende, ainda, adquirir 14 novas unidades triplas (conjuntos de 3 carruagens), bem com a adaptação de 70 unidade triplas existentes ao novo sistema de sinalização (CBTC).

E na linha de investimentos prioritários e em paralelo com o projeto de Modernização deram-se passos significativos no projeto da Expansão da rede prosseguindo os trabalhos relativos ao prolongamento Rato - Cais do Sodré que culminaram com o lançamento, já em janeiro de 2019, do concurso para a Construção dos Toscos dos Lotes Rato — Santos e Santos — Cais do Sodré, no âmbito do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa - Prolongamento das Linhas Amarela e Verde - Rato - Cais do Sodré.

Ao nível do material circulante, o Metropolitano de Lisboa lançou, em março de 2018, o procedimento para a aquisição e instalação de um sistema de acionamento elétrico para as portas de passageiros do material circulante da série ML90 e a completa revisão dos sistemas de abertura das restantes séries.

De salientar, igualmente, o início da concretização do projeto de adjudicação da renovação do Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas (SSIT), efetuado em maio e o lançamento do procedimento para a aquisição e instalação de equipamento para o sistema de videovigilância-CITV- das Linhas Azul, Amarela, Verde e Vermelha e Sistemas de Deteção de Descida à Via, realizado em outubro.

No que concerne à modernização e ao refrescamento da atual infraestrutura, deu-se continuidade à empreitada de remodelação da estação Arroios, com o objetivo de proceder ao alargamento do cais para comportar seis carruagens, tendo-se, ainda, procedido, ao início da requalificação e da modernização de algumas das estações, designadamente no tocante a iluminação, limpeza, refrescamento e melhoria de equipamentos, da sinalética e das acessibilidades, sendo, a este propósito, de salientar a conclusão da instalação de elevador exterior na estação Roma, a substituição de dois lances de escadas mecânicas na estação Baixa-Chiado, o lançamento do procedimento para a estação Colégio Militar, a revisão do projeto para a estação Areeiro e, ainda, a substituição do elevador de superfície da estação Rato, entre outras.

Na sequência do projeto de renovação e da melhoria das condições de acessibilidades da rede, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu, ainda, a implementação do plano que prevê, até 2022, a passagem das atuais 38 estações com acessibilidade plena para 50 estações.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa iniciou o investimento, durante o ano de 2018, dos sistemas que vão garantir, a curto prazo, o incremento da informação ao cliente, tendo, também, apostado no desenvolvimento das bases para uma futura alteração muito significativa do sistema de bilhética, o qual terá impactos relevantes na melhoria e na facilidade de acesso dos clientes à nossa rede.

Paralelamente procurou-se internamente dar seguimento à implementação de medidas que consolidem a robustez da gestão nomeadamente pela criação sistemas de controlo internos entre os quais salientamos a criação de ferramentas de apoio à Contratação, ao *Compliance*, à implementação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados e ao início da atualização da base informática SAP.

Respondendo às necessidades de reforço do efetivo verificadas em 2018, o Metropolitano de Lisboa reforçou, também, o quadro de pessoal, através da admissão de 17 Oficiais para a área da Manutenção (dos quais 10 são novos Oficiais e 7 são para substituição de trabalhadores saídos em 2018), tendo, ainda, obtido autorização para a admissão de 20 Agentes de Tráfego e de 10 Oficiais para a Manutenção a concretizar em 2019. As contratações em causa foram efetuadas com base no disposto sobre esta matéria no Plano de Atividades e Orçamento de 2018 do Metropolitano de Lisboa, a coberto da permissão da tutela financeira para o efeito.

A nível da gestão do capital humano cumpre, ainda, salientar, a continuidade desenvolvida pela empresa na valorização da contratação coletiva como instrumento indispensável à promoção da paz social.

Por outro lado, o Metropolitano de Lisboa prosseguiu, em 2018, as suas medidas, com vista ao aumento da eficiência energética, alinhadas com o compromisso da mobilidade sustentável, nomeadamente em termos de adequação da oferta à procura, tendo desenvolvido um conjunto de alterações tecnológicas para sistemas mais eficientes, designadamente ao nível da iluminação e do sistema de ventilação. Das medidas implementadas resultou uma melhoria da eficiência energética em 4,2%. Para o ano de 2019 está prevista a continuação da implementação de novos projetos de poupança de energia, bem como o lançamento de projeto de produção de energia com recurso a sistemas fotovoltaicos.

Na área do património não afeto à operação foram dados passos significativos para a rentabilização do vasto património do ML nomeadamente no referente aos terrenos do PMO I de Sete Rios.

Relativamente à Ferconsult, a sua atividade manteve-se focada em prestar serviços diretamente ao seu acionista, assegurando os compromissos assumidos dos projetos nacionais e internacionais que se encontram em curso.

Neste contexto, em 2018, a empresa, no âmbito da sua atividade, concretizou os estudos e as fases de projeto necessários para o lançamento, pelo Metropolitano de Lisboa, do concurso para a conceção/construção dos toscos da extensão Rato /Cais do Sodré, tendo prestado o apoio necessário à concretização das empreitadas das estações Arroios e Areeiro.

A Ferconsult manteve, ainda, a exportação de serviços de engenharia para os mercados argelino e brasileiro, dando seguimento aos contratos existentes.

No tocante à Metrocom, esta empresa prosseguiu, em 2018, a sua atividade, maximizando a rentabilização das áreas comerciais do Metropolitano de Lisboa, procurando aumentar o número de espaços disponíveis para os nossos clientes e fomentando a melhoria da imagem das áreas comerciais, em termos de dinâmicas e atratividade, contribuindo proativamente para uma consequente imagem positiva das estações da rede do Metropolitano de Lisboa, assim como da sua marca. Com um aumento de receitas e do espaço ocupado em 2018, adaptou-se às novas tendências de mercado e procurou novos modelos de negócio para ocupação de novos espaços em estação.

Os projetos acima descritos e as restantes alterações de procedimentos e as inovações introduzidas no ano transato nas empresas do Grupo e descritas no presente relatório representam, sem dúvida, um salto qualitativo para a







Trem, A.C.E.



sustentabilidade futura do Metropolitano de Lisboa, dando um contributo efetivo para a melhoria da qualidade de vida, da mobilidade e da competitividade da cidade e da AML.

Em 2019 continuaremos empenhados em reforçar o papel do Metropolitano de Lisboa enquanto operador e agente estruturante da mobilidade na cidade contribuindo indiscutivelmente para a construção de um futuro melhor para Lisboa.

Um agradecimento é, também, devido a todos aqueles que, ao serviço da empresa ou com ela colaborando, contribuem diariamente para fazer do Metropolitano de Lisboa uma empresa de referência, fundamental para viabilizar uma mobilidade mais sustentável na área metropolitana de Lisboa.

Por último, é devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento da empresa.

Lisboa, 24 de junho de 2019

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Hy H. J Drugue de fut











## Natureza do Relatório

O presente Relatório de Gestão Consolidado engloba a informação das Empresas do Grupo Metropolitano de Lisboa (ML), de acordo com as Diretrizes do IIRC – *Internacional Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para o Relato Integrado), no referente à estratégia, à gestão e ao desempenho dos principais vetores de negócio da Empresa. Adicionalmente, contém informação sobre a Governação, as demonstrações financeiras e o desempenho das principais dimensões da sustentabilidade.

O presente Relatório (de natureza anual) contém informação financeira e não financeira do Grupo ML, referente ao ano de 2018. No entanto, são apresentados dados relativos a anos anteriores para possibilitar a análise da evolução verificada.

Inserido numa economia global e que se pretende cada vez mais sustentável, o grande objetivo deste relatório é melhorar a perceção que os *stakeholders* têm relativamente ao desempenho do ML e das empresas com capital por si totalmente detido.

A informação aqui apresentada procura traduzir o empenho, a dedicação e o esforço contínuo que o Metropolitano de Lisboa, a Ferconsult e a Metrocom têm na implementação contínua de medidas que potenciem a criação de valor, traduzida numa melhor prestação de serviço público, e a mobilidade sustentável.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia.

A informação não financeira foi elaborada, pelo segundo ano consecutivo, de acordo com as diretrizes do GRI Standards. De referir que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a verificação externa, tendo, no entanto, sido dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

De acordo com as orientações da AA1000 Stakeholder Engagement Standard 2011 foram identificadas as partes interessadas, ou seja, todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela atividade do Metropolitano de Lisboa, da Ferconsult e da Metrocom, tanto no presente como no futuro. Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com quem estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores e reformados, fornecedores e tutela) foi feita uma análise do impacto da atividade destas empresas de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.



Ilustração 1 - Stakeholders do Grupo Metro





And To

## GRUPO METROPOLITANO DE LISBOA

## Perfil da organização

O Metropolitano de Lisboa foi fundado em 26 de Janeiro de 1948 como Sociedade Anónima e, após vários estudos levados a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, no primeiro dia do mês de agosto de 1955 tiveram início as obras de construção da rede.

A inauguração oficial foi a 29 de Dezembro de 1959 e no dia seguinte a abertura ao público. A rede do Metropolitano de Lisboa tinha, então, somente 6,5 km de extensão e 11 estações, com términos em Sete Rios (hoje Jardim Zoológico), Entre Campos e Restauradores.

Chegou ao Rossio em 1963, aos Anjos em 1966 e a Alvalade em 1972. Desde essa data e até 1987, apenas se ampliaram os cais das estações para comportarem composições até seis carruagens.

Em 1975, o Metropolitano de Lisboa foi nacionalizado e três anos depois, em 1978, constituído como Empresa Pública, passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa, E.P..

A expansão da cidade exigiu um novo crescimento da rede e, em Outubro de 1988, foram inauguradas as estações Laranjeiras, Alto dos Moinhos, Colégio Militar/Luz e Cidade Universitária. A estação de correspondência Campo Grande viria a abrir em 1993.

Em 1995, com a desconexão do "Y" da Rotunda (atualmente denominada Marquês de Pombal) que permitiu a criação de duas linhas independentes, iniciou-se a concretização de um vasto plano de expansão de rede, cujos desenvolvimentos mais significativos se concretizaram em 1997 com a abertura das estações Carnide e Pontinha e 1998 com a abertura das estações Cais do Sodré, Baixa-Chiado e da linha Vermelha, ligando a Alameda à estação Oriente e integrando sete novas estações.

Em 2004, a abertura ao público dos prolongamentos da linha Amarela entre o Campo Grande e Odivelas e da linha Azul entre Pontinha e Amadora Este, num total de sete novas estações, constituiu um marco histórico para o Metropolitano de Lisboa que, pela primeira vez em 45 anos de vida, saiu do concelho de Lisboa em direção aos concelhos de Odivelas e Amadora, implantando-se em zonas de elevada densidade populacional e possibilitando deslocações rápidas e tranquilas.

A 26 de julho de 2009, assume a sua atual denominação como Entidade Pública Empresarial, Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e, em agosto desse mesmo ano, prolonga a linha Vermelha da Alameda a S. Sebastião, cruzando as linhas Amarela (em Saldanha) e a linha Azul (em S. Sebastião), prolongamento estratégico para a diminuição dos tempos de percurso e diversas possibilidades de percursos.

Na segunda década do século XXI, ocorreram as duas últimas expansões da rede, com a abertura da estação Aeroporto em 2012 e o prolongamento à Reboleira em 2016.

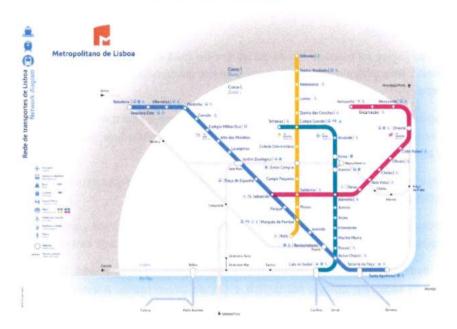
Atualmente o Metropolitano de Lisboa, dispõe de uma rede composta por 4 linhas independentes, 44,5 km de extensão, 56 estações (6 são estações duplas e de correspondência) e serve cerca de 169 milhões de passageiros por ano (dados 2018).

Operando em Lisboa e concelhos limítrofes, dispõe de estações de correspondência com outros operadores de transporte coletivo (CP, Transtejo / Soflusa e Fertagus), melhorando assim a mobilidade e contribuindo para uma maior eficiência das ligações no sistema de transportes, numa ótica de procura e de criação de soluções intermodais, promovendo estilos de vida saudáveis e desempenhando um papel fundamental na facilitação da Mobilidade Urbana e Sustentável.



8 (7.)

Ilustração 2 - Diagrama de rede



O Grupo Metro é formado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais exerce uma posição acionista de controlo.

Assim, o Metro detém a totalidade do capital da subsidiária Ferconsult, S.A. - Projetos e Engenharia de Transportes, empresa especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

O Metro detém direta e indiretamente, através da sua participada Ferconsult, uma participação de 50% do capital da empresa Ensitrans, A.E.I.E. (Agrupamento de Engenharia e Sistemas de Transporte), cujo objeto principal consiste no desenvolvimento de estudos e projetos. Da mesma forma, o Metro detém uma participação na TREM, ACE e na TREM II, ACE de 100% do capital das empresas, cujo objeto principal consiste na aquisição e locação de equipamento ferroviário para o ML.

O Metro detém ainda participações no capital da Metrocom, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais (100%), da Publimetro, S.A. (40%), empresa para exploração publicitária de meios, nos veículos e espaços Metro, e na OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas – 14,3%), cujo objeto principal é o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto.

Importa salientar que, a Otlis é responsável pelo Sistema VIVA, prestando serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte, sendo um agrupamento detido em partes iguais pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Companhia Carris de Ferro, S.A., CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Transtejo/Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..





## 2. Missão, Visão e Valores

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma entidade com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.

A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas integralmente pelo Metropolitano de Lisboa.

O "Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente" foi aprovado pela Deliberação n.º 1416182, de 15 de novembro de 2018, que autorizou a integração dos Sistemas de Gestão do Metropolitano de Lisboa e da Ferconsult e a sua extensão à Metrocom.

O referido Manual é um documento onde são definidas as diretrizes do "sistema de gestão" do Grupo Metro, bem como são enunciadas as principiais linhas orientadoras referentes à Missão, Visão e Valores.

#### Missão

Prestar um Serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano onde se insere a exploração, construção e gestão da infraestrutura incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

#### Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

## **Valores**

- Responsabilidade económica, social e ambiental como empresa sustentável e promotora da sustentabilidade.
- Rigor e transparência do ponto de vista da ética e dos comportamentos quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência com respeito pelas suas partes interessadas.
- Qualidade e segurança na prestação do serviço.

O Metro assume a sua missão com os seus clientes no cumprimento da "Carta do Cliente" na qual a empresa assume os seguintes compromissos:







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



#### **CARTA DO CLIENTE**

## I. Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondem às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que correspondam eficazmente à procura existente.

## II. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações, em permanente colaboração com as forças da autoridade.

## III. Regularidade:

Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação, seja por fatores externos.

## IV. Informação e apoio ao cliente:

Disponibilizar de uma forma clara, percetível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

#### V. Disponibilidade dos equipamentos:

Assegurar que os equipamentos existentes nas estações, designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso, se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

#### VI. Limpeza e conservação:

Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente, vistoriados e limpos.

## VII. Recursos humanos:

Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança, conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

## VIII. Acessibilidade:

Assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum motivo, reduzida, em colaboração com as entidades competentes. Neste âmbito, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidade nas estações ainda não preparadas para o efeito.

## IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

Grupo ML





May

## Órgãos Sociais

Conselho de Administração nomeado pela RCM n.º 16/2017, de 16 de janeiro, exclusivo para o ML, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017:

Ilustração 3 - Organograma

#### Estruturas Estatutárias Conselho Fiscal Conselho de Administração Conselho Consultivo Estrutura Autónoma Estruturas de Missão Encarregado de **Provedor do Cliente** Grupo para a inovação Proteção de Dados Estruturas de Apoio Gabinete de Auditoria Gabinete Jurídico e Gabinete de Valorização Gabinete da Secretaria Interna (GAI) Contencioso (GJC) do Património (GVP) Geral (GSG) **Estruturas Corporativas Diretor Coordenador** Direção de Direção de Ambiente e Direção de Logística Direção de Tecnologias Empreendimentos (DEM) Qualidade (DAQ) de Informação (DTI) (DLO) Direção para a Expansão Direção de Capital Direção de Segurança e Direção Financeira (DFI) da Rede (DER) Vigilância (DSV) Humano (DCH) **Estruturas Operacionais** Direção de Manutenção Direção de Operações Direção de Clientes (DCL) (DMT) (DOP) **Empresas Participadas** Ferconsult, S.A. Metrocom, S.A. Publimetro, S.A. Otlis, ACE TREM, ACE TREM II, ACE **ENSITRANS A.E.I.E.** ML 90% 100% 100% 14,3% ML 90% ML 5% 40% Ferconsult 10% Ferconsult 10% Ferconsult 45%









## Quadro 1 - Identificação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa

Mandato Início - Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2017-2019	Presidente	Eng. <sup>9</sup> Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE - Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional - Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Grupo para a Inovação (GPI) Gabinete da Secretaria Geral (GSG) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) Gabinete de Valorização do Património (GVP Direção de Tecnologias de Informação (DTI)
2017-2019	Vogal	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	- Mestrado em Gestão - Universidade Lusiada de Lisboa - Licenciatura em Gestão - Universidade Lusiada de Lisboa	Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) Direção de Operação (DOP)
2017-2019	Vogal	Eng. <sup>2</sup> Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	- Doutoramento - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Mestrado - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; - Pós-Graduação - Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães - Licenciatura em Engenharia Civil - Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Grupo para a Expansão da Rede (GER) Direção de Segurança e Vigilância (DSV) Direção de Ambiente e Qualidade (DAQ) Direção de Empreendimentos (DEM) Direção de Manutenção (DMT)
2017-2019	Vogal	Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis (*)	Doutorando em Gestão Empresarial Aplicada (Doctor of Business Administration) - ISCTE-IUL, Business School (desde 2007); Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-empresariais - Faculdade de Direito de Coimbra (1995); Licenciatura em Direito - Universidade de Coimbra (1990); Pós-graduaçãoes: Regulação Pública - CEDIPRE-FD Coimbra; Direito Industrial - APDI-FD Lisboa; Finanças Empresariais - AESE, Escola de Direção e Negócios; Contratação Pública - CEDIPRE-FD, Coimbra; Programas de estudos superiores; "Direito dos Negócios", no Institut des Droit des Affaires - Université d'Aix-Marseille; "Regulação Económica" - P.A.I. e Bath School of Management; "IME", Kennedy School of Government - Harvard University.MBA	Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC) Direção de Logística (DLO) Direção de Capital Humano (DCH)

<sup>(\*)</sup> O Dr. Rui Dinis renúciou ao cargo com efeitos a 21/04/2018 - Deliberação CA n.º 1325274.

## Quadro 2 - Identificação do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa

Mandato	Three or in		Designação		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (1)	Data	
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	

<sup>(1)</sup> De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

## Quadro 3 - Identificação do Revisor Oficial de Contas do Metropolitano de Lisboa

Property Co.	NO.	Identificação SROC/ROC				Designação	لما اختلاله	- N.º de anos de	N.º de anos de
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato	funções exercidas no grupo	funções exercidas na sociedade
2015 2017	SROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:	74	20161409	Despacho	18/03/2015	18/03/2015	3	
2015-2017	<b>ROC Efetivo</b>	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240	Despacifo	10/03/2013	10/05/2013	-	
	<b>ROC Suplente</b>	Dr. Abilio Ançã Henriques	413	20160121					

(1) Apesar do fim de mandato, o ROC manteve-se em funções no exercício em análise.







Trem, A.C.E. Trem 11, A.C.E.



<sup>(2)</sup> O 1.º mandato do Dr. José Carlos Pereira Nunes foi cumprido como vogal efetivo.

## Políticas e Mecanismos de Gestão

#### Modelo de Governo

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas e o Conselho Consultivo, nos termos dos Estatutos da Empresa.

#### 1. Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes (cf. n.º 1 do artigo 4º dos seus Estatutos).

O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, para o mandato 2017-2019, foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2017 (D.R. 1.ª série – n.º 11, de 16 de janeiro de 2017). Os atuais membros do Conselho de Administração entraram em funções a 1 de janeiro de 2017.

## 2. Conselho Fiscal

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, a fiscalização é constituída por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não seja membro daquele órgão. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente (cf. n.º 2 do artigo 13º).

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes (cf. n.º 3 do artigo 13.º).

O Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, para o mandato 2017-2019, foi nomeado por Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado Adjuntos de Tesouro e Finanças (SETF) e do Ambiente (SEAMB), de 11 de janeiro de 2017.

## 3. Revisor Oficial de Contas

De acordo com o n.º 3 do artigo 14.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, compete ao revisor oficial de contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe sirvam de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., ou pela empresa recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Metropolitano de Lisboa,
   E.P.E., conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- e) Participar nas reuniões do conselho fiscal, quando convocado pelo seu presidente.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. 14 (.)

## Conselho Consultivo

A existência do Conselho está prevista nos Estatutos do ML mas não foi efetuada a sua nomeação.

#### Estatuto Remuneratório

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, cujos efeitos foram prorrogados para o ano de 2017 pelo artigo 134.º, alínea o), do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março.

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro determina no seu ponto 1 que "A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro", acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a. Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b. O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
- c. Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€.

O estatuto remuneratório dos elementos do Conselho Fiscal, designado para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11-01-2017.

A remuneração anual ilíquida do Revisor Oficial de Contas é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o METRO e a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 18 de março de 2015, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## Política de Gestão

- A satisfação do cliente como objetivo central Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expetativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas.
- Uma liderança empenhada e comprometida Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos.
- Responsabilidades partilhadas e claramente definidas Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas.







Trens, A.C.E. Trens II, A.C.E.



- 4. **O envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores** Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados.
- 5. A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados Identificando os processos chave da cadeia de valor, e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão.
- 6. A melhoria contínua do desempenho Através de um Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria.
- 7. **A tomada de decisões de forma sustentada** Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos.
- 8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua com vantagens para ambas as partes.
- 9. A gestão dos impactes ambientais Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos e maximizando os impactes ambientais positivos.
- 10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere para a organização de novos requisitos.
- 11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores soluções no mercado, verificar da sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementa-las sempre que adequado.

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E.

(m)

## II. ATIVIDADE DO METROPOLITANO DE LISBOA

## Enquadramento Macroeconómico<sup>1</sup>

A economia portuguesa registou, em 2018, um crescimento real de 2,1%, convergindo face à área do euro (1,8%), resultante do contributo positivo da procura interna (2,8 p.p.) e do valor negativo da procura externa líquida (0,7 p.p.). A expansão da economia assentou num processo de ajustamento macroeconómico, designadamente na vertente de redução do endividamento dos vários setores da economia e na maior abertura da economia ao exterior, que se refletiu no crescimento do emprego.

Em linha com o observado na área do euro, esta expansão tem sido mais gradual do que em ciclos anteriores. O rendimento real apenas em 2018 ultrapassou o valor em que se encontrava uma década antes.

Em Portugal, e apesar do crescimento, verificou-se uma desaceleração face ao ano anterior. Observou-se uma menor participação da procura interna no crescimento, em especial do investimento (FBCF), o qual cresceu 4,4% (9,2% em 2017), parcialmente compensado pela aceleração do crescimento do consumo das famílias e das administrações públicas: 2,5% e 0,8%, respetivamente (2,3% e 0,2% em 2017).

As importações evidenciaram um perfil de desaceleração, mas menos vincado do que as exportações.

O ano de 2018 deu continuidade à tendência de descida da taxa de desemprego, situando-se esta em fevereiro de 2019 em 6,3%, o nível mais baixo desde 2002. De destacar a diminuição considerável do desemprego de longa-duração (-29,8% em 2018, que compara com -25,2% no ano precedente), que fez com que o rácio entre desempregados de longa-duração e a população desempregada diminuísse para 51,1% (57,5% em 2017). O emprego cresceu 2,3% (3,3% em 2017), acima da média histórica (0,4%), e superior à média da área do euro em 2018 (1,5%). Já a população ativa aumentou pelo segundo ano consecutivo

A política orçamental em Portugal manteve uma orientação globalmente neutra ao longo desta fase de expansão da economia e a política monetária do Banco Central Europeu continuou a fornecer um enquadramento favorável às economias da área do euro, nomeadamente através do programa alargado de compra de ativos e da orientação quanto à evolução futura das taxas de juro.

## ANÁLISE AO CONTEXTO EXTERNO

A análise anual ao contexto externo, elaborada em sede de relatório integrado, é feita de acordo com a metodologia PESTAL, ou seja, a análise é elaborada para os seguintes vetores:

- Política
- Económica
- Social
- Tecnológica
- Ambiental
- Legal

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Programa de Estabilidade 2019-2023 – Ministério das Finanças (12 de abril de 2019)











#### POLÍTICA

## "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável"

Em setembro de 2015, na Cimeira das Nações Unidas foi aprovada a Resolução A/RES/70/1 com o título supra, estando a mesma em vigor desde 2016. Esta Agenda assente em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a alcançar até 2030 (ver Anexo), por todos os 193 países, onde Portugal também esteve presente.

Ainda que todos concorram para um objetivo comum, as ações da Agenda 2030 e dos ODS baseiam-se em cinco eixos de atuação, também denominados por 5 Ps:

- Pessoas promover um mundo onde todos os indivíduos desfrutem de ambientes saudáveis e vivam com dignidade e igualdade;
- Prosperidade fomentar a prosperidade dos indivíduos, bem como da Natureza;
- Planeta proteger o Planeta através de produção e consumo sustentáveis, utilizando os recursos de forma responsável;
- Paz construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas;
- Parcerias alcançar os objetivos através de um espírito de solidariedade, com a participação de diversas entidades), que, em conjunto, possibilitarão a erradicação da pobreza e o alcance de um desenvolvimento sustentável através da saúde, educação, proteção do ambiente, paz e justiça.

Ficou a cargo de cada país a priorização dos ODS a incorporar nas políticas e ações, a desenvolver no plano nacional e regional.

#### COP21 - Acordo de Paris

Em dezembro de 2015, na COP 21<sup>2</sup> em Paris, foi assinado o **Acordo de Paris**, em alinhamento com o **ODS 13 – Ação Climática**, que visou estabelecer um plano de ação, a iniciar em 2020, com vista a limitar o aquecimento global

## Portugal e a Agenda 2030

O Governo português definiu como prioridades estratégicas³, na implementação da Agenda 2030, os seguintes ODS:

- ODS4 Educação de Qualidade Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e
  promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- ODS5 Igualdade de género Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- ODS9 Indústria, Inovação e Infraestruturas Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS10 Reduzir as Desigualdades Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
- ODS13 Ação Climática Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS14 Proteger a Vida Marinha Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O "Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" foi apresentado ao Fórum Político das Nações Unidas, realizado na sede da ONU, em 18 de julho de 2017.







Trem, A.C.E.



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> 21.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, realizada em Paris.

## Roteiro para a neutralidade carbónica - RNC2050

Em novembro de 2016, na COP22<sup>4</sup> em Marraquexe, o Primeiro-ministro de Portugal comprometeu-se com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para que o balanço entre os gases que emitimos e aqueles que são removidos ou capturados da atmosfera (por exemplo, aquando da fixação de carbono na fase de crescimento das árvores) seja nulo em 2050. A este objetivo deu-se o nome de "neutralidade carbónica", uma vez que o dióxido de carbono é o gás de referência para a determinação do potencial de aquecimento global. Este objetivo está intrinsecamente ligado ao **ODS13 - Ação Climática**.

Em janeiro de 2018 foi feito o lançamento do "Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050", onde o ML esteve presente, tendo sido apresentados cinco Grupos Setoriais, a saber:

- Grupo 1 Energia
- Grupo 2 Transportes e mobilidade
- Grupo 3 Resíduos
- Grupo 4 Agricultura e florestas
- Grupo 5 Economia circular

No dia 4 de dezembro de 2018 foi apresentado publicamente pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética o Roteiro para a neutralidade carbónica tendo entrado, de seguida, em fase de consulta pública.

## Em síntese

A nível global, vivemos um momento onde nunca como agora, as questões ambientais estão na ordem do dia, existindo toda uma política global de promoção do transporte público, sobretudo o movido a energia elétrica.

## II. ECONÓMICA

Após uma situação de crise, a economia nacional está a crescer o que induz o aumento do emprego e da necessidade de mobilidade dos cidadãos.

Simultaneamente, em Portugal e especialmente em Lisboa, vive-se um momento áureo do turismo, mantendo-se a tendência de crescimento no setor.

A procura do transporte público mantém assim a sua tendência crescente, tendo-se verificado em 2018 um aumento de 5%.

Para além do aumento da procura, o impacto do turismo traz ainda dois outros pontos positivos: o cliente turista atenua a disparidade da procura entre as horas de ponta e as horas de vazio e entre dias úteis e fins-de-semana, na medida em que as suas necessidades de mobilidade são distintas dos movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-escola.

Também a nível da receita existe um incremento adicional, aumentando a receita média por passageiro.km em cerca de 5% em 2018, dado o tipo de títulos utilizados.

<sup>4 22</sup>ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2016, realizada em Marraquexe.







Trem, A.C.E.

(m)

19

#### III. SOCIAL

As consequências das alterações climáticas, bem como, a procura por um estilo de vida mais saudável, a que se juntam novas tendências da economia, como a *sharing economy*, podem vir a trazer um forte impacto no Metropolitano de Lisboa.

Por um lado, é uma oportunidade na medida que é crescente a pressão social para o uso de soluções de mobilidade mais amigas do ambiente. Por outro, a tendência social, especialmente, nas novas gerações para conceitos como o de "não posse", ou seja, a partilha de recursos da comunidade, pode induzir o aumento do uso do transporte público, criando igualmente outras formas de mobilidade alicerçadas na tecnologia, como o car sharing ou bike sharing.

De igual forma, os modos suave, como as trotinetes e bicicletas têm vindo a ganhar adeptos e são uma opção para certo segmento de clientes em deslocações curtas ou o denominado *last mile*.

#### IV. TECNOLÓGICA

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção.

Assim, apareceram novas plataformas de promoção da mobilidade, como a "UBER", a "Cabify" ou a TeleTaxi, que têm vindo a conquistar quota de mercado antes cativo dos táxis tradicionais. As *Apps* para *smartphones* generalizaram-se e servem não apenas de suporte para modelos de mobilidade partilhada, como o *car sharing* ou o *bike sharing*, mas também servem de suporte para informação em tempo real para os modos de transporte dito tradicionais, como o ML.

Também ao nível da bilhética, soluções de aquisição de títulos de transporte por multibanco, telemóvel ou online serão cada vez mais frequentes sendo obrigatório, ao ML, a integração destas novas tecnologias.

Noutro quadrante, a evolução tecnológica tem vindo a permitir evoluções relevantes ao nível da eficiência energética, permitindo a otimização da gestão de recursos naturais.

## V. AMBIENTAL

As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequências de fenómenos extremos, sejam eles de seca, de chuva torrencial ou de ciclones.

O Metropolitano de Lisboa possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos, ainda que haja uma preocupação permanente face aos risos de inundação. No entanto, para além da influência direta, estes fenómenos podem vir a tornar mais escassos os recursos essenciais, quer na energia elétrica, quer ao nível da água, implicando uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos naturais.

Também ao nível dos materiais utilizados, a preocupação com a sua redução e o aumento de materiais recicláveis tornou-se um imperativo. Desta forma, introduziram-se um conjunto de medidas como a substituição de garrafas de plástico por vidro, a substituição de copos de plástico por copos de papel ou a redução do consumo de impressões em papel passaram a ser obrigações do ML.







Trem, A.C.E. Trem II. A.C.E. 20 J.

#### VI. LEGAL

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornarse mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte.

Ao nível da proteção de dados, a legislação que entrou em vigor em 2018, criou novos desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. O ML passou a dispor de um DPO e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, tendencialmente irá exigir um maior rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado.

Apesar disso, a existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a Empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

#### ANÁLISE AO CONTEXTO INTERNO

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

- Organização
- Processos
- Recursos Humanos
- Recursos Materiais
- Recursos Financeiros
- Infraestrutura

## ORGANIZAÇÃO

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da Empresa.

Desde então, tirando ligeiros ajustes de pormenor, esta estrutura organizativa tem-se mantido estável, tendo vindo a demonstrar estar adequada ao propósito e aos objetivos estabelecidos pelo ML, para o corrente mandato (ver Organograma na página 12).

Refira-se a propósito que o ano de 2018 foi o segundo ano, desde 2012, de total autonomia organizativa do ML como Empresa.

## II. PROCESSOS

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidas e documentadas, entre outros, nos Manuais de Processo.

Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais e sustentadas pelo conhecimento e acompanhamento por via do benchmarking de organizações internacionais, como a UITP, a Alamys ou o NOVA, leva a que os processos de trabalho







Jan D



sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes. Tal não significa que a procura da melhoria contínua não se mantenha enquanto desiderato da organização e não traga os seus resultados.

As alterações aos processos decorrem basicamente por duas vias:

- Alterações legislativas ou regulamentares que obrigam a introduzir alterações nos métodos de trabalho; e,
- Alterações tecnológicas que permitem ganhos de eficiência com a adoção de novas tecnologias.

#### III. RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos, de uma forma geral, existem as competências necessárias para a realização das atividades previstas.

A elevada idade média dos trabalhadores do ML, situação transversal às diferentes categorias profissionais, mas particularmente crítica em área com competências específicas associadas ao Sistema Metro, constitui uma dificuldade identificada, cuja resolução assenta numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, que permitirá a adequada transferência de conhecimentos e experiências profissionais e também a atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem sobre as novas tecnologias presentes na atual realizada de expansão e modernização do ML.

Em 2018 deu-se início ao recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção que permitam procurar caminhar para a reposição do efetivo ajustado à nova realidade operacional do ML. Foram admitidos 10 novos colaboradores para reforçarem as equipas de manutenção e foi ainda possível rejuvenescer o quadro de efetivos com a substituição de 10 trabalhadores que saíram definitivamente da Empresa.

O absentismo continua a ser o problema mais impactante na Empresa, ao nível dos recursos humanos dada a escassez de recursos.

#### IV. RECURSOS MATERIAIS

Em 2018 foi possível repor o normal funcionamento do processo aquisitivo em termos de peças sobressalentes para a direção de manutenção alavancando, desta forma, a recuperação da manutenção em atraso. A nova plataforma de contratação pública que entrou em funcionamento no segundo semestre de 2018 melhorou o controlo interno sobre todo este processo, permitindo recuperar atrasos e diminuir os tempos de processo fundamentais no contexto de recuperação já referido.

Também a problemática relativa a fornecedores únicos foi analisada tendo sido feito um esforço de *procurement*, com sucesso, de encontrar fornecedores alternativos.

## V. RECURSOS FINANCEIROS

Em 2018, e tal como já verificado em 2017, os rendimentos operacionais foram superiores aos gastos operacionais.

Devido aos encargos associados à dívida histórica, o ML não consegue replicar esta condição nos restantes resultados.

Contudo, o acionista tem assegurado os meios para o pagamento atempado das obrigações financeiras, quer através de dotações de capital quer através da autorização para endividamento junto do Tesouro.





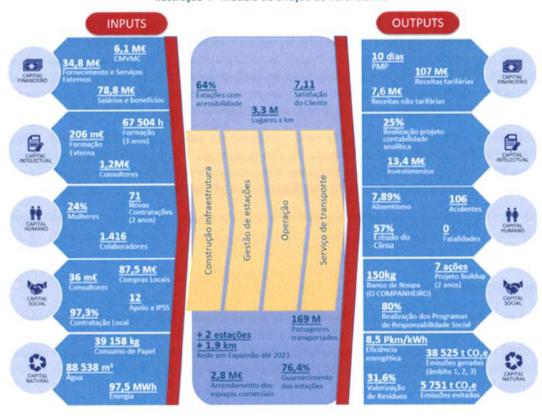
## VI. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura é algo essencial para o cumprimento da missão do ML, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado.

As atividades de manutenção, grandes intervenções e corrente, garantem o funcionamento dessa mesma infraestrutura, prolongando a sua vida útil.

## Posição na Cadeia de Valor:

Ilustração 4 - Modelo de Criação de Valor do ML









Trem, A.C.E. Trem It, A.C.E.



## Destaques do ano / Factos Relevantes

A atividade comercial do ML centrou-se fundamentalmente na resposta à consolidação da tendência de crescimento da procura que se tem verificado nos últimos anos, nomeadamente pelo crescimento do turismo (motor de alavancagem económica da cidade e do País), centrando a sua atividade na melhoria do serviço prestado aos seus clientes.

Em paralelo reforçaram-se as parcerias com *players* estratégicos, através da implementação de novos projetos geradores de receitas complementares, potenciadores de uma mobilidade mais sustentada e ajustada aos desejos dos nossos clientes.

No âmbito das ações desenvolvidas em 2018, destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada no serviço prestado ao cliente:

- Tendo em conta a preocupação do ML em aumentar a disponibilidade de material circulante, com impacto direto
  na melhoria da prestação do serviço de transporte, 2018 foi o ano decisivo na recuperação de carruagens que se
  encontravam imobilizadas, nomeadamente na reposição em serviço de 26 unidades triplas de um conjunto de
  30 anteriormente imobilizadas (por inexistência de materiais de manutenção em armazém), de uma frota de 111
  unidades triplas;
- Certificação do sistema de faturação da rede de vendas, Máquinas Automáticas e Semiautomáticas, em cumprimento do estabelecido na Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho, e consequente emissão de faturas com nome do cliente e NIF;
- Disponibilização de rampas de acesso a instalar nos cais de todas as estações providas de elevadores, de modo a suprir as dificuldades sentidas, pelos clientes utilizadores de cadeiras de rodas, na transposição entre os cais de embarque e os comboios;
- Lançamento de um sistema de pagamento por voucher, durante a realização do evento Web Summit em Lisboa.
   Do ponto de vista do cliente permitiu uma maior comodidade de utilização, visto chegar a Portugal já com o título comprado acelerando desta forma os processos de compra/carregamento;
- Disponibilização de um meio de pagamento digital (referências multibanco) para pagamento de coimas pelos clientes autuados, facilitando assim o pagamento voluntário das mesmas, de acordo com a legislação em vigor;
- Reforço do sistema de sinalética na estação Rossio de encaminhamento para a estação Rossio da CP;
- Desenvolvimento dos trabalhos visando a implementação, no início de 2019, do Programa de Desfibrilhação Automática Externa (PDAE) em 32 estações da rede ML, com a consequente formação de cerca de 300 Operacionais de DAE no decurso de 2018;
- Preparação do processo de Implementação do novo tarifário, com a consequente reorganização dos serviços de venda e pós venda do ML.

De salientar ainda que, em 2018, foram feitos planos de oferta especiais, nomeadamente prolongando o período de funcionamento, para acomodar os picos de procura originados pelo Festival da Eurovisão, pela Noite de Santo António, pelo Rock in Rio, pelo Web Summit e pela Noite de Ano Novo.

A reposição da condição da operacionalidade das composições imobilizadas, em simultâneo com a necessidade de manutenção contínua dos equipamentos, obrigou a um esforço muito significativo de toda a organização da equipa de manutenção, permitindo alcançar os objetivos a que se propôs.

Ao nível da manutenção das infraestruturas, releva-se a estabilidade geral de desempenho da infraestrutura principal, quer na disponibilidade como na fiabilidade do serviço, com valores médios superiores ao estabelecido no Sistema de Gestão de Qualidade e do Ambiente.







Trem, A.C.E.



Foram retomados projetos de investimento estratégico para a manutenção e reforço das condições de operação, monitorização e controlo da rede, designadamente a renovação do sistema de videovigilância centralizada de estações, renovação de sistema SCADA de supervisão e comando centralizado de equipamentos de estação e a renovação de componentes do sistema de bilhética e controlo de acessos. Ao nível do material circulante, e tendo em conta a melhoria da segurança do passageiro, foram desenvolvidos projetos de revisão geral ou renovação dos acionamentos de portas já obsoletos.

Ao nível da melhoria da segurança do passageiro, foi desenvolvido um plano de ação conjunta com Regimento de Sapadores Bombeiros, com simulacros e exercícios semanais nas estações, com o objetivo de treinar a estrutura de Emergência da Rede na emissão de Alarme, Alerta e receção aos meios de socorro nas estações.

Destacam-se ainda as seguintes ações:

- Participação em conjunto com a CP (Comboios de Portugal), IP (Infraestruturas de Portugal) e forças policiais de 7 países europeus, num exercício da RAILPOL de transporte de claque de futebol;
- Realização de campanha de segurança de alerta aos clientes, com a colaboração da DSTP Divisão de Segurança aos Transportes Públicos da PSP.

Há ainda a evidenciar a elaboração das Condições Gerais de transporte do Metropolitano de Lisboa, o qual passará pela primeira vez na sua história a ter um Regulamento próprio.

No que respeita às obras realizadas na rede do ML há a destacar as seguintes:

- Ampliação do cais da Estação de Arroios: continuação do desenvolvimento da empreitada em ritmo inferior ao previsto o que resultou na rescisão do contrato já em 2019;
- Reabilitação dos viadutos da Linha Vermelha, entre Olaias e Bela Vista, e da Linha Amarela, entre o Senhor Roubado e Odivelas, bem como no Término desta estação, que implicou um investimento de 3,1 milhões euros;
- Upgrade de comunicações do CTC (Comando de Tráfego Centralizado) da linha Verde por IP (Internet Protocol), no valor 150 mil euros, que contribui para a modernização da infraestrutura de comunicações da rede do ML:
- Ao abrigo das garantias de obra, foram ainda realizados trabalhos significativos de reparações nas estações e troços do prolongamento Oriente /Aeroporto;
- Reabilitação dos acessos à estação Restauradores e dos átrios Sul e Norte da estação dos Anjos;
- Recuperação do acesso ao parque de estacionamento da estação Sete Rios.

Complementarmente, foram lançados os procedimentos de contratação pública para as empreitadas de reparação das patologias estruturais e modernização das escadas mecânicas da Estação Olivais e para a instalação de elevadores e reparação das patologias estruturais da estação Colégio Militar, obras cujo investimento rondará os 5,3 milhões de euros e com execução em 2019.

Quanto ao Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa, durante o ano de 2018 foram elaborados os procedimentos de contratação do projeto designado por Modernização e que incluiu a substituição do sistema de Sinalização do ML em três das quatro linhas (Azul, Amarela e Verde) designado por CBTC- *Computer Based Train Control* bem como a aquisição de 14 novas UT (Unidades Triplas) e recondicionamento de 70 UT existentes. Por via da RCM n.º 107 de 30 de agosto, foi ainda possível em 2018 lançar o Concurso Público Internacional, o que veio a suceder em 25 de setembro.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. Change Son

Em paralelo com o projeto de Modernização o ML continuou a desenvolver o projeto de Expansão das Linhas Amarela e Verde com o projeto de ligação da estação Rato à estação Cais do Sodré. O ano 2018 constitui um marco importante no avanço do mesmo, dado ter sido autorizada, em Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2018, de 13 de dezembro, a despesa relativa a este prolongamento da rede ML. Ainda em 2018, foram elaboradas todas as peças de Procedimento para o Concurso com Prévia Qualificação da empreitada de conceção/construção de toscos.

Em termos de desenvolvimento de tecnologias de informação há a destacar:

- Implementação no SAP dos módulos financeiros, compras e de gestão documental (DMS) para a participada Ferconsult;
- Desmaterialização de regularizações no sistema de assiduidade que possibilitou a regularização da assiduidade online e implementação de um sistema de alertas para chefias, um importante passo na redução de consumo de papel.

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. Partimos do pressuposto que são as nossas pessoas que permitem que sejamos o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa, pelo que orientamos as políticas de desenvolvimento para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social.

Reconhecemos a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro.

Assim, no âmbito da gestão do capital humano, destaca-se o reforço do quadro de pessoal, com especial relevo para as áreas de gestão das estações e de manutenção, com a admissão de 10 novos Oficiais de Manutenção em 2018. Foi igualmente possível, nos termos do despacho de aprovação do PAO 2018, rejuvenescer o quadro de pessoal com a substituição de 10 saídas definitivas por reforma. Sublinhamos ainda, a autorização havida, em dezembro de 2018, para a contratação de mais 30 trabalhadores para reforço das equipas das estações e da manutenção.

Em 2018 foi ainda possível consolidar o Plano de Reorganização da Ferconsult, nomeadamente no que respeita à mobilização de quadros para dar resposta ao plano de expansão da rede e à integração dos seus serviços corporativos na estrutura do Metropolitano, potenciando a otimização de recursos, gerando mais-valias organizativas, uniformidade de procedimentos e a utilização de sistemas.

Ao nível do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) do ML, é de destacar:

- Integração do Sistema de Gestão Integrado da Ferconsult, S.A. com o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente do Grupo Metro;
- Integração da Metrocom, S.A. no Sistema de Gestão Global do Grupo Metro;
- Remoção da totalidade do fibrocimento contendo amianto existente nas coberturas do PMO II;
- Início da implementação da medida PPEC de otimização do sistema de ventilação do Metro, tendo-se concluído a primeira empreitada referente à instalação de variadores de velocidade em todos os ventiladores que ainda não possuíam.



26 May ...

## 2. Servico de Transporte de Passageiros

#### **PROCURA**

A procura no exercício de 2018 caracterizou-se pela continuidade da tendência de crescimento, verificada ao longo dos últimos anos.

Este comportamento da procura foi influenciado por diversos acontecimentos de ordem interna e externa ao ML, dos quais destacamos:

- Festival Rock in Rio de 2018: o ML prolongou o seu horário de funcionamento em todas as linhas, até às 03:00 horas:
- Noite de St.º António, festa da cidade de Lisboa: a rede do Metro esteve aberta ininterruptamente toda a noite;
- Noite de passagem de ano: algumas linhas e estações do ML funcionaram toda a noite;
- A extensão do desconto de 25% a todos os estudantes do ensino superior, a partir do mês de setembro de 2018;
- O permanente aumento da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.
- Este último item, crescimento da mobilidade na AML, poderá ser justificado, em grande medida, pelos seguintes fatores:
- Redução da taxa de desemprego, que se cifrou em 7,0%, menos 1,9 p.p., face a 2017<sup>5</sup>;
- Aumento do turismo, quer na AML, quer na cidade de Lisboa, traduzido pelo acréscimo de +9,0% de passageiros desembarcados no Aeroporto de Lisboa<sup>5</sup> no decorrer do ano de 2018.

A conjugação dos diversos elementos atrás descritos contribuiu para a entrada de novos passageiros no sistema, sendo que o impacto na procura se traduziu num acréscimo de +4,7% no total de passageiros transportados, ou seja, o Metro transportou cerca de 8 milhões de passageiros a mais, quando comparado com o ano de 2017.

Quadro 4 - Evolução do n.º de passageiros transportados

		2018	2017	2016	Var. 2018/17	
Passageiros		2018	2017	2010	Abs.	%
Títulos ocasionais	103	45 077	43 582	41 809	1 495	3,43
Bilhete Viagem Carris   Metro	10 <sup>3</sup>	22 178	21 843	20 867	336	1,54
Zapping	10 <sup>3</sup>	15 746	14 633	14 256	1 113	7,61
Outros títulos ocasionais	10 <sup>3</sup>	7 154	7 107	6 687	46	0,65
Passes	103	107 907	103 238	98 197	4 669	4,52
Navegante urbano	10 <sup>3</sup>	47 148	45 836	43 538	1 312	2,86
Navegante rede	10 <sup>3</sup>	10 536	9 418	8 296	1 118	11,87
Intermodais	10 <sup>3</sup>	22 159	20 246	17 088	1913	9,45
Combinados	10 <sup>3</sup>	28 064	27 738	29 275	326	1,18
Total com títulos pagos	10 <sup>3</sup>	152 984	146 820	140 007	6 164	4,20
Transporte gratuito e fraude	10 <sup>3</sup>	16 166	14 670	13 184	1 496	10,20
Total transportados	10 <sup>3</sup>	169 150	161 490	153 191	7 660	4,74
Percurso médio por passageiro	km	4,867	4,816	4,799	0,051	1,06
Passageiro x km transportados	10 <sup>3</sup>	823 308	777 684	735 161	45 624	5,87

Nota: Devido ao processo de migração dos equipamentos de fiscalização, que se encontrou em curso no ano de 2017, os dados referentes à fraude de fevereiro a dezembro foram estimados com base na fraude detetada no período homólogo de 2015.

<sup>5</sup> Fonte: INE







Trem, A.C.E.

#### Receita

Relativamente à receita tarifária de 2018, fruto do aumento da procura, verificou-se um acréscimo de +4,8% face a 2017, sendo este mais expressivo ao nível dos passes (+5,1%).

Para este crescimento contribuíram os seguintes fatores:

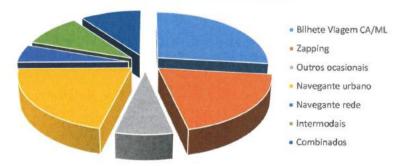
- Aumentos tarifários, em janeiro de 2018, de 1,4% nos títulos Intermodais e 2,0% nos restantes títulos;
- O acréscimo das quantidades de títulos vendidos devido a novos clientes no sistema.

Nos últimos anos, a receita dos Títulos Ocasionais tem vindo a apresentar acréscimos superiores aos verificados nos Passes. Em 2018, esta tendência deixou de se verificar, uma vez que, os títulos Ocasionais cresceram +4,7%, enquanto a receita dos Passes aumentou +5,1%. O aumento mais significativo da procura referente a passes, justifica esta inversão da tendência que vinha sendo observada.

Quadro 5 - Evolução das receitas de transporte

Receitas de títulos de transporte		2018	2017		Var. 2018	/17
(sem IVA)		2016	2017	2016 —	Abs.	%
Títulos ocasionais	10³€	55 651	53 178	48 470	2 473	4,7
Bilhete Viagem Carris   Metro	10³€	27 622	27 198	24 785	425	1,6
Zapping	10³€	20 558	18 990	17 529	1 568	8,3
Outros títulos ocasionais *	10³€	7 471	6 990	6 155	481	6,9
Passes	10³€	47 977	45 664	44 224	2 313	5,1
Navegante urbano	10³€	21 748	21 101	21 203	646	3,1
Navegante rede	10³€	5 589	4 979	4 469	611	12,3
Intermodais	10³€	10 220	9 467	8 199	754	8,0
Combinados	10³€	10 420	10 117	10 353	303	3,0
Total das receitas	10³€	103 629	98 842	92 693	4 786	4,8
Comparticipações 4-18 / sub23 / social +	10³€	3 152	2 408	2 116	744	30,9
Total das receitas com comparticipação	10³€	106 781	101 250	94 809	5 530	5,5

Gráfico 1 - Receitas acumuladas - 2018



A receita não tarifária apurada em 2018, fruto dos negócios geridos pela área comercial, incluindo contratos permanentes, totalizou cerca de 7,8 milhões de euros.



28

Os negócios relativos à rentabilização do património alocado às estações e subconcessões dos espaços comerciais e dos meios publicitários, contribuíram com cerca de 3,5 milhões de euros. As receitas obtidas com a venda de cartões, serviços associados e comissões de venda representaram 4,2 milhões de euros.

No conjunto dos referidos no parágrafo anterior há que destacar as subconcessões dos espaços comerciais (Metrocom) e dos meios publicitários (Publimetro) que em 2018 geraram em conjunto cerca de 3,1 milhões de euros.

O aluguer de espaços temporários e o aluguer de fibra ótica atingiram um valor próximo dos 445 mil euros, incluindose nesta última o contrato com as três operadoras de telecomunicações para cobertura de rede móvel e o aluguer de fibra ótica com a GoWi-Fi, empresa que garante presentemente o sinal Wi-Fi nos cais das estações.

Com impacto menos significativo nas receitas mas beneficiando a imagem do Metropolitano de Lisboa e a dinamização das suas estações, manteve-se o esforço na angariação de eventos e filmagens para a sua infraestrutura, bem como no apoio logístico para os principais eventos da cidade.

Em 2018 destacaram-se a realização de vários eventos de empresas incluindo algumas produções fotográficas realizadas em várias estações da rede do ML. Destaque ainda para os trabalhos de *design*, produção e implementação da exposição fotográfica em Bruxelas dos principais projetos financiados pelo Programa Operacional Valorização do Território (POVT) no Continente, Açores e Madeira, os trabalhos de design e supervisão da implementação da APP da Transporlis e também a continuidade da parceria comercial com o Maratona Clube de Portugal, que visa o transporte dos participantes das corridas EDP Maratona de Lisboa, Mini Maratona Vodafone, EDP Lisboa a Mulher e a Vida e EDP Grande Prémio de Natal.

Em 2018 o ML personalizou cerca de 165.000 cartões Lisboa Viva, dos quais 67% urgentes, conforme o quadro seguinte:

Quadro 6 - Produção de cartões Lisboa Viva

Prod	ução cartõe	s LV	Transtejo	Carris	Metro	TOTAL
	Normal		1.710	11.468	31.256	44.434
10 dias	4_18		29	1.143	2.562	3.734
	Sub23		49	765	2.734	3.548
		Total	1.788	13.376	36.552	51.716
Urgentes	Normal		0	16.330	67.922	84.252
	4_18		0	2.911	5.816	8.727
	Sub23		0	3.038	14.292	17.330
		Total	0	22.279	88.030	110.309
Portal Viva	1		13	107	218	338
Trabalhado	ores		0	1.209	918	2.127
		TOTAL	1.801	36.971	125.718	164.490



(h) 29

## **OFERTA**

O aumento de oferta em 2018 esteve condicionado pela indisponibilidade de material circulante devido a imobilização para manutenção programada durante parte significativa do ano transato. Com o aumento da taxa de disponibilidade da frota no último trimestre do ano foi possível aumentar a oferta, designadamente na hora de ponta da manhã das linhas Azul e Amarela, acompanhando assim o aumento da procura verificado ao longo de 2018.

Quadro 7 - Evolução da Oferta

Evolução da oferta		2018	2017	2016* -	Var. 2018/17		
(serviço público)	de.	2018	2018 2017		Abs.	%	
Carruagens x km							
Linha Azul	10 <sup>3</sup>	8 599	8 485	8 331	114	1,34	
Linha Amarela	10 <sup>3</sup>	5 961	5 939	6 124	22	0,37	
Linha Verde	10 <sup>3</sup>	5 269	4 285	3 451	984	22,96	
Linha Vermelha	10 <sup>3</sup>	6 124	6 116	5 813	8	0,13	
Total	10 <sup>3</sup>	25 953	24 825	23 719	1 128	4,54	
Lugares x km							
Linha Azul	10 <sup>3</sup>	1 100 706	1 086 061	1 066 419	14 645	1,35	
Linha Amarela	10 <sup>3</sup>	762 982	760 229	783 808	2 753	0,36	
Linha Verde	10 <sup>3</sup>	674 480	548 525	441 777	125 955	22,96	
Linha Vermelha	10 <sup>3</sup>	783 892	782 808	744 104	1 084	0,14	
Total	10 <sup>3</sup>	3 322 060	3 177 623	3 036 108	144 437	4,55	
Circulações						Part St	
Linha Azul	n.º	114 347	111 222	111 761	3 125	2,81	
Linha Amarela	n.º	115 020	112 819	114 794	2 201	1,95	
Linha Verde	n.º	115 924	121 234	127 629	(5 310)	(4,38)	
Linha Vermelha	n.º	110 064	107 186	107 576	2 878	2,69	
Total	n.º	455 355	452 461	461 760	2 894	0,64	

<sup>\*</sup> Os valores de 2016 contêm um ligeiro ajustamento face ao constante no Relatório e Contas de 2016.

A taxa de realização de circulações de comboio planeadas foi de 98,31% em 2018, tendo aumentado 1,88 p.p. em relação a 2017 devido à maior disponibilidade de material circulante.

Quadro 8 - Taxa de realização

		2018	2017	2016	Var. 2018/17
Taxa de realização de lug	ares x km	86.850			RELEGI
Linha Azul	%	105,46	94,58	106,73	10,88 p.p.
Linha Amarela	%	100,30	102,85	99,72	(2,55) p.p.
Linha Verde	%	102,73	90,84	62,55	11,89 p.p.
Linha Vermelha	%	106,62	88,09	106,84	18,53 p.p.
Na rede	%	103,94	94,31	95,25	9,63 p.p.
Taxa de realização de circ	ulações	STREET			
Linha Azul	%	98,04	104,75	97,53	(6,71) p.p.
Linha Amarela	%	98,20	105,03	96,45	(6,83) p.p.
Linha Verde	%	98,09	105,16	103,86	(7,07) p.p.
Linha Vermelha	%	98,93	102,56	97,44	(3,63) p.p.
Na rede	%	98,31	104,41	98,90	(6,10) p.p.







## MANUTENÇÃO

O ano de 2018 foi caracterizado pela consistente subida dos valores de disponibilidade do material circulante. No final desse período, a disponibilidade atingiu valores próximos do objetivo de qualidade (90%), condição de operação que não ocorria desde finais de 2015.

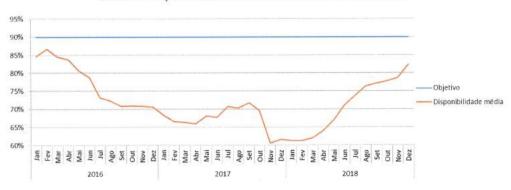


Gráfico 2 - Disponibilidade média mensal do material circulante

A fiabilidade do material circulante mantem uma tendência de decrescimento desde Maio de 2016, embora com previsão da sua estabilização. A figura seguinte representa a evolução da fiabilidade (MKBF – mean kilometers between failures) medida em quilómetros percorridos entre qualquer falha da composição, quer tenha ou não consequência no seu serviço comercial.

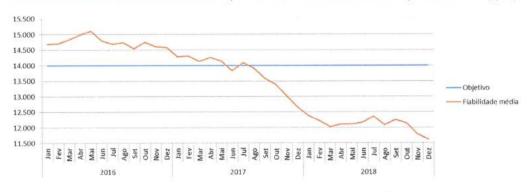


Gráfico 3 - Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média 12 meses) (km)

Mais expressivo do impacto da fiabilidade na operação diária, o intervalo médio entre falhas com supressão de comboios revelou ao longo de 2018 uma tendência positiva. No final do período de análise, a fiabilidade média (com supressão de comboios) foi de 41.471 km.



Gráfico 4 - Fiabilidade de material circulante, considerando ocorrências com supressão de comboios (média móvel 12 meses)



Ma 31

## Desempenho operacional da infraestrutura principal

No ano de 2018 foi verificado um comportamento regular da infraestrutura principal, em linha com o histórico de anos anteriores e em consonância com os objetivos estabelecidos para o sistema de gestão de qualidade.

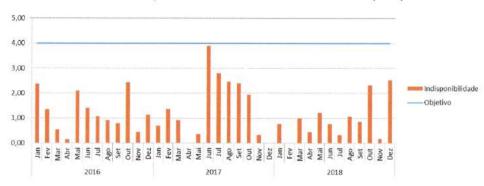


Gráfico 5 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal

A fiabilidade da infraestrutura principal mantêm valores estabilizados acima do objetivo estabelecido para o sistema de gestão de qualidade. A figura seguinte representa a evolução da fiabilidade (MTBF – mean time between failures) medida em horas de utilização a infraestrutura principal entre qualquer falha com perturbação da circulação de comboios.

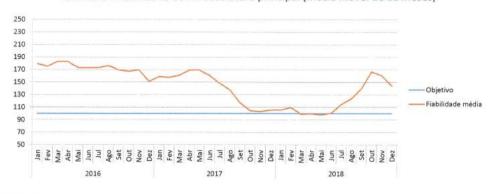


Gráfico 6 - Fiabilidade de infraestrutura principal (média móvel de 12 meses)

## **INFRAESTRUTURA**

No que respeita às intervenções realizadas em 2018, que contribuíram para a dinamização e melhoria da qualidade do serviço de transporte de passageiros, são de referir as seguintes: a colocação ao serviço do elevador cais/átrio/superfície da estação Roma, dotando assim esta estação de plena acessibilidade, bem como a modernização das escadas mecânicas 7 e 8 da estação Baixa-Chiado, no âmbito do programa para a substituição de todas as escadas do acesso ao Largo do Chiado, que decorrerá também nos próximo anos.



32 (A)

## 3. Outras Atividades

## **METROCOM**

A Metrocom, S.A. explora em regime de concessão em exclusividade, a promoção e comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do metropolitano de Lisboa, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do metropolitano.

O ano de 2018 traduziu-se por um aumento significativo dos passageiros transportados na rede de metro, que comparativamente com o seu período homólogo representou um crescimento de cerca de 5%, ou seja um total de 169 M de clientes transportados. A evolução desta procura contribuiu, também, para um aumento da atratividade dos espaços comerciais disponíveis na rede de estações com reflexo na atividade comercial dos lojistas, que aliado a uma dinâmica proactiva da Metrocom junto do mercado, permitiu alavancar a performance comercial positiva da Metrocom, que terminou esse ano com um crescimento da sua faturação de cerca de 6%, correspondendo a 2,8 M€.

O período em análise fica também marcado pelo êxito na ocupação de determinados espaços comerciais na Linha Vermelha, menos atrativos, fruto de uma política de contínua prospeção comercial no mercado, o que garantiu uma melhoria da imagem das estações e aumento das receitas para a organização.

De acordo com a necessidade de revitalização do negócio e adaptação às novas tendências de mercado, deu-se início ao reposicionamento da marca Metrocom através do desenvolvimento de um novo logótipo, com a designação "Metrocom, Lojas no Metro".

Em 31 de dezembro de 2018 o total do ativo da Metrocom ascendia a 3.678.866€, representando um acréscimo de cerca de 3,5% em relação a 2017.

Na mesma data, o capital próprio e o passivo totalizavam, respetivamente, 3.004.247€ e 674.619€.

No exercício de 2018, a Metrocom apurou um resultado líquido positivo de 132.491€.

## **FERCONSULT**

A FERCONSULT S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional desde 1991. A empresa tem como acionista único o METROPOLITANO LISBOA, E.P.E.

Participa, ainda, como membro em diversas associações nacionais e internacionais tais como a APPC (Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores), o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil),

A mais relevante e substancial parte da atividade da Ferconsult foi dedicada em trabalhos para o seu acionista, Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sobretudo no âmbito do novo contrato celebrado em 2018.

Foi celebrado com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o contrato para Aquisição de Serviços para execução do Anteprojeto da ligação das linhas verde e amarela, Rato – Cais do Sodré e viadutos do Campo Grande – linha circular.

No âmbito deste contrato foram elaborados os estudos e as fases projetos necessárias à coordenação e interação de todas as disciplinas, o que permitiu o lançamento de concurso da parte civil da expansão do Rato ao Cais Sodré integrando o Lote 1 — Término do Rato/Topo Norte da Estação Santos e o Lote 2 — Estação Santos/Cais do Sodré, incluindo-se ainda a preparação de todas as peças do procedimento para o lançamento do concurso.







Trem, A.C.E.

33 (In)

No que respeita ao trabalho prestado para o seu acionista, a Ferconsult deu continuidade aos serviços contratados relativos à remodelação das estações de Arroios e Areeiro bem como ao estudo de análise de viabilidade do prolongamento da linha vermelha do ML entre São Sebastião e Campo de Ourique.

No referente aos contratos Internacionais na Argélia e no Brasil e tendo presente as necessidades de apoio de projeto do seu acionista foram desenvolvidos contactos com parceiros e entidades adjudicatárias dos vários projetos no sentido de procurar trespassar a participação da Ferconsult aos seus parceiros e/ou de procurar acelerar os contratos em vias de finalização.

Em 31 de dezembro de 2018 o total do ativo da Ferconsult ascendia a 3.992.991€, representando um decréscimo de cerca de -35,2% em relação a 2017.

Na mesma data, o capital próprio e o passivo totalizavam, respetivamente, -837.014 e 4.830.005€.

No exercício de 2018, a Ferconsult apurou um resultado líquido negativo de -3.094.616€.

#### **TRFM**

O TREM – Aluguer de Material Circulante, ACE (TREM) foi constituído em 2 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

A 29 de dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

- 1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
- 2) Ferconsult Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

Em 31 de dezembro de 2018 o total do ativo do TREM ascendia a 1.881.583,46€, representando um decréscimo de cerca de 21,13% em relação a 2017.

Na mesma data, o capital próprio e o passivo totalizavam, respetivamente, 53.091.752,56€ (negativo) e 54.973.336,02€.

No exercício de 2018, o TREM apurou um resultado líquido positivo de 2.677.740,97€.

## TREM II

O TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.

Em 2015 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8.º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.







Trem, A.C.E.

34

A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento é composto pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., com a participação no capital de 90%, e pela Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A., com uma contribuição de 10%.

Em 31 de dezembro de 2018 o total do ativo do TREM II ascendia a 5.363.261,58€, representando um decréscimo de cerca de 16,49% em relação a 2017.

Na mesma data, o capital próprio e o passivo totalizavam, respetivamente, 122.979.028,10€ (negativo) e 128.342.289,68€.

No exercício de 2018, o TREM II apurou um resultado líquido positivo de 5.095.453,25€.









A 35

# Principais indicadores:

Quadro 9 - Indicadores de Atividade - Metropolitano de Lisboa

INDICADORES DE ATIVIDADE		2018	2017	2016	Var. 2018/2017	
	-			2010	Abs	%
ndicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	10 <sup>3</sup>	169 150	161 490	153 191	7 660	4,7
PKT (Passageiros x km)	10 <sup>3</sup>	823 308	777 684	735 161	45 624	5,9
ndicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 <sup>6</sup>	3 322	3 178	3 039	144	4,5
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	98,3	96,4	97,1		1,9 p
Taxa de Ocupação	%	24,8	24,5	24,2		0,3 p.
NDICADORES DE RH						
№ de efetivos a 31.Dez	Un.	1 416	1 408	1 363	8	0,6
Número médio de efetivos	Un.	1 414	1 397	1 369	.17	1,2
Massa Salarial	m€	55 156	49 812	44 741	5 344	10,7
Indemnizações por Rescisão	m€	180	62	372	118	188,9
STRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	2 543,8	2 368,6	2 176,5	175,2	7,4
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	-	0,0 p
ITUAÇÃO PATRIMONIAL			CONTRACT.			MARINE.
Ativo não corrente	M€	5 309,6	5 235,5	5 229,1	74,1	1,4
Ativo corrente	M€	68,0	77,2	77,9	(9,3)	(12,0)
Total Ativo	M€	5 377,6	5 312,8	5 307,0	5,8	1,2
Capital Próprio	M€	741,8	603,3	412,6	138,5	23,0
Passivo	M€	4 635,8	4 709,5	4 894,4	(73,7)	(1,6)
Total Capital Próprio e Passivo	N PERSONAL PROPERTY AND PERSONAL PROPERTY AN	5 377,6	5 312,8	5 307,0	5,8	1,2
NVESTIMENTOS	M€					
Infraestruturas de Longa Duração	M€	11,3	2,2	5,2	9,1	419,6
Outros Investimentos	M€	2,1	2,8	0,2	-0,7	(23,7)
DESPESA DE INVESTIMENTO	<b>MANAGEMENT</b>	13,4	5,0	5,4	(0,5)	170,6
IDICADORES DE ESTRUTURA	M€				(0,0)	1,0,0
Passivo Remunerado	M€	3 780	3 441	3 487	339,0	9,9
Autonomia Financeira %	%	13,79	11,36	7,77	333,0	
Solvabilidade %	%	16,00	12,81	8,43		2,4 p.
IDICADORES FINANCEIROS	M€	10,00	12,01	0,43		3,2 p.
Prazo médio de pagamentos (PMP)	STATE OF THE PARTY OF	12	10	22	(7)	( 26.0)
Volume de Negócios	Dias M€		19		(7)	( 36,8)
and produced a contract of the		114,5	109,4	101,2	5,1	4,7
EBITDA (corrigido) 1 *	M€	(5,21)	0,38	(3,18)	(5,59)	(1476,0)
Margem do EBITDA (corrigido)	%	(4,55)	0,35	(3,14)		(4,9) p.
Rendimentos Operacionais (corrigidos) 4	M€	115,58	114,16	106,30	1,42	1,2
Gastos Operacionais (corrigidos) <sup>3</sup>	M€	120,79	118,39	105,04	2,40	2,0
Gastos Operacionais (corrigidos) por Passageiro Transportado	€	0,71	0,73	0,69	(0,02)	(2,6)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	95,69	96,43	101,20		( 0,7) p.

<sup>1)</sup> Exclui as rubricas infra identificadas nas notas 2) e 3)

<sup>\*</sup> Os valores de 2017 e 2016 foram reexpressos para serem comparáveis com 2018







<sup>2)</sup> Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

<sup>3)</sup> Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações

Quadro 10 - Indicadores de Atividade - Ferconsult

INDICADORES DE ATIVIDADE		2018	2017	2016	Var. 2018/2017	
		2018	2017	2016	Abs	%
NDICADORES DE PRODUÇÃO						
% Horas Trabalhadas Mercado Nacional	%	12,0	75,4	23,0	27	(63,4) p.p.
% Horas Trabalhadas Mercado Internacional	%	88,0	24,6	77,0		63,4 p.p.
ATIVIDADE COMERCIAL						
Volume Negócios Mercado Nacional	m€	1.748,0	753,6	498,0	994,4	994
Volume Negócios Mercado Internacional	m€	1.609,0	1.437,1	5.038,7	171,9	172
NDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º16/2012)1	Un.	50	64	81	(14)	(21,9)
Número médio de efetivos	Un.	54	70	82	(16)	(22,9)
Massa Salarial	m€	1 713	2 212	2 870	(499)	-499
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	m€	5 295,3	1 000,0	1 000,0	4 295,3	4.295
Cap. Social detido pelo ML	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	m€	3,4	309,8	1 101,3	( 306,4)	-306
Ativo corrente	m€	3 989,6	5 256,3	7 447,5	(1 266,8)	-1.267
Total Ativo	M€	3 993,0	5 566,2	8 548,8	(2 982,6)	(34,9)
Capital Próprio	m€	( 837,0)	( 2 456,1)	( 885,3)	1 619,1	1.619
Passivo	m€	4 830,0	8 201,7	9 434,2	(3 371,7)	-3.372
Total Capital Próprio e Passivo	m€	3 993,0	5 745,6	8 548,8	(2 803,2)	(32,8)
INDICADORES DE ESTRUTURA	m€					
Autonomia Financeira %	%	-21,0	-44,1	-8,9		23,2 p.p.
Solvabilidade %	%	-17,3	-29,9	-8,2	-	12,6 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS	m€	ALC: NO				CONTRACT OF STREET
Volume de Negócios	m€	3 357,1	2 190,7	5 536,7	1 166,4	1.166
EBITDA	m€	(3 085,3)	(1526,5)	(2142,4)	(1 558,9)	-1.559
Margem do EBITDA	%	(0,92)	(0,70)	(0,39)		( 0,2) p.p.
Rendimentos Operacionais	m€	3 667,8	2 673,5	5 613,8	994,3	994
Gastos Operacionais	m€	6 757,9	4 233,4	7 756,2	2 524,5	2.525
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (corrigidos)	%	54,27	63,15	72,38		( 8,9) p.p.

<sup>1)</sup> Conforme alinea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhadores colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superiror a 3 meses.







Quadro 11 - Indicadores de Atividade - Metrocom

INDICADORES DE ATIVIDADE	A SUNS	2018	2017	2016	Var. 20	18/2017
		2010	2017	2010	Abs	%
ATIVIDADE COMERCIAL						
Volume Negócios Linha Azul	m€	1 027	1 024	884	4	0,4
Volume Negócios Linha Amarela	m€	1 037	939	957	99	10,5
Volume Negócios Linha Verde	m€	179	170	158	9	5,
Volume Negócios Linha Vermelha	m€	599	557	523	43	7,6
INDICADORES DE RH						
Volume de Emprego (RCM n.º16/2012)*	Un.	5	5	6	0	0,0
Número médio de efetivos	Un.	5	5	5	0	0,0
Massa Salarial	m€	176	173	160	3	1,9
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	m€	750,0	750,0	750,0	0	0,0
Cap. Social detido pelo ML	%	100	100	100	-	0,0 p.p
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	m€	7,0	8,7	10,3	(2)	( 18,9
Ativo corrente	m€	3 671,8	3 5 4 6 , 4	3 660,5	125	3,5
Total Ativo	m€	3 678,9	3 555,1	3 670,8	123,8	3,5
Capital Próprio	m€	3 004,2	2 871,8	2 620,1	132	4,0
Passivo	m€	674,6	683,3	1 050,7	(9)	( 1,3
Total Capital Próprio e Passivo	M€	3 678,9	3 555,1	3 670,8	123,8	3,5
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Autonomia Financeira %	%	81,66	80,78	71,38		0,9 p.p
Solvabilidade %	%	445,33	420,28	249,37	873	25,0 p.p
NDICADORES FINANCEIROS						
Volume de Negócios	m€	2 842,4	2 688,5	2 521,8	154	5,7
EBITDA	m€	166,32	325,12	368,37	(159)	( 48,8
Margem do EBITDA	%	58,51	120,93	146,08	-	( 62,4) p.p
Rendimentos Operacionais	m€	2 953,6	2 802,8	2 616,4	151	5,
Gastos Operacionais	m€	2 788,9	2 479,3	2 249,4	310	12,
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	105,90	113,05	116,32		( 7,1) p.p

<sup>\*</sup>Os valores de 2016 e 2015 foram reexpressos dado não terem sido considerados 2 trabalhadores que têm uma avença com a entidade









### 4. ODS do ML

O Metropolitano de Lisboa, enquanto Empresa socialmente responsável e vocacionada para a promoção da Sustentabilidade, assume o seu compromisso para com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respetivas metas:

O Metropolitano de Lisboa assume publicamente o seu compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia 3 (três) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- ODS 5 Igualdade de Género: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestruturas: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- ODS 13 Ação Climática: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

#### Quadro 12 - Alinhamento das Atividades com os ODS

# ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS ODS do ML Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens 2018-2021; Subscrição da "Declaração sobre Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens no Setor dos Transportes Públicos"; Assinatura de adesão ao "Fórum de Empresas para a igualdade de género - o nosso compromisso". Expansão da rede do Metro entre o Rato e o Cais do Sodré (em curso). Plano de racionalização de energia para o PMO III (em curso); 13 AÇÃO CLIMÁTICA Transição de tecnologia dos sistemas de iluminação atuais para soluções energeticamente mais eficientes (em curso); Projetos "Redução de 25% no consumo de papel" e "Eliminação do uso de plástico descartável em Refeitório e Bares do ML" (aplicação da RCM 141/2018, de 26 de outubro).











#### Gestão do Risco

No final de 2018 foi elaborada a 5.ª edição do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)<sup>6</sup> do Metropolitano de Lisboa, que manteve a estrutura de apresentação e a tipologia de riscos adotada na edição anterior, dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009.

No PPRCIC são identificadas as Áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.

A metodologia seguida para a identificação dos riscos elencados no PPRCIC (que englobam a corrupção, conflitos de interesse, manipulação de informação e apropriação indevida de ativos) é a recomendada pela Association of Certified Fraud Examiners (ACFE) no "Fraud Risk Manual", adaptada à realidade do Metropolitano de Lisboa.

No ano de 2018 foi elaborado e devidamente publicitado o Relatório de Execução do PPRCIC referente ao ano de 2017.<sup>7</sup>

Incluindo os riscos relacionados com corrupção e infrações conexas, identificados no PPRCIC e referidos supra, elencaram-se no Plano de Anual de Auditoria para 2018 os processos que apresentavam um risco elevado, nomeadamente os seguintes:

- Segurança de Pessoas, Infraestruturas, Sistemas e outros Ativos (ameaça terrorista, sinistralidade, intrusão e acessos indevidos à rede e infraestruturas, apropriação indevida de ativos), com particular destaque para a segurança dos sistemas de informação (cibersegurança);
- 2. Manutenção de Infraestruturas e de material circulante (disponibilidade e fiabilidade);
- 3. Comercial (relação com o Cliente, receita e sistema de bilhética);
- Operação (cumprimento de planos de transporte, fiabilidade, pontualidade do transporte e articulação intermodal);
- 5. Económico-Financeiros (disponibilidade de recursos, controlo de custos e fiabilidade da informação);
- Compras (aquisições de bens/serviços, gestão de stocks e armazéns, gestão da relação com fornecedores e prestadores de serviços);
- 7. Empreendimentos (derrapagem de custos e prazos);
- 8. Recursos humanos (processamento salarial, absentismo, formação, perda de conhecimento);
- 9. Ambientais e fenómenos naturais ou imprevisíveis (planos de contingência);
- 10. Gestão, corrupção e fraude (transversal);
- 11. Compliance (transversal).

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/01/MetropolitanodeLisboa PPRCIC2018.pdf

<sup>7</sup>Disponível no site da Empresa, em:

https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/01/MetropolitanodeLisboa Relat PPRCIC2017.pdf







Trem, A.C.E.



<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Disponível no site da Empresa, em:

No ano de 2018, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria no Metropolitano de Lisboa:

- Auditoria aos fornecedores únicos no âmbito da manutenção;
- Auditoria aos fundos fixos de caixa;
- Auditoria aos sistemas de informação (segurança, intrusão e rede de dados acesso pelo exterior), com recurso
  a outsourcing<sup>8</sup>.

Foram ainda efetuadas ações de acompanhamento (follow-up) à implementação de recomendações de relatórios de auditoria aprovados pelo CA, nomeadamente: Auditoria aos saldos dos Clientes; Auditoria aos recursos humanos; Auditoria ao contrato celebrado com a Publimetro — Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.; Auditoria aos fornecedores únicos no âmbito da manutenção; Auditoria aos fundos fixos de caixa.

Tendo em contas as ações de auditoria e de *follow-up* realizadas, foram alvo de análise de riscos à corrupção 12 Áreas da Empresa (71% do total).

Quadro 13 - Análise de riscos à corrupção

Código GRI	Descrição	2018
	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise	71%
205-1	de riscos à corrupção	12

<sup>8</sup> Promovida pela DTI (Direção de Tecnologias de Informação).











### Estratégia e Perspetivas

O projeto mais relevante do ML para os próximos anos consiste no prolongamento da atual rede do Metro desde a estação Rato até à estação Cais do Sodré, cerca de 2 km em túnel, e na construção de dois novos viadutos no Campo Grande, com cerca de 500m, garantindo as novas ligações das linhas Amarela e Verde, para permitir a operação circular.

Serão também construídas duas novas estações de metro em áreas consolidadas da cidade — Estrela e Santos - e será remodelada a estação Cais do Sodré, que constitui um dos mais importantes interfaces de Lisboa, cuja área de influência será alargada com a construção de um novo átrio e de novos acessos à superfície e de ligação com o comboio. Todas as estações terão acessibilidade plena, assegurada através de elevadores que ligarão os cais à superfície.

A desconexão das atuais linhas Amarela e Verde, passando-se a dispor de uma linha circular (Verde), Campo Grande/Cais do Sodré/Campo Grande, sem inversão em términos, e outra linha mais curta (Amarela), Telheiras/Campo Grande/Odivelas, vai permitir uma oferta mais equilibrada. A procura nestes dois casos é bastante distinta: enquanto a linha circular mantém um determinado nível de procura também no corpo do dia, na futura linha amarela há uma procura sobretudo concentrada nos períodos de ponta.

Após a implementação do projeto, o aumento da oferta na linha Azul e da velocidade máxima na linha Vermelha, a oferta e a capacidade de transporte da rede no ano de implementação do projeto, será a seguinte:

Rede 2024	San State Control of the State			The state of the s
	Linha Azul Reboleira/Sta. Apolónia	Linha Amarela Odivelas/Telheiras	Linha Verde C. Grande/C. Sodré/C. Grande	Linha Vermelha Aeroporto/S. Sebastião
Intervalo entre comboios PPM	3'50"	4'20"	3'40''	6'00"
Carruagens.km/ano	10 475 190	4 429 650	14 025 120	6 629 950
Lugares.h/sentido no PPM	12 021	10 634	12 567	7 680

Ilustração 5 - Rede atual

| According to the property of the property of

Ilustração 6 - Rede futura

Associado ao projeto, e com financiamento nacional já garantido, encontra-se a aquisição de novo material circulante e a implementação do novo sistema de sinalização atrás referido (do tipo CBTC/ Comunications Based Train Control em ATO/ Automatic Train Operation).





A instalação de um novo sistema de sinalização aumentará o nível de segurança da operação pelo controlo contínuo da velocidade e pela localização mais precisa do comboio, introduzindo eficiências no sistema reduzindo-se o consumo de energia de tração, através da otimização da gestão de deriva, energia de travagem regenerativa e gestão da frequência permitindo também o aumento da velocidade comercial.

#### O projeto tem como principais objetivos:

- Promover a transferência modal para modos de transporte menos poluentes, contribuindo para a descarbonização do setor dos transportes;
- Melhorar a integração das redes de transporte público metropolitanas e urbanas, com impacto na mobilidade no centro da cidade e de quem acede a Lisboa, com destaque para a linha de Cascais e para a margem sul do rio Tejo, promovendo a multimodalidade e permitindo uma rápida distribuição em Lisboa;
- Alargar a cobertura territorial da rede de metro e melhorar o atual serviço, aumentando a capacidade/oferta e
  a procura do metro e permitindo uma circulação mais cómoda e rápida por anulação da necessidade de
  transbordo na rede numa parte significativa das viagens;
- Reestruturar a rede, unindo os eixos que registam a maior procura na rede ML e com características semelhantes, consolidando o serviço no núcleo central da cidade e possibilitando futuras expansões da rede sem comprometer o serviço sustentável no centro;
- Reduzir a poluição atmosférica e o congestionamento rodoviário e melhorar a saúde pública e a qualidade de vida de quem vive e trabalha em Lisboa;
- Tornar a AML mais competitiva ao proporcionar uma melhor mobilidade a todos os cidadãos, incluindo os que têm mobilidade condicionada - a força motriz para se aceder a direitos fundamentais e possibilidades diversas.

Os projetos de infraestruturas de transportes têm um potencial de desenvolvimento socioeconómico com vários efeitos multiplicadores, que extrapolam em larga medida os lucros financeiros diretamente a si imputáveis. A garantia de acessibilidade congrega questões de equidade territorial mas também de posicionamento do município em termos de atratividade para o investimento privado e criação de emprego.

O impacto deste projeto não se cinge às zonas urbanas que serão servidas por novas estações (Estrela e Santos), estendendo-se por toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Efetivamente, quem beneficia diretamente do projeto é a população que reside, trabalha ou estuda na área de influência das futuras estações Estrela e Santos, de todas as estações da rede atual que farão parte da futura linha circular (19 estações) e ainda aqueles que acedem à rede ML, nomeadamente através dos principais interfaces desta mesma linha (Cais do Sodré, Entrecampos e Campo Grande). Assim, beneficiam também as pessoas que se deslocam dos concelhos de Oeiras, Cascais, Cacilhas, Seixal e Montijo, até ao Cais do Sodré e das linhas de Sintra/Azambuja e do Sul/Setúbal, até Entrecampos.

O projeto irá contribuir estrategicamente para o desenvolvimento socioeconómico na medida em que todo o sistema de transportes terá uma melhoria, ao desenvolver-se uma forte conectividade assente numa eficaz multimodalidade, com um serviço na área central da cidade de melhor qualidade e com mais capacidade.

Para além disso, tratando-se de um serviço público, promove a inclusão social, a utilização da rede por pessoas com mobilidade condicionada, assim como a melhoria da sustentabilidade do sistema.









#### III. O DESEMPENHO

### 1. Capital Financeiro

#### 1.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

#### **RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA**

O ano de 2018 caracterizou-se por uma evolução desfavorável no que respeita aos resultados globais da empresa, face a 2017:

- O Resultado Operacional apresentou um decréscimo de 6,1 milhões de euros face ao ano anterior;
- O EBITDA corrigido de um conjunto de rubricas não-cash (especialização de subsídios ao investimento, ajustamentos e imparidades, aumentos/reduções de justo valor, equivalência patrimonial/subsidiárias, provisões, trabalhos para a própria entidade, entre outras) apresentou um decréscimo de 5,6 milhões de euros face a 2017, por força de aumentos nas principais rubricas de gastos, como gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos. Para permitir a comparação, os valores deste indicador foram reexpressos para 2017 e 2016;
- O Resultado Financeiro registou uma evolução favorável de 2 milhões de euros, assente no facto de em 2017 terem sido considerados valores a liquidar por conta do processo dos swaps Santander ao valor dos encargos, facto que já não ocorreu em 2018;
- Em consequência, o Resultado antes de Impostos degradou-se em cerca de 4,1 milhões de euros.

Quadro 14 - Resultados

Resultados (valores em milhares de euros)	2018	2017	2016 -	Var. 2018/2017		
	2010	2017	2016 -	Abs.	%	
Rendimento do Serviço Público	110 657	105 275	97 823	5 382	5,1	
Outros rendimentos	44 294	50 023	38 310	(5 729)	(11,5)	
Total de Rendimentos Operacionais	154 951	155 297	136 133	(347)	(0,2)	
Total de Gastos Operacionais	151 680	145 913	135 189	5 766	4,0	
Resultado Operacional	3 271	9 384	945	(6 113)	(65,1)	
EBITDA Corrigido *	(5 211)	379	(3 180)	(5 590)	(1 476,0)	
Resultado Financeiro	(31 122)	(33 124)	(43 295)	2 002	6,0	
Resultado antes de Impostos	(27 852)	(23 740)	(42 350)	(4 111)	(17,3)	

<sup>\*</sup> EBITDA corrigido (sem provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias, e outras rubricas não-cash ). Valores de 2017 e 2016 reexpressos para efeitos de comparabilidade.

No que respeita aos **Rendimentos Operacionais**, verifica-se um decréscimo de 0,2%, devido ao agravamento do justo valor nos instrumentos financeiros de cobertura de risco (-10,6 milhões de euros) compensada pelo aumento das receitas de serviço público (+5,4 milhões de euros), redução de provisões (+2,5 milhões de euros) e outros rendimentos e ganhos (1,6 milhões de euros). O aumento dos rendimentos de serviço público decorre do crescimento da procura (aumento de 4,2% de passageiros transportados com título pago) e do consequente incremento das receitas de venda de bilhetes e passes (+5,1%).



J. J.

Quadro 15 - Rendimentos Operacionais

Rendimentos Operacionais (valores em milhares de euros)	2242	2017	2016	Var. 2018/2017	
	2018	2017	2016 —	Abs.	%
Vendas de Passes e bilhetes	107 505	102 457	95 876	5 047	4,9
Compensação 4_18/sub_23/Social +	3 152	2 817	1 947	335	11,9
Receita Serviço público	110 657	105 275	97 823	5 382	5,1
Receitas não tarifárias	3 873	4 126	3 366	(252)	(6,1)
Trabalhos p/ Própria Empresa	3 214	2 310	2 449	904	39,1
Aumentos justo valor	27 726	38 333	26 690	(10 607)	(27,7)
Redução de Provisões	2 456	920	2	2 456	
Outros rendimentos e ganhos	6 592	5 032	5 357	1 560	31,0
Imparidade de ativos (Reversões)	433	223	448	209	93,8
Outros rendimentos	44 294	50 023	38 310	(5 729)	(11,5)

Os **Gastos Operacionais** mantiveram a tendência crescente, que se traduziu num aumento de cerca de 5,8 milhões de euros face a 2017. Destaca-se o crescimento registado nas principais rubricas de gastos, fruto do esforço da empresa para garantir a qualidade do serviço público prestado, que se reflete no consumo de materiais para recuperação da frota de material circulante (+1,7 milhões de euros) e nos fornecimentos e serviços externos (+2,6 milhões de euros). Os gastos com pessoal registaram também um aumento considerável (+7,1 milhões de euros, dos quais 5,7 milhões de euros se referem a remunerações e cerca de 1,4 milhões de euros a encargos patronais), em resultado, por um lado, do impacto do descongelamento de carreiras e das valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação das Leis de Orçamento de Estado de 2017 e 2018, e por outro, das novas contratações.

Quadro 16 - Gastos Operacionais

Gastos Operacionais	2010	2017	2016 -	Var. 2018/2017	
(valores em milhares de euros)	2018	2017	2016 -	Abs.	%
Gastos com o pessoal	78 806	71 667	66 082	7 139	10,0
Fornecimentos e serviços externos	34 799	32 164	30 513	2 635	8,2
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6 068	4 409	2 180	1 659	37,6
Perdas imputadas subsidiárias	7 464	3 957	5 149	3 507	88,6
Imparidades	54	123	187	(69)	(56,3)
Outros gastos e perdas	1 277	10 151	6 265	(8 874)	(87,4)
Provisões	2	30	1 328	(30)	(100,0)
Amortizações	23 212	23 411	23 484	(200)	(0,9)
TOTAL	151 680	145 913	135 189	5 766	4,0







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.

Os Gastos com Pessoal apresentam um incremento de 10% em relação ao período homólogo, conforme já detalhado na análise dos gastos operacionais.

Quadro 17 - Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	2018	2017	2016 —	Var. 2018/2017	
(valores em milhares de euros)	2010	2017	2016	Abs.	%
Remunerações	55 556	50 253	44 999	5 303	10,6
Complemento de Pensões	12 704	12 522	9 861	182	1,5
Responsabilidades c/ Pensões	7 484	7 365	7 629	119	1,6
Outros gastos	3 062	1 527	3 594	1 535	100,5
TOTAL	78 806	71 667	66 082	7 139	10,0
Massa salarial	55 156	49 812	44 741	5 344	10,7

A principal causa desta variação diz respeito ao aumento das remunerações, através do crescimento dos valores relativos a progressões nas carreiras, pagamento de prémios de desempenho e reposição de pagamento de anuidades, na sequência da aplicação das Leis de Orçamento de Estado de 2017 e 2018. Na rubrica "Outros Gastos" estão incluídos os gastos com a taxa social única que, seguindo a tendência das remunerações, apresentou um acréscimo de cerca de 1,3 milhões de euros.

Os Resultados Financeiros registaram uma variação positiva na ordem dos 2 milhões de euros, contudo o valor de 2018 de juros a liquidar seria a superior ao de 2017, se excluída a provisão constituída no passado ano no âmbito do processo relativo a swaps contratados com o Santander

Quadro 18 - Resultados Financeiros

Resultados financeiros (valores em milhares de euros)	2018	2017	2016 —	Var. 2018/2017	
	2016	2017	2016 -	Abs.	%
Aplicações financeiras			36	0	(+
Outros ganhos financeiros		2 715	1 061	(2 715)	(100,0)
Gastos financeiros de exploração	(31 122)	(35 839)	(44 392)	4 717	(13,2)
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	(9 722)	(8 615)	(19 288)	(1 107)	12,8
Juros a liquidar	(21 401)	(27 224)	(25 103)	5 823	(21,4)
TOTAL	(31 122)	(33 124)	(43 295)	2 002	(6,0)







Trem, A.C.E.



Os Gastos Totais tiveram um aumento de 1 milhão de euros, mais 0,6% do que no ano anterior. A diminuição nas rubricas de "Outros gastos de funcionamento" (-1,14 milhões de euros, resultantes de diferenças cambiais negativas em 2017 e que não ocorreram em 2018) e do efeito penalizador da provisão em 2017 em "Juros e Gastos Similares" permitiram compensar o aumento de 7,1 milhões de euros verificado em Gastos com Pessoal.

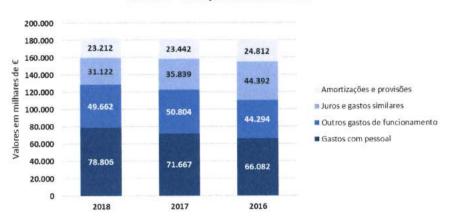


Gráfico 7 - Evolução dos Gastos Totais

O Plano de Redução dos Gastos apresentou um aumento nos Consumos, relativamente a 2010, na ordem dos 3,5 milhões de euros, justificado pela aquisição de componentes e peças incorporadas nas intervenções de manutenção do material circulante. É de destacar, também, os gastos com "títulos de transporte", resultante da aquisição de rolos de cartões, por forma a dar resposta ao crescimento da procura de títulos ocasionais.

Face a 2010, os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um decréscimo de 3,9 milhões de euros, menos 10%, assim como os Gastos com Pessoal apresentam um decréscimo de 8,9 milhões de euros, menos 10,1%, dando cumprimentos ao Plano de Redução de Gastos.

Var. 2018/2010 **RUBRICAS** 2018 2017 2016 2010 (valores em milhares de euros) 2 180 2 607 3 461 132,8 6 068 4 409 Consumos (3875)(10,0)30 513 38 674 Fornecimentos e serviços externos 34 799 32 164 (10,1)Gastos com pessoal 78 806 71 667 66 082 87 657 (8851)(9 265) (7,2) 108 240 98 776 128 938 Total 119 673

Quadro 19 - Plano de Redução dos Gastos







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



#### **FLUXOS FINANCEIROS**

Em 2018, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória positiva, registando um valor de 3,7 milhões de euros, fruto do crescimento da receita tarifária, sem recurso a indemnizações compensatórias.

Este fluxo, acrescido do recebimento de 2,43 milhões de euros, relativos ao Fundo Ambiental (Subsídio ao Investimento), não foi suficiente para libertar a tesouraria necessária para cobertura das despesas de investimento, o qual foi financiado por meios libertos pelo acionista.

Quadro 20 - Variação de caixa e seus equi
---

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (valores em milhares de euros)	2018	2017	2016	Var. 2018/2017	
	2010		2010	Abs.	%
Fluxo Atividades Operacionais	3 666	692	20 978	2 974	429,6
Fluxo das Atividades Investimento	(12 114)	(5 524)	(9 509)	(6 590)	119,3
Fluxo das Atividades Financiamento	2 662	1 891	(1 944)	771	40,8
Variação de caixa e seus equivalentes	(5 786)	(2 941)	9 525	(2845)	96,8
Caixa e seus equivalentes no início do período	22 024	24 965	15 440	(2 941)	(11,8)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16 238	22 024	24 965	(5 786)	(26,3)

Desde 2011 que o ML está incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR — Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso <sup>9</sup>, Lei do Enquadramento Orçamental<sup>10</sup> e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, através da concessão de empréstimos e de dotações de capital, através de entradas em numerário, sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento.

O Metropolitano obteve financiamentos no valor de 597,2 milhões de euros (422 milhões de euros através de financiamentos obtidos e 175,2 milhões de euros de realizações de capital), tendo amortizado 71,5 milhões de euros de empréstimos bancários, pago 25 milhões de euros relativos a operações de *leasing* de material circulante (13,5 milhões em leasing operacional e 11,5 milhões em leasing financeiro) e 498 milhões de euros afetos a gastos e perdas de financiamento. Deste modo, as atividades de financiamento geraram um *cash-flow* positivo de 2,7 milhões de euros.

<sup>10</sup> Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.







Trem, A.C.E.



<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Quadro 21 - Atividade de Financiamento

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1	2015	Var. 2018	/2017
(valores em milhares de euros)	2018	2017	2016 -	Abs.	%
Recebimentos respeitantes a:					
Aumentos de Capital	175 196	192 051	358 410	(16 855)	(8,8)
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	421 974	32 584	0	389 390	1 195,0
Cobertura de prejuízos	0	27 809	0	(27 809)	(100,0)
Descoberto DO	0	0	84	0	-
Financiamento	597 170	252 444	358 494	344 726	136,6
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos Bancários	71 503	71 587	225 368	(84)	(0,1)
Operações de leasing	24 954	15 314	14 932	9 640	63,0
Empréstimos obrigacionistas	0	0	3 866	0	.5
Juros e gastos similares	498 051	163 652	116 272	334 399	204,3
Depósito a Prazo (caução)	0	0	0	0	-
Pagamentos	594 508	250 553	360 438	343 955	137,3
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	2 662	1 891	(1 944)	771	40,8

#### **INVESTIMENTO REALIZADO**

Em 2018, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de cerca de 13 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo da Empresa. Face a 2017, verificou-se um aumento de 162% no valor de investimentos realizados, desagregados de acordo com o detalhado abaixo:

#### Infraestruturas de Longa Duração (ILD)

- <u>Prolongamento Amadora-Este / Reboleira</u>: 3,3 milhões de euros, relativos ao pagamento de trabalhos a mais e compensação de sobrecustos;
- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: 2,7 milhões de euros, relativos a assistência técnica acompanhamento de estudos de estruturas geotecnia, reconhecimento geológico e geotécnico, serviços de cartografia e topografia e estudo de impacte ambiental;
- Remodelação da linha Amarela: 2 milhões de euros, com ênfase na empreitada de reabilitação do Viaduto da Calçada de Carriche, do Viaduto de Odivelas e da Estrutura de Transferência de Cargas no Término de Odivelas;
- Remodelação da linha Verde: 1,6 milhões de euros, principalmente na estação Arroios (1,4 milhões de euros);
- Remodelação da linha Vermelha: 1,1 milhões de euros, sobretudo para a reabilitação do Viaduto Olaias –
   Bela Vista.

### ML

- <u>Equipamento Administrativo</u>: 1,6 milhões de euros, destacando-se a aquisição de equipamento informático, aplicações de suporte ao negócio e implementação do sistema Plago;
- Edifícios e Outras Construções: relativo a intervenções no Parque de Material e Oficinas II e III.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. An (1.)

Quadro 22 - Despesa de investimento

	FBCF	ICT	DI
Despesa de Investimento (valores em euros)	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
ILD	10 755 486	13 881 842	14 454 439
Prolongamento Alameda/S.Sebastião	(301 656)	(301 656)	(301 656)
Plano Nacional para as Acessibilidades	14 587	14 587	14 587
Prolongamento Amadora-Este/Reboleira (inclui L)*	3 265 611	3 265 611	3 265 611
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	2 687 953	2 687 953	2 687 953
Remodelação da Linha Azul	464 632	464 632	464 632
Remodelação da Linha Amarela	1 980 745	1 980 745	1 980 745
Remodelação da Linha Verde	1 636 261	1 636 261	1 922 559
Remodelação da Linha Vermelha	1 141 487	1 141 487	1 141 487
Remodelação da Rede Global	(134 136)	(134 136)	(134 136)
Autoinvestimento	0	3 126 357	3 412 655
ML	2 219 061	2 219 061	2 219 061
Edifícios e outras Construções	378 102	378 102	378 102
Equipamento Básico	192 159	192 159	192 159
Ferramentas e Utensilios	75 640	75 640	75 640
Equipamento Administrativo	1 573 160	1 573 160	1 573 160
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento por Conta de Terceiros	8 156	8 156	8 156
Investimento por Conta de Terceiros	8 156	8 156	8 156
Investimento total	12 982 703	16 109 060	16 681 656

<sup>\*</sup> Investimentos por conta do ML e integrados nos Empreendimentos.

Quadro 23 - Evolução do Investimento

Investimento (valores em euros)	2018	2017	2016	Var. 2018/2017	
	2018	2017	2016 -	Abs.	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	12 982 703	4 951 992	5 418 459	8 030 711	162,2
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	16 109 060	7 147 029	8 235 868	8 962 031	125,4
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	16 681 656	7 422 547	8 887 060	9 259 109	124,7







### **ESTRUTURA PATRIMONIAL**

# BALANÇO DO EXERCÍCIO

#### Ativo

O ML manteve o critério, indicado pela tutela, de apresentar, no Balanço, os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.378 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 24 - Ativo Total

Ativo	2010	2017	2016	Var. 201	8/2017
(valores em milhões de euros)	2018	2017	2016	Abs.	%
Não corrente	5 112	5 020	4 986	92	1,8
Corrente	0	0	0	0	
ILD	5 112	5 020	4 986	92	1,8
Não corrente	198	215	243	(17)	(8,1)
Corrente	68	77	78	(9)	(12,0)
ML	266	293	321	(27)	(9,1)
Ativo Total	5 378	5 313	5 307	65	1,2

O acréscimo do Ativo em ILD resulta principalmente da variação dos instrumentos financeiros respeitantes à atividade de investimento em Infraestruturas (-110 Milhões de euros), gastos de financiamento (178 Milhões de euros), early termination de um derivado (23 Milhões de euros) e provisões/reversões (7 Milhões de euros).

# Passivo e Capital Próprio

Quadro 25 - Passivo e Capital Próprio

Passivo e Capital Próprio	2010	2017	2016 -	Var. 2018	/2017
(valores em milhões de euros)	2018	2017	2016 -	Abs.	%
Não corrente	2 326	2 707	3 071	(380)	(14,1)
Corrente	1 206	900	702	306	34,0
ILD	3 532	3 607	3 773	(75)	(2,1)
Não corrente	582	482	642	100	20,8
Corrente	521	621	480	(99)	(16,0)
ML	1 104	1 103	1 122	1	0,1
Passivo total	4 636	4 709	4 894	(74)	(1,6)
Capitais próprios	742	603	413	138	23,0
Total do passivo e capitais próprios	5 378	5 313	5 307	65	1,2







O Passivo Total reduziu 1,6% (-74 milhões de euros), com maior peso em amortização de financiamentos e reconhecimento do *mark-to-market* em instrumentos financeiros potencialmente desfavoráveis.

Os Capitais Próprios, totalizando 742 milhões de euros, continuam a sua tendência ascendente, fruto do apoio do Estado, através de reforços de Capital.

É de salientar que, em 2018, o ML deu continuidade à recuperação dos indicadores de estrutura, que se traduziu no aumento de 2,4 pontos percentuais no rácio de Autonomia Financeira e 3,2 pontos percentuais no rácio de Solvabilidade, através do aumento do Capital Próprio suportado pelo acionista, conforme já referido.

#### GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço que o acionista tem promovido, com a consequente redução do endividamento.

### Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 26 - Rating do ML

Detino Mana	Standard & Poor		
Rating Metro •	Rating	Outlook	
16 de fevereiro de 2016	BB+	Estável	
14 de fevereiro de 2017	BB+	Estável	
19 de fevereiro de 2018	BBB-	Estável	
18 de março de 2019	BBB	Estável	

A classificação do ML como Empresa Pública Reclassificada, em finais de 2011, fez com que a Standard & Poor's tivesse revisto, a partir de 2012, os seus critérios de análise de risco da Empresa. Em consequência, o *Rating* do ML passou a seguir a evolução do *Rating* da República Portuguesa.

O racional para esta avaliação foi o seguinte:

- Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa;
- O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2018.

# Evolução do Passivo Remunerado

O Metropolitano de Lisboa amortizou dívida no valor de 96,5 milhões de euros, tendo contratado novos financiamentos no valor de 422 milhões de euros, aumentando desta forma, o passivo remunerado em cerca de 10%.



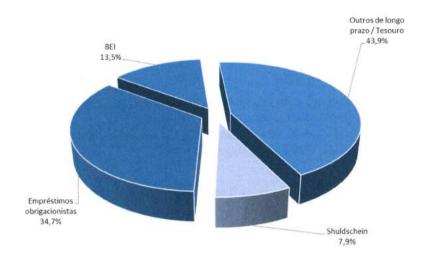


Quadro 27 - Estrutura do Passivo Remunerado

against a .					
Passivo remunerado	2018	2017	2016 -	Var. 2018/	2017
(Valores em milhares de euros)	2010	2017	2016 -	Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910.000	1.310.000	1.310.000	(400 000)	(30,5)
BEI	437.341	508.844	580.346	(71 503)	(14,1)
Outros de longo prazo / Tesouro	517.937	170.204	206.430	347 733	204,3
Shuldschein	300.000	300.000	300.000	0,0	0,0
Leasing financeiro	0	0	18.998	0,0	
Dívida de médio e longo prazo	2 165 279	2 289 048	2 415 775	(123 769)	(5,4)
Empréstimos obrigacionistas	400.000	0	0	400 000	
BEI	71.503	71.503	71.503	0	0,0
Outros de curto prazo / Tesouro	1.142.883	1.068.642	999.832	74 241	6,9
Leasing financeiro	0	11.470	0	(11 470)	(100,0)
Descobertos	0	0	84	0	-
Dívida de curto prazo	1 614 386	1 151 615	1 071 419	462 771	40,2
Total	3 779 664	3 440 663	3 487 194	339 002	9,9

Na estrutura da dívida, as dívidas ao Tesouro (44%) e os empréstimos obrigacionistas (35%) são os financiamentos com maior peso face ao total da dívida do ML.

Gráfico 8 - Distribuição do endividamento



Estima-se que em 2019, a amortização de boa parte da dívida ao Tesouro, na sequência da operação prevista de conversão da dívida corrente (ILD e ML) por incorporação em ativo do Estado — Conta a Receber.



1.100 1.000 900 valores em milhões de euros 800 700 600 500 400 300 200 100 0 2019 2021 2022 2023 2024 2026 2027

■ Emp. Obrigacionistas Schuldschein

Gráfico 9 - Maturidade do Financiamento

#### Evolução da taxa de juro implícita

O Gráfico 10 mostra a evolução da taxa de juro implícita, no endividamento, desde 2010.

■ Tesouro ■ BE1

As taxas de juro tiveram uma evolução desfavorável entre 2010 e 2012. Com a descida das taxas de juro de referência, os *cash-flows* gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciam uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro, conjugada com o efeito do cancelamento dos derivados com maior risco de perdas e, a partir de 2013, com o não pagamento dos derivados relativos ao processo judicial intentado pelo Banco Santander Totta, S.A. contra as Empresas Públicas de Transporte em Londres.

Desde 2017, na sequência do acordo alcançado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a República, foi retomado, a partir de maio, o pagamento dos *swaps* Santander, anteriormente em contencioso, facto que contribuiu para que a taxa de juro implícita registasse um incremento de 1,75 pontos percentuais desde essa altura.

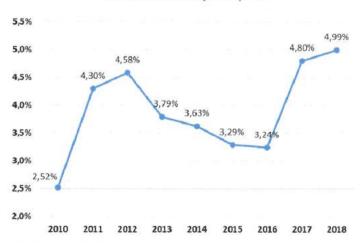


Gráfico 10 - Taxa de juro implícita







Trem, A.C.E.

### **PRODUTIVIDADE**

Da análise ao quadro abaixo, verifica-se o ML mantém a tendência de crescimento da oferta, em resposta ao aumento do número de passageiros transportados, prosseguindo o objetivo de melhorar os níveis de serviço.

Quadro 28 - Indicadores de Produtividade

INDICADORES DE PRODUTBUIDADE		2010	2017	2016	Var. 2018/2017	
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE		2018	2017	2016	Abs.	%
Ckm (Carruagens x km)/Efetivo Médio	0	18.360	17.770	17.326	590	3,3
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	10 <sup>3</sup>	2.350	2.275	2.218	75	3,3

Importa ainda referir que a variação dos indicadores base para o cálculo dos indicadores de produtividade acima identificados foi de:

- Ckm (Carruagens x km) e LKO (Lugares x km): +4,5%;
- Efetivo Médio: +1,2%

### 1.2. Perímetro de Consolidação do Grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

O art. 6.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, impõe a todas as empresas-mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerça influência dominante ou controlo. Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Metropolitano" ou "ML") (denominação assumida em 26 de junho de 2009) como empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo" ou "Grupo ML"), preparou demonstrações financeiras consolidadas do Grupo de empresas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2016. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC") que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a impostos sobre o rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O perímetro de consolidação do Grupo ML é constituído pelas seguintes empresas:

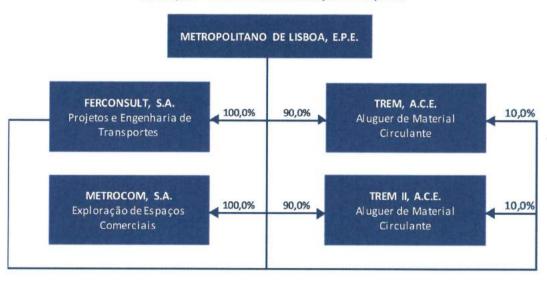




Tresn, A.C.E.



Ilustração 7 - Perímetro de consolidação do Grupo ML



As contas das empresas identificadas no quadro abaixo foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de 2018 na rubrica de participações financeiras.

Quadro 29 - Interesses Minoritários

Empresa	Sede	Percentag	em de Capital detido	
Empresa	sede	Direta	Indireta	Total
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.	A. Lisboa	40%	94年	40%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5%	45%	50%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	-	14,29%

# ANÁLISE DE RESULTADOS

Em 2018, observa-se um crescimento do volume de negócios de 4,7% (mais 5,27 milhões de euros) face a 2017, resultante principalmente do aumento da procura (mais 4,2%), que se traduziu num acréscimo de 5,4 milhões de euros em Rendimentos de Serviço Público. Em menor escala, o aumento do volume de negócios resulta também da atividade de comercialização de espaços comerciais nas estações da rede metro (mais 5,7%) e do aumento do volume de negócios da Ferconsult em 1,2 milhões de euros (+53%).

Os Rendimentos Operacionais do Grupo registaram em 2018 o valor de 159 milhões de euros, sensivelmente o mesmo valor do ano anterior.

Os Gastos Operacionais foram de 155,75 milhões de euros, e representam na sua maior parte gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos e Custo das Matérias consumidas) e em menor grau, gastos relacionados com o desenvolvimento de projetos na Argélia, Brasil e Portugal.











Un.: M€

	Contas Con	solidadas	Vari	ação
Indicadores	2018	2017	Abs.	%
Volume de Negócios	116,43	111,17	5,27	4,74
Rendimentos Operacionais	159,09	159,07	0,02	0,01
Gastos Operacionais	155,75	149,57	6,18	4,13
EBITDA	36,49	43,09	-6,60	-15,31
EBITDA corrigido *	7,57	2,46	5,11	208,02
Resultado Operacional	3,34	9,50	-6,16	-64,85
Resultado Líquido	-27,89	-24,50	-3,39	-13,84

<sup>\*</sup> Exclui efeitos das provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsídiárias

A performance económica do Grupo ML registou um agravamento em 2018, visível pelo decréscimo do resultado operacional em cerca de 65% e do Resultado Líquido do exercício em 14%.

Quadro 31 - Contas consolidadas 2018

Un.: M€ Contas Individuais Contas Indicadores Consolidadas TREM II Ferconsult Metrocom TREM Volume de Negócios 116,43 114,53 3,36 2.84 2.68 4.99 Rendimentos Operacionais 159,09 152,49 3,67 2,95 2,72 5,16 0,03 0,04 Gastos Operacionais 155,75 -149,22 6,76 2,79 EBITDA 26,05 -3,09 0,17 2,69 5,12 36,49 EBITDA corrigido \* 7,57 -5,21 -1,24 0,17 2,69 5,12 -3,09 0,16 2,69 5,12 Resultado Operacional 3.34 3.27 5,10 Resultado Líquido -27,89 -27,89 -3,09 0,13 2,68

Quadro 32 - Contas consolidadas 2017

Un.:M€ Contas Individuais Contas Indicadores Consolidadas ML Ferconsult Metrocom TREM TREM II Volume de Negócios 111,17 109,40 2,19 2,69 2,55 4,88 Rendimentos Operacionais 159,07 155,30 3,46 2,80 2,62 5,11 Gastos Operacionais 149,57 145,91 4,60 2,48 0,03 0,00 **EBITDA** 43,09 32,57 -1,11 0,33 2,58 5,10 EBITDA corrigido \* 2,46 0,38 -1,32 0,33 2,58 5,10 9,50 9,38 -1,14 0,32 2,58 5,10 Resultado Operacional -24,50 -1,15 0,25 Resultado Líquido -24,50







Trem, A.C.E.

1 (1) ST

<sup>\*</sup> Exclui efeitos das provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias

<sup>\*</sup> Exclui efeitos das provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsídiárias

# 2. Capital Humano

### Caracterização do efetivo

O ano de 2018 caracterizou-se pela continuidade da estratégia de recuperação das condições de operação e manutenção, com a admissão de 10 novos colaboradores para reforçarem as equipas de manutenção, confirmando assim a inversão da tendência de diminuição de efetivos que havia caracterizado o período de 2012-2016 iniciada no ano anterior. Para além deste recrutamento foi ainda possível rejuvenescer os quadros da manutenção com a substituição de 10 trabalhadores que saíram definitivamente da Empresa.

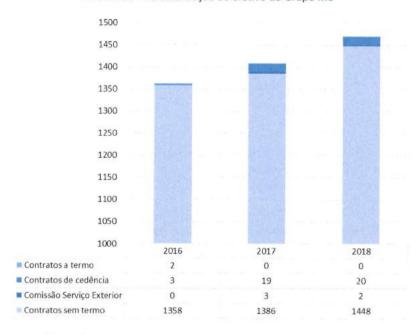


Gráfico 11 - Caracterização do efetivo do Grupo ML

Considerando apenas os colaboradores do ML, em 2018 os efetivos totalizariam 1416.

Mulheres **Homens Total** Efetivo Global 367 1103 1470 % Efetivo Global 25% 75% 100% Idade Média 46,9 48,2 47,9 Antiguidade Média 19,7 21,8 21,3

Quadro 33 - Efetivo global

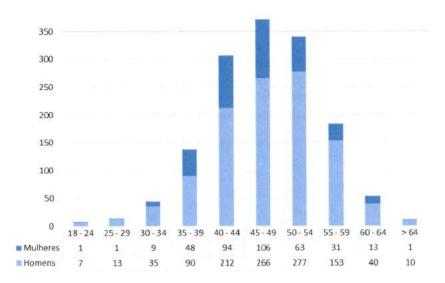
O efetivo global do Grupo ML, a 31 de dezembro de 2018, era de 1470 colaboradores, dos quais 367 eram mulheres e 1103 homens, a que corresponde uma representação de 25% de mulheres e 75% de homens. A estrutura do efetivo do Grupo ML é composta maioritariamente por trabalhadores do sexo masculino, verificando-se que a expressividade de homens é superior em todas as carreiras profissionais. Nos cargos de estrutura a expressividade de mulheres é de 37%.

O efetivo do Grupo ML caracteriza-se ainda por uma idade média elevada (47,9 anos), apresentando os homens idade mais elevada face à média (48,2) quando comprados com as mulheres (46,9), verificando-se que 40% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Em áreas *core* para o negócio do ML, como a Operação e Manutenção, estes valores são preocupantes uma vez que as idades médias são superiores e ultrapassam os 47,3 anos de idade média.



J. (1.)

Gráfico 12 - Idade do efetivo do Grupo ML

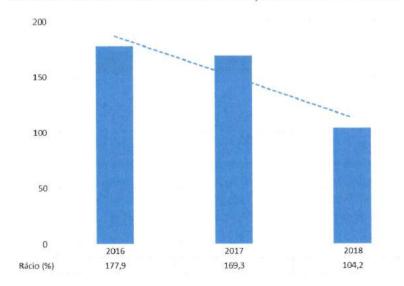


Também à semelhança da idade média do efetivo, a antiguidade média é elevada (21,3 anos), com 63% dos trabalhadores a apresentarem mais de 20 anos de permanência no Grupo e 34% mais de 25 anos, tendência acompanhada independentemente do género.

Estas variáveis validam a estratégia seguida para reposição das condições de operacionalidade do ML, nomeadamente no que se refere à imperatividade da reposição do efetivo em áreas específicas de negócio, de modo a rejuvenescer o quadro e permitir a transição do conhecimento para gerações mais novas.

### Remuneração

Gráfico 13 - Rácio entre o salário mais baixo no Grupo ML e salário mínimo nacional



Considerando apenas os salários do ML, em 2018, este rácio seria de 173,7%.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



A Lei do Orçamento de Estado para 2018 repôs a totalidade dos direitos adquiridos, ao decretar no art.º 23.º a aplicação do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva. Assim, decorrente da avaliação de desempenho, foi possível processar a totalidade dos efeitos em matéria de progressão na carreira e de prémios de desempenho.

Ainda decorrente da LOE para 2017, nos termos do art.º 21.º, procedeu-se ao processamento dos restantes 50% dos direitos adquiridos em matéria de avaliação e, nos termos do nº 9 do art.º 24.º, retomou-se o pagamento integral do subsídio de Natal.

Este ano ficou, no entanto, marcado pela atualização salarial aplicável no ano de 2018 em resultado do acordo celebrado no âmbito da negociação coletiva. Este acordo estender-se-á ao ano seguinte de 2019.

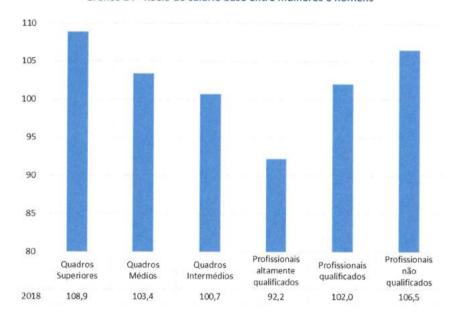


Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens

Da análise dos salários base das mulheres face aos homens por nível de qualificação, destacam-se os rácios dos quadros superiores e quadros médios em que os homens têm um salário base mais elevado. Destaca-se ainda o rácio dos profissionais altamente qualificados em que as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação as diferenças são inexistentes. No entanto, estas diferenciações salariais entre mulheres e homens resultam de critérios objetivos justificados nas diferenças de antiguidade e desempenho que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base de mulheres e homens.

### Formação

O ano de 2018 foi de continuidade do esforço de investimento valorização do conhecimento e do capital humano, conferindo um valor estratégico acrescido à melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores. Este esforço visou um melhor alinhamento da formação com a estratégia do negócio e refletiu-se no aumento das horas de formação (+9%) e no reforço dos meios financeiros afetos à formação com um incremento nos gastos com formação de 113% relativamente ao ano anterior.



(A) (1.)

25 20 15 10 5 0 2016 2017 2018 9,02 18,3 19,3 Horas

Gráfico 15 - Média de horas de formação por colaborador

Considerando apenas as horas de formação e colaboradores do ML, em 2018, este valor seria de 19,9h.

As soluções formativas desenvolvidas procuraram refletir as seguintes políticas e linhas de orientação:

- Satisfação do Cliente como objetivo central;
- Desenvolvimento de competências de gestão e liderança;
- Envolvimento e qualificação dos colaboradores;
- Melhoria contínua do desempenho.

No âmbito destas políticas e linhas de orientação, destaque para as ações Liderar com VivaCidade e #Move: Ganhar Metros na Liderança! para reforço de mensagens chave corporativas, alinhamento de práticas de gestão e comunicação com as equipas e fortalecimento de laços entre as chefias intermédias da Direção de Clientes.

Destaque ainda, em cumprimento do Decreto Lei n.º 184/2012, de 8 de agosto, para a habilitação de 80% das pessoas que prestam serviço nas estações para utilização dos equipamentos de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) instalados nas estações com um fluxo médio diário superior a 10.000 passageiros.

#### Segurança e Saúde no Trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram desenvolvidas, de forma sustentada, medidas e ações de melhoria das condições de prestação de trabalho e para promoção das condições de saúde, tendo em conta critérios de bem-estar pessoal e profissional, nomeadamente para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida, numa lógica integrada com no desempenho profissional.

Assim, de modo a garantir que todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada, em 2018, foram realizados 1157 exames médicos periódicos, correspondendo a 97,3% dos exames/ consultas periódicas previstas.

Nos termos da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, foram realizadas as análises de riscos laborais, efetuando o levantamento das principais situações de risco de modo a melhorar a prevenção e a segurança nos locais de trabalho.







Esta análise de risco pretende igualmente reforçar a política de prevenção para eliminar ou, pelo menos minimizar, os riscos antes deles se transformarem em danos ou lesão pessoais.

Para além da análise de riscos laborais, foi realizado um estudo relativo aos riscos psicossociais dos trabalhadores que prestam serviço nas estações, identificando as causas que provocam comportamentos, e sentimentos, menos positivos. Deste estudo resultou a preparação de um programa de formação visando o Desenvolvimento de Competências Emocionais.

No âmbito da promoção da saúde e bem-estar, em 2018 realizaram-se campanhas de vacinação contra a gripe e contra o tétano, bem como vários rastreios de prevenção de doenças crónicas com maior prevalência na população portuguesa, salientando-se o Rastreio de Prevenção do Cancro da Próstata e o Rasteio Doenças Cardiovasculares.

Ainda no âmbito da prevenção, deu-se início a um programa de sensibilização sobre segurança no trabalho, prevenção de acidentes e ergonomia na área manutenção de via-férrea.

Quadro 34 - Acidentalidade laboral

	2016	2017	2018
N.º Acidentes Trabalho	115	111	101
N.º Dias Perdidos AT	4233	5552	4557
Tx Absentismo (AT)	9,11	8,98	7,68

Em 2018, a nível de acidentalidade laboral destaca-se uma redução significativa do número de dias perdidos (-18%), a par da continuidade da diminuição do número de acidentes de trabalho (-9%).

Quadro 35 - Acidentalidade laboral - 2018

2018	Mulheres	Homens	Total
N.º Acidentes Trabalho	12	89	101
N.º Dias Perdidos AT	624	3933	4557

Na expressividade por género, a acidentalidade laboral reflete a predominância masculina da estrutura de efetivos do Grupo ML e da ausência de expressividade feminina em profissões de maior risco.

Em termos globais, os motivos que mais contribuíram para a ocorrência de acidentes de trabalho, foram ações em que estava a ser empregue a força (abrir, levantar, torcer ou apertar, 37%), por queda ou desequilíbrio (22%) e por pancadas com objetos (15%). Os restantes foram repartidos entre agressões, escorregadelas e outros.

Esta redução de dias perdidos por acidente de trabalho terá contribuído de forma decisiva para a redução da taxa de absentismo, que passou de 8.98% para 7,68% (considerando apenas os colaboradores do ML, em 2018, a taxa de absentismo seria de 8%).

Considerando o Grupo, a taxa de absentismo confirmou a tendência de redução iniciada em 2016. Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o vetor com maior expressão neste indicador (52,6% das horas de ausência em 2018), seguido das ausências por acidente de trabalho (15,3% das horas de ausência).







Trem, A.C.E. Trem II. A.C.E.



#### Igualdade e Não Discriminação

O Grupo ML assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando na sua estratégia Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nomeadamente o ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas (https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/).

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) — Portugal Mais Igual, promoveu valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, salientando-se:

- Elaboração e divulgação do "Código de Boa Conduta para a prevenção e combate de situações de assédio no trabalho", como referência para o dia-a-dia das empresas do Grupo ML no combate e eliminação de comportamentos suscetíveis de configurarem assédio no local de trabalho e, em simultâneo, na prevenção deste tipo de fenómenos através do empenho e concertação de todas as partes e promoção de um ambiente de trabalho saudável, que eleve a dignidade das pessoas e da organização.
- Elaboração e divulgação do "Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens 2018-2021" (PAIMH), refletindo a assunção de compromissos claros e definindo a forma de alcançar melhorias no plano da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos colaboradores e colaboradoras, através do desenvolvimento de ações de promoção de igualdade de género e não discriminação.
  - O PAIMH 2018-2021 traduz a proposta para a adoção de medidas não discriminatórias entre mulheres e homens envolvendo especificamente algumas das dimensões onde a IGEN se reflete como sejam a missão e valores da organização, recrutamento e seleção, aprendizagem ao longo da vida, dever de respeito pela dignidade de mulheres e de homens no local de trabalho, informação e comunicação, e conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

Pretende igualmente contribuir para que todos os colaboradores percecionem a preocupação da empresa para com as questões da igualdade e da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, fazendo com que aquelas ações possam favorecer a satisfação, motivação e produtividade.

- Renovação do acordo de adesão ao "Fórum Empresas para a Igualdade de Género o nosso compromisso" (<a href="https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Acordo-de-Ades%C3%A3o-IGEN original-assinado.pdf">https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/Acordo-de-Ades%C3%A3o-IGEN original-assinado.pdf</a>), como reconhecimento da importância desta temática no âmbito da sustentabilidade social.
- No âmbito da adesão à Declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos (<a href="https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/MetropolitanodeLisboaDeclara%C3%A7%C3%A3olgualdadeOportunidadesUIT P.docx.pdf">https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/MetropolitanodeLisboaDeclara%C3%A7%C3%A3olgualdadeOportunidadesUIT P.docx.pdf</a>), o Metropolitano de Lisboa partilhou, sob coordenação da UITP, boas práticas em matéria de igualdade entre géneros na plataforma Women in Transport-EU Platform for Change (<a href="https://ec.europa.eu/transport/themes/social/women-transport-eu-platform-change\_pt">https://ec.europa.eu/transport/themes/social/women-transport-eu-platform-change\_pt</a>). Esta plataforma tem como objetivo a partilha e a troca de boas práticas de Organizações comprometidas com a melhoria do emprego feminino nos transportes, para melhorar o equilíbrio entre géneros.
- Organização de um Encontro de Quadros dedicado à Igualde de Género, com apresentação da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) — Portugal Mais Igual e do estudo comparativo das Desigualdades de Género em Portugal com os restantes países da UE.
- Desenvolvimento de "Formação em Língua Gestual para a Direção de Capital Humano", como reforço da inclusão e participação de duas colaboradoras surdas, que culminou, no âmbito da semana de Combate à Desigualdade e Irradicação da Pobreza, na peça de teatro "Mãos que Falam", levada à cena em parceria com o Centro Cultural e Desportivo de Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa (CCDTML), como forma para promover a inclusão de todos os colaboradores e de todas as colaboradoras.







n, A.C.E. n II, A.C.E.



# 3. Capital Intelectual

Identificação de projetos de I&D implementados em 2018 ou a implementar:

- Produção de energia fotovoltaica no PMOIII;
- Modelo de obtenção dos tempos de espera dos próximos 3 comboios;
- Modelo de alimentação autónoma para o M identificativo das entradas das estações do Metropolitano de Lisboa (Totem);
- Modelo de transição da sinalização clássica para CBTC sem disrupção de tráfego;
- Renovação dos sistemas de controlo remoto da rede de energia das subestações mais antigas e a colocação de equipamento para telemetria do consumo em todas as subestações.

Durante o ano de 2018 foi realizado o lançamento de um sistema de pagamento por voucher, durante a realização do evento Web Summit em Lisboa. Foi também realizada intervenção de comunicação visual, com vista a identificar as Máquinas de venda com pagamento exclusivo por cartão e em articulação com a OTLIS, procedeu-se ao desenvolvimento do processo de adesão do Metro ao sistema Viva GO, sistema inovador de pagamento de viagens nos transportes públicos em sistema pós-pago.









### 4. Capital Social

O ano de 2018 foi de consolidação do compromisso com as partes interessadas, reforçando junto dos colaboradores as medidas de apoio para conciliação com a vida familiar e a proteção da parentalidade e reforçando junto da comunidade o contributo para causas solidárias no meio envolvente à rede Metro.

Integrando os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social na estratégia de negócio, o Metropolitano de Lisboa valorizou a dimensão assumida na Carta de Responsabilidade Social (<a href="https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/MetropolitanodeLisboa CartaResponsabilidadeSocial.pdf">https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/MetropolitanodeLisboa CartaResponsabilidadeSocial.pdf</a>), desenvolvendo e apoiando várias iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco.

Ao longo do exercício de 2018, destacaram-se as seguintes iniciativas:

- Realização no âmbito da parceria com o CEEP Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral,
   Grupo Assuntos Sociais, do Seminário "Responsabilidade Social das Empresas em Portugal: Perspetivas e Desafios".
- Intervenções em parceria com várias instituições para apoio a causas solidárias no meio envolvente à rede
   Metro, nomeadamente:
  - Renovação do protocolo de colaboração com O "COMPANHEIRO" IPSS que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, para integração de ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida numa equipa de trabalho e participação em atividades de carácter oficinal.
  - Colaboração com a A C.A.S.A. Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa, na recolha de alimentos, na cedência de equipamentos de cozinha e na realização do Almoço Solidário de Natal para Sem-Abrigo, assinalando ainda o Dia Internacional do Voluntariado.
  - Entrega de equipamento informático monitores à ENTRAJUDA-Banco de Bens Doados, IPSS com um projeto na área da solidariedade social, ajudando instituições de solidariedade a melhorarem a sua gestão e organização, para que possam combater, com maior eficácia, a pobreza, nomeadamente, fazendo chegar às instituições que apoia produtos não alimentares doados por empresas e particulares.
  - Melhoramento das condições de habitabilidade da Obra do Ardina, instituição vocacionada para a reinserção social de crianças e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social e risco sociofamiliar e psicológico.
  - Apoio à Associação Portuguesa do Cidadão com Deficiência Mental Centro Atividades Ocupacionais (APPACDM-CAO) da Ajuda no desenvolvimento da sua missão de inclusão, diversidade e desenvolvimento humano.
  - Melhoramento das instalações da Casa das Cores, Centro de Acolhimento Temporário para crianças em perigo, cuja proteção passa, num determinado momento das suas vidas, pela institucionalização.
  - Projeto REDE Liderado pelo Metropolitano (<a href="https://www.redesolidaria.pt/">https://www.redesolidaria.pt/</a>) junto de outros operadores visando ajudar a Renascer e a Erguer as áreas afetadas, através da Dedicação e do Envolvimento das Comunidades, que vivenciaram a experiência dramática dos incêndios florestais que assolaram o País no ano de 2017, nomeadamente na ajuda aos produtores de mel do concelho de Oliveira do hospital.
  - Campanha de colheita de sangue em parceria com o IPST, com deslocação da unidade móvel às instalações do ML.







i fil

### COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2018 o ML reforçou o planeamento estratégico e operacional no domínio da comunicação institucional, com vista a assegurar, prever, adequar e solucionar, de forma mais eficaz, focos e momentos de comunicação ocorridos durante o ano transato.

O plano desenvolvido em 2018 deu suporte à tomada de decisão de topo, no domínio da gestão, ajudando a desenvolver a estratégia de comunicação, junto dos media, *stakeholders* e restante comunidade, envolvendo-os em ações e projetos de comunicação que visaram atingir, consolidar e reforçar a imagem positiva da empresa.

O Plano existente permitiu, igualmente, identificar e divulgar as medidas positivas mais relevantes que a empresa adotou e que lhe permitiram enfrentar ameaças e aproveitar as oportunidades previstas no setor dos transportes, na mobilidade urbana e na sociedade em geral. Os desafios e as ameaças com as quais o Metropolitano se deparou diariamente em 2018 constituíram oportunidades para desenvolvimento de soluções e de novas perspetivas de negócio.

Este Plano de Comunicação teve, ainda, como objetivo definir uma política de comunicação institucional, consubstanciada num conjunto de ações coerentes e coordenadas, desenvolvidas através da implementação de estratégias de comunicação que ajudaram a organização a obter melhores níveis de desempenho e de eficiência, com resultados mais sustentáveis, prevendo e identificando um conjunto de ações, medidas e projetos dirigidos aos *media*, de forma segmentada ou geral.

O ML conseguiu, de forma estratégica e planificada, proporcionar uma maior visibilidade da sua marca, garantindo o fortalecimento da imagem externa da empresa, fomentando progressivamente o relacionamento com a imprensa e com os seus *stakeholders* institucionais, em matérias genéricas e respeitantes à modernização e à expansão da rede, designadamente a Tutela, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações de comerciantes das zonas de influência de algumas estações, Comissão de Utentes dos Transportes Públicos, entre outros.

Foram, igualmente, implementados, diversos planos de comunicação institucional e de contingência, no que respeita à situação ocorrida com a obra da estação Arroios, ao desenvolvimento e implementação do plano de acessibilidades e ao plano de expansão da rede, e cujas medidas aplicadas geraram um aumento da notoriedade da marca e dos níveis de reputação do Metropolitano de Lisboa.

Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa organizou diversos eventos e ações institucionais ao longo de 2018, destacando-se duas consultas preliminares ao mercado no âmbito do lançamento de concursos para a expansão, modernização e sinalização da rede, sessões de esclarecimento dirigidas a públicos-alvo específicos face às temáticas em causa, lançamento de concursos públicos, um vídeo alusivo à expansão da rede (que contará com financiamento do Fundo Ambiental e do POSEUR), diversos apoios e parcerias em conferências, ciclos de palestras, congressos, Ministério da Saúde, Câmara Municipal de Lisboa, entre outros, no âmbito dos transportes, mobilidade, cidades inteligentes e sustentáveis, que se traduzem num aumento do índice de proatividade e de favorabilidade do Metropolitano de Lisboa.

Destaca-se, ainda, a divulgação efetuada respeitante à ampliação da estação Arroios, à remodelação da estação Areeiro e aos investimentos com remodelação e modernização de equipamentos e de acessibilidades em algumas estações.

Em 2018, o ML divulgou as iniciativas relevantes, desenvolvidas e implementadas pela empresa, que tiveram como objetivo o reforço da qualidade do serviço prestado aos seus Clientes, através de envio de comunicados de Imprensa, estabelecendo-se contactos segmentados junto dos media para divulgação das várias informações e campanhas.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do Metropolitano em diversos programas televisivos de informação e entretenimento, que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.





Ao longo de 2018 o Metropolitano de Lisboa teve uma cobertura mediática através da inserção de 5.515 notícias, em 276 órgãos de comunicação social.

Do total de notícias, 67% foram publicadas em meios *online*, 13% em meios de imprensa escrita e 20% em meios audiovisuais, destacando-se os meios de informação geral com 85% do total de notícias.

O número de artigos positivos ou neutros representou 81% da totalidade das notícias no período em análise. Quanto às oportunidades de contacto, o Metro de Lisboa atingiu 13.519.582.449 contactos pessoais.

No âmbito do desenvolvimento de ações de Comunicação Institucional Interna, em 2018 destaca-se, ainda, a realização de diversas notícias e artigos para a intranet da empresa, divulgando a todos os trabalhadores, matérias sobre a sua organização.

Foram, igualmente, organizadas diversas reuniões de Quadros e de Chefias, com vista à atualização e partilha de informação, no âmbito da estratégia da empresa.

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2018, o Metropolitano de Lisboa reforçou a sua atividade internacional através de um maior envolvimento nos trabalhos das organizações internacionais em que se encontra filiado, tendo participado em 31 eventos incluindo reuniões, conferências e exposições.

O ML retomou, também, a organização de reuniões internacionais, designadamente a 98.ª reunião do Comité de Economia dos Transportes, realizada em outubro, tendo associada uma conferência sobre o tema "Free Transport", que registou a participação de representantes de 40 operadores e entidades de todo o mundo.

Aproveitando a realização do evento anteriormente referido o ML celebrou o 60.º aniversário de filiação do ML na UITP, com a presença do Secretário-Geral da associação, Mohamed Mezghani, a convite do ML.

Para além disso, o ML assumiu, no ano de 2018, acrescidas responsabilidades nos órgãos diretivos das entidades onde está representado, designadamente na Divisão de Metros da UITP e na Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS).

### MISSÕES POR ENTIDADE:

#### UITP - União Internacional dos Transportes Públicos

Reunião Comité UE	Bruxelas	janeiro
Reunião Comité de Segurança	Dubai	abril
Reunião Comité Economia dos Transportes	Estugarda	maio
Reunião Subcomité de Operação	Bruxelas	maio
Reunião Comité de Transportes e Cidade	Londres	maio
Reunião Comité Gestão Recursos Humanos	Lausanne	junho
Conferência Travel Info, Signage and Wayfinding	Paris	junho
Reunião Comissão Transportes e Cidade	Porto	outubro
Reunião Comissão de Desenvolvimento Sustentável	Milão	outubro
Mesa redonda sobre Segurança	Milão	outubro
Assembleia Geral Extraordinária	Bruxelas	novembro
Reunião Comissão de Marketing e Desenvolvimento de Produto	Praga	novembro
Conferência Mobility as a Service (MaaS)	Hamburgo	dezembro











# ALAMYS - Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos

Em 2018, o ML deu continuidade ao envolvimento crescente nas atividades da ALAMYS, associação que reúne autoridades, operadores e empresas que desenvolvem atividade no âmbito dos sistemas ferroviários metropolitanos, dos países latino-americanos e da Península Ibérica, designadamente com participação ativa na reunião do Comité de Direção e dos Comités Técnicos, realizada em maio, em Madrid.

Nesse sentido, foram assumidas acrescidas responsabilidades, designadamente com a eleição do ML como 5.º Vogal do Comité de Direção da ALAMYS, assegurando a representação dos interesses do ML e das empresas participadas, designadamente a Ferconsult.

### Grupo NOVA - Benchmarking de Metros

A empresa incrementou o nível de participação nas atividades do Grupo NOVA de benchmarking de metros de dimensão média, tendo-se feito representar na reunião anual de maio, em Londres, incluindo uma sessão dedicada aos CEO, a qual assinalou o 20.º aniversário do grupo. O ML participou, também, na reunião anual de setembro, em Montreal. Verificou-se um incremento significativo da taxa de participação do ML no Fórum do grupo, com retorno positivo para a empresa.

# CEEP Portugal - Serviços de Interesse Geral

No CEEP Portugal, secção nacional do Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral, sediado em Bruxelas e reconhecido pela União Europeia como parceiro social, o ML deu continuidade à participação nos temas da coesão social.

#### Outras missões internacionais:

No ano de 2018, o ML prosseguiu o esforço no sentido de reforçar a troca de informação com diversos operadores congéneres, de que resultou a participação de representantes da empresa em visitas técnicas a fábricas e a redes de metro, o que permitiu a obtenção de conhecimento sobre as experiências de implementação recentes de sistemas de sinalização ferroviária e de material circulante de última geração.

# Visitas de delegações estrangeiras ao ML:

O ML acolheu visitas de delegações estrangeiras oriundas do Brasil, China, Índia, Irlanda, Malásia, Nigéria, Reino Unido, Suécia, Suíça, Tailândia e Turquia que mobilizaram cerca de meia centena de visitantes, tendo sido registados testemunhos de apreço sobre as capacidades do ML e a forma como foram recebidos.

### Desempenho em termos de satisfação do cliente

Foram realizados os estudos de perfil e satisfação do cliente, tendo este ultimo decorrido de acordo com os critérios de qualidade definidos nas NP EN 13816 e 4415. A Satisfação Global, obtida através das várias componentes de serviço, foi 7,11.







Trem, A.C.E.

(M) (1.

### Comunicação ao cliente

Neste capítulo destacam-se a continuidade da campanha "Lembre-se, o metro é de todos", culminando numa exposição na Semana Europeia da Mobilidade, o desenvolvimento e lançamento da campanha emocional "Somos a sua companhia", em outubro de 2018, marcando a viragem da oferta e serviço prestado pela Empresa, o desenvolvimento da campanha "Segurança metro-a-metro" em parceria com o Comando Metropolitano de Lisboa, a continuidade do projeto "Comunicação Universitária", com a presença do Metro na Universidade de Lisboa e no Instituto Superior Técnico, o lançamento do website ML, com novo layout e novas funcionalidades e o lançamento do site do clube infantil clube Metrox. Assume ainda especial relevo a transferência do serviço Régie para o Edifício Administrativo no PMO II, em Carnide, que foi estrategicamente agregada ao Centro de Apoio Interno (CAI), permitindo assim alargar o apoio aos nossos colaboradores em estação para o horário de exploração, incluindo feriados e fins-de-semana

### Reclamações e pedidos de informação versus respostas do ML

No decurso do ano 2018 foram registados 4.958 processos de reclamação com 4.961 motivos associados.

Este número de reclamações representa uma descida de -21,5% face a 2017, ficando em linha com a descida de processos relativos ao serviço prestado, validando assim o esforço realizado na disponibilização de material circulante.

#### Combate à Fraude

Em 2018 foi disponibilizado um meio de pagamento digital, com emissão de referências multibanco, para pagamento de coimas pelos clientes autuados.







Trem, A.C.E.

# 5. Capital Natural

#### Desempenho ambiental

O Metropolitano de Lisboa assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia e para a minimização dos impactes ambientais.

Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Em 2018 mantiveram-se os esforços no sentido da implementação de soluções mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente em termos dos sistemas de iluminação e de ventilação. No global verificou-se um aumento do consumo de energia mas por via do aumento da oferta decorrente da transferência modal.

Em termos de eficiência energética, passageiros.km transportados por unidade de energia, manteve-se a tendência crescente.

Para 2019, e também tendo em conta a RCM n.º 141/2018, será feito um esforço no sentido da redução do consumo de papel e da eliminação do uso de plástico descartável no refeitório e bares.

De igual forma manter-se-ão as ações de melhoria da eficiência energética por via da alteração tecnológica dos sistemas de iluminação e de ventilação e serão implementadas melhorias ao nível da eficiência hídrica.

Gráfico 16 - Eficiência energética (pass.km/kWh)

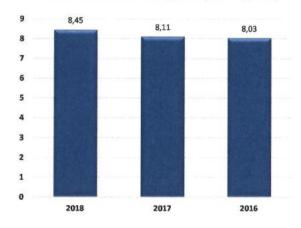


Gráfico 17 - Consumo de lâmpadas

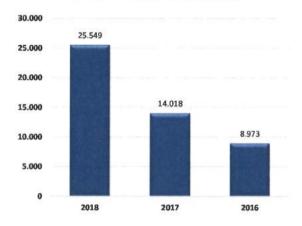












Gráfico 18 - Consumo de papel (kg)

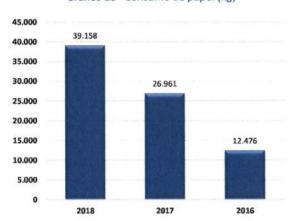


Gráfico 19 - Consumo de aço (t)

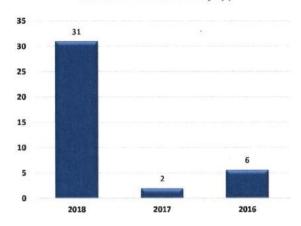


Gráfico 20 - Consumo de betão (m3)

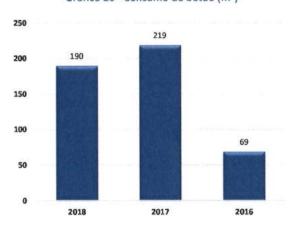


Gráfico 21 - Consumo de toners (un.)

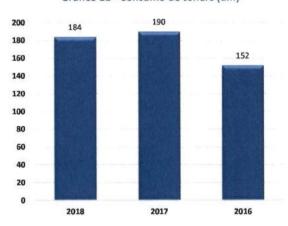


Gráfico 22 - Consumo de abraçadeiras (un.)

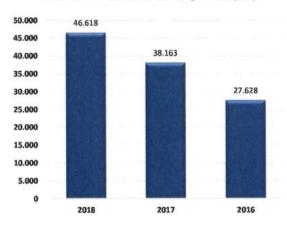
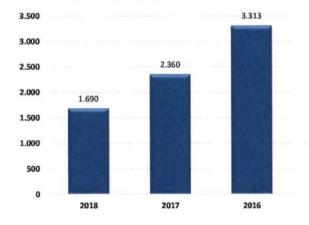


Gráfico 23 - Consumo de cabo (m)













#### IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de -27.892.434,94 euros, seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

As demonstrações financeiras anexas a este relatório evidenciam a perda de metade do capital social, nos termos referidos no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração deverá submeter a deliberação do acionista a adoção de medidas que visem a reposição do capital social da Sociedade.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

14.1. Drugue de feats

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos







# V. ANEXOS

# 1. Cumprimento de Orientações Legais

# Objetivos de Gestão

Quadro 36 - Objetivos de gestão

STATE OF THE SECOND	ANO 2	018	Grau de	01
	REAL	PAO	Execução	Observações/Justificação desvios
Princípios Financeiros de Referência				
Crescimento do EBITDA face ao ano anterior	-1476%	-9,4%		Considerou-se o EBITDA corrigido. O desvio do EBITDA real face à previsão justifica-se pelas diferenças cambiais desfavoráveis e ganhos e perdas em existências, não consideradas nas demonstrações previsionais.
Eficiência Operacional (redução de gastos com CMVMC, FSE e Pessoal face a dezembro de 2016)	21,4%	15,6%		
PRC (1) - manutenção ou redução de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, face a dezembro de 2016	626,7%	245,3%		A partir de 2017, os gastos com deslocações/estadas já não foram repartidos com a Carris e Transtejo. Para além disso, a expansão Rato-Cais do Sodré exigiu maiores custos desta natureza.
PRC (2) - manutenção ou redução de gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, face a dezembro de 2016	70,5%	199,2%		
PRC (3) - manutenção ou redução de gastos com a frota automóvel, face a dezembro de 2016	145,2%	123,2%		Em 2016, o valor dispendido com a frota beneficiou das sinergias decorrentes da repartição dos gastos com a Carris e a Transtejo. Em 2017, foi necessário renovar a frota automóvel do ML, o que justifica o aumento de gastos. Em 2017, o ML obteve autorização para a dispensa do parecer prévio da ESPAP (Despacho de 17-05-2017, Of. n.º 855), respeitante à substituição, ao longo do ano de 2017, da frota operacional de veículos ligeiros do ML, nos termos do n.º 8 do artigo 39.º do DLEO.
Investimento				
Infraestruturas de Longa Duração	10.755.486€	29.644.108 €	36,3%	Devido a atrasos/problemas no processo de
Renovação e Beneficiação de Frota	- €	1.810.000 €	0,0%	contratação pública, nomeadamente, atrasos nas autorizações de despesas plurianuais, não foi
Outros Investimentos	2.227.217€	8.567.983 €	26,0%	possível realizar todos os investimentos previstos.
TOTAL	12.982.703 €	40.022.091 €	32,4%	
Indicadores de Recursos Humanos				
N.º de efetivos a 31 Dez.	1.416	1.484		
N.º médio de efetivos a 31 Dez.	1.414	1.457		
Endividamento				
Variação do endividamento	8,79%	7,37%		Aumento por via do pagamento de contratos SWAP.





# Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Quadro 37 - Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE - Conta de Gerência 2018

	Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Nota justificativa
R05.07	07-REM. CAPITAIS - RECEITAS GERAIS	0€	70.321 €	- II	Divdendos da participada OTLIS, não previstos no Orçamento.
R06.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.536.048 €	4.511.959 €	99,5%	
R07.02	02-SERVIÇOS	119.741.422 €	117.974.293 €	98,5%	A gratuidade atribuída a crianças até aos 12 anos (decisão tomada apó: a elaboração do orçamento) e o alargamento, no mês de setembro, ao: passes Sub23 do desconto de 25%, associada à transferência para tipo: de passe em que o ML tem uma menor quota impediram o alcance di receita prevista.
R08.01	01-OUTRAS	1.565.013 €	1.860.193 €	118,9%	Valor de reembolsos de IVA acima do estimado.
R09.03	03-EDIFÍCIOS	520.350 €	0€	0,0%	Apesar das expectativas de venda de imóveis aquando da preparação do orçamento, não ocorreu qualquer alineação em 2018
R09.04	04-OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	3.910 €	14.291 €	365,5%	Valor de alienação de viaturas acima do estimado.
R10.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.300.000 €	0€	0,0%	Apesar de prevista dotação de 1.300.000,00€ no PIDDAC, e de efetuado pedido de pagamento nesse valor, a transferência não se verificou.
R12.06	06-APOIO FINANCEIRO	445.095.546 €	421.973.932 €	94,8%	Reajuste dos valores de dotação e financiamento inicialmente previstos e aprovados no OE 2018. Despacho nº1832/2018/5EO.
R12.07	07-OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	175.195.680 €	175.195.680 €	100,0%	Reajuste dos valores de dotação e financiamento inicialmente previstos e aprovados no OE 2018. Despacho nº1832/2018/SEO.
R15.01	01-REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0€	267.411€		Regularizações de contratos, taxas municipais e seguros.
R16.01	01- SALDO GERÊNCIA	22.023.844 €	22.023.844 €		Utilização do Saldo de Gerência de 2017 como disponibilidade de Tesouraria, evitando o aumento do endividamento via financiamento DGTF.
R17.02	00 - OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0€	98.601 €		Receita extra orçamental.

	Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Nota justificativa
D01.01	01-REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	50.777.856 €	50.554.909 €	99,6%	
D01.02	02-ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	4.721.268 €	4.410.366 €	93,4%	Esta rubrica foi objeto de cativação de cerca de 0,3 M€.
D01.03	03-SEGURANÇA SOCIAL	24.846.396 €	24.846.351 €	100,0%	
D02.01	01-AQUISIÇÃO DE BENS	10.922.252 €	10.255.495 €	93,9%	Apesar de ter existido reforço por contrapartida do investimento e descativação de 4M€ (Despacho 529/2018/SEO), manteve-se cativação no montante de 0,3M€.
D02.02	02-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	53.082.484 €	41.584.386 €	78,3%	Apesar de ter existido reforço por contrapartida do investimento e descativação de 4M€ (Despacho 529/2018/SEO), manteve-se cativação no montante de 11 M€.
D03.01	01- JUROS DIVIDA PÚBLICA	22.023.844 €	22.023.844 €	100,0%	Utilização do Saldo de Gerência de 2017 para fazer face a uma early termination de derivado, evitando o aumento de financiamentos DGTF
D03.05	05-OUTROS JUROS	473.549.837 €	471.548.279 €	99,6%	
D03.06	06-OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	85.361 €	84.135 €	98,6%	
D06.02	02-DIVERSAS	19.585.128 €	4.798,593 €	24,5%	O baixo grau de execução de investimento não acompanhou as estimativas orçamentais de cálculo de pagamento de imposto. O valor orçamentado considera ainda 12,9 M € de Reserva.
D07.01	01-INVESTIMENTOS	3.601.675€	2.914.465€	80,9%	O desvio está relacionado com os atrasos verificados nos processos de contratação pública. Atendendo ao nível de execução, foi autorizada a transferência de dotação para D.02 (Despacho 529/2018/SEO)
D07.02	02-LOCAÇÃO FINANCEIRA	11.469.683 €	11.413.112 €	99,5%	
D07.03	03-BENS DE DOMÍNIO PUBLICO	17.275.988 €	11.869.588 €	68,7%	O desvio está relacionado com os atrasos verificados nos processos de contratação pública. Atendendo ao nível de execução, foi autorizada a transferência de dotação para D.02 (Despacho 529/2018/SEO)
D09.06	06-Admnist. Pública Central - ESTADO	0€	0€	111111111111111111111111111111111111111	
D10.06	06-EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	71.502.576 €	71.502.576 €	100,0%	
D12.02	00-OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0€	98.601 €		Despesa extra orçamental

# Gestão do Risco Financeiro

Quadro 38 - Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	498.051.303	163.652.365	116.271.878	91.461.531	95.459.528
Taxa Média de Financiamento (%)	4,99	4,80	3,24	3,29	3,63







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. J. 74

# Limite de Crescimento do Endividamento

Quadro 39 - Passivo remunerado e variação do endividamento

Un: € Variação 2018/2017 Passivo remunerado 2018 2017 (valores em euros) Valor Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corren 3.779.664.233 3.440.662.560 339.001.673 9,9 - do qual concedido pela DGTF 1.660.820.587 1.238.846.655 421.973.932 34,1 -16.855.122 175.195.680 192.050.802 Aumentos de Capital por dotação -8.8 Aumento de Capital por conversão de créditos

Novos Investimentos	2.687.953
	90

Variação do endividamento 8,79%

# Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos ("arrears")

Quadro 40 - Prazo Médio de Pagamento

	2010	2017	Variação 2	2018/2017
PMP	2018	2017	Valor	%
Prazo (dias)	12	19	-7	-36,8

Quadro 41 - Dívidas vencidas

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas	s vencidas de acor	do com o art. 1.º D	DL 65-A/2011 (€)
(valores em euros)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	202.297	975	2.618	0	7.146
Aquisições de Capital	0	0	17.460	36.044	0
Total	202.297	975	20.078	36.044	7.146

# Recomendações do acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Metropolitano de Lisboa procura reportar atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Considerando que as contas de 2014, 2015, 2016 e 2017, desta entidade, ainda não foram aprovadas pelo Acionista, não foram transmitidas à Empresa recomendações específicas que mereçam referência neste ponto.

# Remunerações

i. Identificação dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

Quadro 42 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

The manufacture of the same of			Designaç	MA Name	- N.º de			
Mandato Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	mandatos
2017-2019	Presidente	Eng. 9 Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 16/2017	16/01/2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 1	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	RCM n.º 16/2017	16/01/2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 2	Eng. <sup>a</sup> Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 16/2017	16/01/2017	Não	n.d.	D	1
2017-2019	Vogal 3	Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis (a)	RCM n.º 16/2017	16/01/2017	Não	n.d.	D	1











# Quadro 43 - Identificação da Comissão de Fiscalização

Mandato			Designa	ção	Estatuto	N.º de
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (1)	Data	Remuneratório Fixado Mensal (€)	mandatos
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.362,01	2 (2)
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017		2

<sup>(1)</sup> De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

# Quadro 44 - Identificação do Revisor Oficial de Contas

	Identificação SROC/ROC			Designação			1000	N.º de anos de
Cargo	Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato	funções exercidas no grupo	funções exercidas na sociedade
SROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:	74	20161409					
ROC Eletivo	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240	Despacho	18-03-2015	18-03-2015	4	4
	SROC ROC Efetivo	Cargo Nome  SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:	Cargo Nome N.º de Inscrição na OROC  SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:  ROC Efetivo Dr. José Luís Areal Alves da Cunha 585	Cargo     Nome     N.º de Inscrição na OROC       SROC     Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:     74     20161409       ROC Efetivo     Dr. José Luís Areal Alves da Cunha     585     20160240	Cargo     Nome     N.º de Inscrição na OROC     N.º Registo na CMVM     Forma       SROC     Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:     74     20161409     Despacho       ROC Efetivo     Dr. José Luís Areal Alves da Cunha     585     20160240     Despacho	Cargo     Nome     N.º de Inscrição na OROC     N.º Registo na CMVM     Forma     Data       SROC     Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:     74     20161409     Despacho     18-03-2015       ROC Efetivo     Dr. José Luís Areal Alves da Cunha     585     20160240     Despacho     18-03-2015	Cargo     Nome     N.º de Inscrição na OROC     N.º Registo na CMVM     Forma     Data     Data do contrato       SROC     Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:     74     20161409     Despacho     18-03-2015     18-03-2015       ROC Efetivo     Dr. José Luís Areal Alves da Cunha     585     20160240     Despacho     18-03-2015     18-03-2015	Cargo Nome Nome N.º de Inscrição na OROC Porma Data Data do funções exercidas no grupo  SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Ida. representada por:  ROC Efetivo Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha Servicia SROC Dr. José Luís Areal Alves da Cunha SROC Dr. José Luís Dr. José

<sup>(1)</sup> Apesar do fim de mandato, o ROC manteve-se em funções no exercício em análise.

#### Quadro 45 - Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor	Externo		Data da	Duração do	N.º de anos de	N.º de anos de
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM	Contratação	Contrato	funções exercidas	funções exercidas na sociedade
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por:	29	20161384	01-01-2017	3 anos	3	3
Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	956	20160573				

# ii. Acumulação de funções do Conselho de Administração

# Quadro 46 - Acumulação de funções do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções							
Membro do CA	Entidade	Função	Regime					
Fing 9 Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público					
Eng Vitor Manuel Jacinto Dominigues dos Santos	METROCOM	Presidente	Público					
	METROCOM	Administrador	Público					
g.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT (desde 21/11/2018) Administrador							
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	TREM A.C.E. (desde30/03/2018	Presidente	Público					
	TREM II A.C.E. (desde 30/03/2018)	Presidente	Público					
	OTLIS A.C.E. (desde 02/04/2018)	Administrador	Público					
Eng & Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrador	Público					
eng. Harra Herena Arramiado Carrasco Campos	METROCOM (desde14/05/2018)	Administrador	Público					
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	METROCOM (a)	Administrador	Público					

<sup>(</sup>a) Renuciou ao cargo com efeitos a 21/04/2018 - Deliberação CA n.º 1325274.

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E.

(h)

1.

<sup>(2)</sup> O 1.9 mandato do Dr. José Carlos Pereira Nunes foi cumprido como vogal efetivo.

# iii. Remunerações dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

# Quadro 47 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração

	Remuneração Anual - 2018 (€)								
Membro do CA (Nome)	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final				
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)				
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	103.123,98		103.123,98	5.175,37	97.948,61				
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	82.499,17		82.499,17	4.124,91	78.374,26				
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	82.499,17		82.499,17	4.140,17	78.359,00				
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	36.802,99		36.802,99	1.175,06	35.627,93				
			304.925,31	14.615,51	290.309,80				

<sup>(1)</sup> O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

#### Quadro 48 - Benefícios sociais do Conselho de Administração

	Beneficios Sociais (€)									
Membro do CA	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	No. of Contract of		
(Nome)	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor		
Eng. <sup>9</sup> Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	2.390,85	SNS	23.262,79	562,30	129,93	Seguro de acidentes de trabalho	598,32		
			CGA	18.613,89	7 562 30 64 21					
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	10,35	2.390,85	SAMS	7.280,97		64,21	Seguro de acidentes de trabalho	598,32		
			CGD	555,72						
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	2.390,85	CGA	18.610,26	562,30		Seguro de acidentes de trabalho	598,32		
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	10,35	807,30	SNS	8.461,63	175,72	43,59	Seguro de acidentes de trabalho	180,32		
		7.979,85		76.785,27	1.862,62	237,73		1.975,28		

#### Quadro 49 - Remuneração do Conselho Fiscal

Mandato	T A CONTRACT OF		Designa	ção	Estatuto	N.º de
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (1)	Data	Remuneratório Fixado Mensal (€)	mandatos
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.362,01	2 (2)
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1.021,51	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017		2

<sup>(1)</sup> De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

# Quadro 50 - Remuneração anual do Conselho Fiscal

	Remuneração Anual (€)						
Nome	Bruto (1)	Reduçoes Remuneratória (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)				
Dr. José Carlos Pereira Nunes	19.068,1	3 0,00	19.068,13				
Dra. Cristina Maria Pereira Freire	14.301,1	9 0,00	14.301,19				
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	14.301,1	9 0,00	14.301,19				
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,0	0,00	0,00				
			47.670,51				

# Quadro 51 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

	Valor Anual do Ser	Contrato de viços - 2018 (	Accesses the contraction	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)				
Nome (ROC/FU)	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação -	Valor	Reduções	Valor Final	
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	do Serviço	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	20.550,36	0,00	20.550,36		0,00	0,00	0,00	

Metropolitano de Lisbo





Irem, A.C.E.

(In) &

7.)

<sup>(4)</sup> redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

<sup>(2)</sup> O 1.º mandato do Dr. José Carlos Pereira Nunes foi cumprido como vogal efetivo.

Quadro 52 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

		Anual do Co ão de Serviço		Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)				
Nome Auditor Externo	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação	Valor	Reduções	Valor Final	
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	do Serviço	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	29.780,00	0,00	29.780,00	-	0,00	0,0	00,00	

# Estatuto do Gestor Público

Quadro 53 - Estatuto do Gestor Público

	EGP EGP								
Membro do CA	Fixado		Classificação	Remuneração m	nensal bruta (€)				
(Nome)	[S/N]	Período	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação				
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	jan - set (+SF)	А	5.722,75	2.289,10				
Eng. = Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	out - dez (+SN)	В	4.864,34	1.945,74				
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	jan - set (+SF)	Α	4.578,20	1.832,28				
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	out - dez (+SN)	В	3.891,47	1.556,59				
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	jan - set (+SF)	Α	4.578,20	1.832,28				
Elig Maria nelella Arranilado Carrasco Campos	S	out - dez (+SN)	В	3.891,47	1.556,59				
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	S	jan - abr	Α	4.578,20	1.832,28				

Quadro 54 - Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento

	LES HELES LAND	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)									
Membro do CA	Deslocações em	Custo com	Ajudas de	Outras	TOUR	Gasto total					
		Alojamento	Custo	Identificar	Valor	com viagens (Σ)					
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	6.971,90	1.757,22	0,00	-	0,00	8.729,12					
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	6.248,70	1.041,00	0,00	5.703	0,00	7.289,70					
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	294,34	475,00	0,00	100	0,00	769,34					
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	6.123,20	2.280,00	0,00	-	0,00	8.403,20					
						25.191,36					

- a) Em 2018, nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- b) Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;
- c) Valor de despesas associadas a comunicações:

Quadro 55 - Gastos com comunicações

	Gastos com Comunicações (€)						
Membro do CA	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações				
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	80,00	168,24					
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	80,00	146,07					
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	81,81					
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	80,00	297,67					
		693,79					

Metropolitano de Lisbo





Trem, A.C.E.

J. J.

#### d) Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Quadro 56 - Gastos associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal	Gastos anuais associados a Viaturas (€)						
	Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações			
Eng. 9 Vitor Manuel Domingues dos Santos	543,66€	2 486,51 €	1 197,74 €	3 684,25 €				
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	434,93 €	2 877,10 €	389,68€	3 266,78 €				
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	434,93 €	2 661,55 €	2 067,98 €	4 729,53 €				
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	434,93 €	1 680,60 €	569,79€	2 250,39 €				
				13 930.95				

#### Quadro 57 - Encargos com viaturas

	Encargos com Viaturas - 2018									
Membro do CA	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescente	
Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos	S	S	45.353,00€	AOV	2017	2021	616,63€	7.399,56€	27	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	S	41.401,00€	AOV	2017	2021	555,15€	6.661,80€	27	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42.072,00€	AOV	2017	2021	558,47€	6.701,64€	27	
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis	S	s	40.692,07 €	AOV	2017	2021	544,50€	6.534,00€	27	

#### Despesas não documentadas

O Metropolitano de Lisboa cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, RJSPE, e do artigo 11.º do EGP, não tendo realizado despesas não documentadas.

# Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Elaborado Relatório sobre Remunerações por Género - 2018 (Aguarda aprovação do Conselho de Administração)

# Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção, Gestão de Conflitos de Interesses e Compliance

No que respeita ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), elaborou-se no final de 2018 a sua 5.ª edição, dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009. No início do ano de 2018 foi elaborado e devidamente publicitado o Relatório de Execução do PPRCIC referente ao ano de 2017, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE.

No sentido de reforçar a cultura organizacional de prevenção e gestão de conflitos de interesses no Metropolitano de Lisboa foi alargado o projeto de subscrição voluntária de declarações de inexistência de conflitos de interesse ao Conselho de Administração, às restantes Áreas da Empresa não abrangidas na 1.ª fase e à Ferconsult. Foi, ainda, promovida, por recomendação do GAI, uma ação de sensibilização de combate ao conluio pela Autoridade de Concorrência ao universo dos Colaboradores da DLO e divulgado na intranet da Empresa o Guia de Boas Práticas de Combate ao Conluio.

O Metropolitano de Lisboa também dispõe de um Canal de Ética que tem como objetivo contribuir para promover a transparência da organização. Trata-se de um canal direto de comunicação de suspeitas de fraudes, de conflitos de interesse e/ou de práticas de corrupção, de acordo com as boas práticas de GRC (Governance, Risk Management & Compliance).



1 1 79 (1.)

A implementação pelo Metropolitano de Lisboa de uma ferramenta informática de *Compliance* (desenvolvida internamente) constituiu outra importante medida no sentido de assegurar o cumprimento legal.

#### Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

Na sequência da aprovação do Regulamento relativo à Proteção de Pessoas Singulares no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27.04.2016), em 2018 continuou-se a realizar trabalhos de implementação do RGPD pelo Grupo de Trabalho interno, com representantes das Áreas com maior impacto na proteção de dados (em particular, de Clientes e de Trabalhadores).

Foi lançado um procedimento pré-contratual para a aquisição de serviços de Encarregado de Proteção de Dados (DPO), sendo o GAI responsável pela gestão do respetivo contrato de prestação de serviço a cargo do GAI. A DPO nomeada realizou, ao longo de 2018, diversos trabalhos de implementação do RGPD.

# Contratação Pública

Em 2018, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico. Quanto à participada Ferconsult a mesma não integra o sector especial dos transportes, aplicando-se o Código dos Contratos Públicos a toda a contratação.

O Grupo ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de Agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Grupo ML cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 59.º da LOE 2018, conjugado com o n.º 6 do artigo 46.º e n.º 4 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio, referente respetivamente à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP e ao pedido prévio à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A., no que diz respeito à aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual.

Internamente, o ML e as suas participadas cumpriram o previsto nos respetivos Manuais de Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

De salientar, por último, que o Metropolitano de Lisboa em 2018 promoveu a contratação de fornecimento de energia elétrica com agregação de entidades adjudicantes com a Carris, da qual resulta uma redução de custos. Sendo o valor contratualizado acima do 5 M€, no entanto, a alínea c) do nº 1 do artigo 47º da Lei nº 98/97 de 26 de Agosto (Lei de



80 / 1.)

Organização e Processo do Tribunal de Contas), estabelece a isenção de visto prévio no que diz respeito a contratos de fornecimento de eletricidade.

# Sistema Nacional de Compras Públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

# Medidas de Redução de Gastos Operacionais

O artigo 145.º do DLEO 2018, que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2018, define os objetivos a atingir pelas Empresas Públicas no que respeita aos seus gastos operacionais. São de destacar os seguintes:

O rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017.

Devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais:

Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;

Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;

Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.











Quadro 58 - Plano de redução de custos

						Un.:€
PRC	2018	2018	2017	2016	2018/20	17
	Exec.	Orç.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-5 210 989	-928 901	378 706	-3 180 141	-5 589 694	-1 476
(1) CMVMC	6 067 798	8 110 872	4 408 604	2 180 092	1 659 194	38
(2) FSE	34 798 822	35 720 457	32 163 996	30 513 040	2 634 826	8
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	72 211 716	68 861 283	70 386 333	65 710 690	1 825 383	
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	179 830	13 152	62 244	371 709	117 586	189
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	3 977 347	1 093 114	n.a.	n.a.	3 977 347	1
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	2 437 322	388 743	1 218 661	n.a.	1 218 661	100
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	113 078 336	112 692 612	106 958 933	98 403 823	6 119 403	6
(5) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>	111 378 018	112 368 614	106 583 034	99 241 786	4 794 985	4
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	102%	100%	100%	99%	0	1
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	84 220	41 534	45 300	12 498	38 920	86
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	13 249	4 774	5 448	913	7 802	143
(iii) Gastos associados à frota automóvel <sup>c)</sup>	287 846	261 954	191 416	117 369	96 430	50
Total = (i) + (ii) + (iii)	385 316	308 262	242 164	130 780	143 151	59
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 164 824	2 043 476	1 133 607	683 050	31 216	3
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1 422	1 491	1 415	1 376	7	0
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	7	7	8	-1	-14
N.º Cargos de Direção (CD)	17	16	16	11	1	6
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1 399	1 468	1 392	1 357	7	1
N.º Trabalhadores/N.º CD	82	92	87	123	-5	-5
N.º de viaturas	42	42	47	47	-5	-11

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2018.

O aumento do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, quando comparado com os períodos anteriores, é justificado pelo efeito dos gastos em materiais, para recuperação do material circulante, do acréscimo em gastos com pessoal, quer pela aplicação do definido na Lei do Orçamento de Estado quer pelas contratações de 2017 e 2018, e por um volume de negócios inferior ao esperado.

O valor de deslocações e ajudas de custo decorre de necessidades de contactos com outras redes de metro e ao mercado, subjacentes aos projetos de expansão e aquisição de material circulante e sistema de sinalização.

Os valores relativos à frota automóvel, em comparação com o período homólogo, são justificados pelo processo de de renovação da frota por viaturas em regime de *leasing* operacional e por gastos não previstos quer a nível de caracterização de viaturas quer de recondicionamento e inspeção para entrega no final do contrato de *leasing*.

#### Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 59 - Disponibilidades no IGCP

UTE	2018
Disponibilidades em 31-12-2018	71.639.177€
Depositadas no IGCP	13.236.574€
Outras	58.402.602 €
Disponibilidades no IGCP [%]	18,5%

Grupo ML







Trem, A.C.E.

(M) 82

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, prieumáticos, taxas e impostos.

Quadro 60 - Disponibilidades na banca comercial

Banca Comercial			3.º Trimestre	
	C	22 075 570	€ 22.075.570	25 220 545
Wilmington Trust	23.875.570	23.875.570	23.875.570	25.220.545
Wells Fargo	28.313.020	28.313.020	28.313.020	30.197.168
Banco Português de Investimento	3.152.331	1.035.582	1.891.501	1.974.743
Banco Santander Totta	77.492	1.300.937	681.964	878.986
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	7.845	23.771	20.205	25.993
Caixa Banco Investimento	499	499	499	24.315
Millennium BCP	469.700	158.273	409.977	38.112
Caixa Geral de Depósitos	856.708	259.665	72.634	40.870
Haitong Bank (antigo BES Investimento)	1.933	1.871	1.871	1.871
Total	56.755.098	54.969.188	55.267.241	58.402.602
Juros auferidos	0	0	0	0

# Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Nos últimos três anos (2015-2017), não foi realizada nenhuma auditoria pelo Tribunal de Contas ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

# Informação divulgada no SEE

Quadro 61 - Informação divulgada site do SEE

Informação a constança Cita da CEE		Di	vulgação	Comentários
Informação a constar no Site do SEE	S	N N.A	. Data atualização	Comentarios
Estatutos	X		mar/2019	
Caraterização da Empresa	X		out/2018	
Função de tutela e acionista	X		abr/2019	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais				
- Identificação dos Órgãos Sociais	Х		mar/2019	
- Estatuto Remuneratório Fixado	X		nov/2018	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X		nov/2018	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	Χ		mar/2019	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	Х		mar/2019	
Esforço Financeiro Público	Х		out/2018	
Ficha Sintese	X		mar/2019	
Informação Financeira histórica e atual	x		ago/2017	As contas dos anos de 2014 a 2017 aguardam aprovação pelo Acionista.
Princípios de Bom Governo				
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X		nov/2018	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X		nov/2018	
- Outras transações	X		nov/2018	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			nov/2018	
Económico	X		nov/2018	
Social	X		nov/2018	
Ambiental	X		nov/2018	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	X		nov/2018	
- Código de ética	X		nov/2018	







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



# Quadro resumo – Cumprimento de Orientações Legais

Quadro 62 - Quadro resumo - Cumprimento de obrigações legais I

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cu	mprim	ento	Quantificação/	Justificação/Referência ao ponto do	
Cumprimento das Orientações Legais - 2018	S	N	N.A.	Identificação	Relatório	
Objetivos de gestão			Y A			
Objetivos de gestão definidos para 2018					Pág. 73	
Metas a atingir constantes no PAO 2018						
Princípios Financeiros de Referência						
EBITDA (crescimento face ao ano anterior)		X		-1.476%	Objetivos de Gestão - Pág. 73	
Eficiência Operacional (redução face a dez/2016)		X		21,4%	Objetivos de Gestão - Pág. 73	
PRC (1)		X		626,7%	Objetivos de Gestão - Pág. 73	
PRC (2)	X			70,5%	Objetivos de Gestão - Pág. 73	
PRC (3)		X		145,2%	Objetivos de Gestão - Pág. 73	
Investimento		Х		32,4%	Objetivos de Gestão - Pág. 73	
Gastos com Pessoal		Х			Quadro 17 - Gastos com Pessoal - Pág. 46	
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE	Х				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 74	
Gestão do Risco Financeiro	X				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 74	
imites de Crescimento do Endividamento		X		8,79%	Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 75	
Evolução do PMP a fornecedores	X			12 dias	Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 75	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 75	
Recomendações do acionista na última prestação de contas			X		Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 75	
Remunerações						
Não atribuição de prémios de gestão	х				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 74	
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	X				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 77	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)			х		Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 77	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)			x		Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 78	
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP						
Não utilização de cartões de crédito	Х				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 78	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 78	
/alor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 78	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 79	







Trem, A.C.E.



Quadro 63 - Quadro resumo - Cumprimento de obrigações legais II

	Cum	primento	Quantificação/	
Cumprimento das Orientações Legais - 2018	s	N N.A.	Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º	16.º d	o RJSPE e a	rt.º 11.º do EGP	
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x			Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 79
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x			Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 79
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x			Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 79
Contratação Pública				
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	X			Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 80
Aplicação das normas de contratação pública pelas Participadas		x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	х			Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 80
Auditorias do Tribunal de Contas		X		
Parque automóvel				
N.º de viaturas	x		42	Cumprimento de Orientações Legais - Pág, 82 - Quadro 58 - Plano d redução de custos
Gastos Operacionais das Empresas Públicas				
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)				
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP		x	13.236.574€	Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 82
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial		x	58.402.602€	Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 83
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado		x		Cumprimento de Orientações Legais - Pág. 83







2. Demonstrações Financeiras e Respetivos Anexos (Contas Individuais)



(1.)

Quadro 64 - Balanço individual em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	Notas	31-12-2018	Un:€ 31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7	5.111.618.059	5.020.086.976
Ativos fixos tangíveis	8	126.986.144	151.269.820
Propriedades de investimento	10	12.176.217	8.534.641
Participações financeiras - método da equivalência patrim	11	3.350.018	3.122.902
Derivados	12	81.966	330.000
Outros ativos financeiros	13	55.418.340	52.188.819
Total do ativo não corrente		5.309.630.743	5.235.533.158
Ativo corrente			
Inventários	14	7.134.976	4.076.539
Clientes	15	1.031.813	4.999.392
Estado e outros entes públicos	23	5.230.197	3.053.159
Outros créditos a receber	15	7.008.736	11.213.598
Diferimentos	16	31.339.224	31.881.775
Caixa e depósitos bancários	5	16.237.584	22.023.844
Total do ativo corrente		67.982.531	77.248.306
Total do ativo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração		5.111.618.059	5.020.086.976
Total do ativo afeto à operação (ML)		265.995.215	292.694.489
Total do ativo		5.377.613.273	5.312.781.465
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	17	2.543.791.006	2.368.595.326
Reserva legais		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.768.793.599)	(1.744.292.684)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	18,21	(6.834.714)	1.976.909
		769.686.168	627.803.026
Resultado líquido do período	S PUBL	(27.892.435)	(24.500.916)
Total do capital próprio		741.793.733	603.302.111
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7	2.326.298.242	2.706.575.594
Provisões	19	52.920.819	54.251.294
Financiamentos obtidos	20	194.179.525	66.402.003
Derivados	12	81.623.896	108.844.147
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	253.711.461	252.627.865
Total do passivo não corrente		2.908.733.943	3.188.700.902
Passivo corrente		2 10 10	
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7	1.205.630.052	900.000.200
Fornecedores	22	1.765.542	4.631.433
Estado e outros entes públicos	23	3.017.415	1.637.406
Financiamentos obtidos	20	472.210.525	451.492.197
Outras dividas a pagar	25	44.259.228	162.604.700
	26	202.837	412.516
Diferimentos		1.727.085.598	1.520.778.45
Diferimentos  Total do passivo corrente	<b>SATE</b>		
	,	3.531.928.293	3.606.575.79
Total do passivo corrente	•	3.531.928.293 1.103.891.247	Service Control of the Control of th
Total do passivo corrente Total do passivo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração			3.606.575.79 1.102.903.56 4.709.479.35

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota







			Un:€
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	27	114.530.094	109.400.211
Ganhos / perdas imputados de subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos	11,19	(5.008.337)	(3.957.329)
Trabalhos para a própria entidade		3.213.739	2.309.612
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	(6.067.798)	(4.408.604)
Fornecimentos e serviços externos	28	(34.798.822)	(32.163.996)
Gastos com o pessoal	29	(78.806.214)	(71.667.238)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	15,16	(53.678)	(122.858)
Provisões (aumentos / reduções)	19,33	=	(30.498)
Aumentos / reduções de justo valor	12,13	27.726.370	38.332.888
Outros rendimentos	30	6.591.834	5.031.619
Outros gastos	31	(1.277.146)	(10.151.345)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26.050.041	32.572.461
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8,10	(23.211.671)	(23.411.484)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8,10	432.570	223.155
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.270.940	9.384.132
Juros e rendimentos similares obtidos	32	9	2.714.695
Juros e gastos similares suportados	19,32	(31.122.480)	(35.839.186)
Resultado antes de impostos		(27.851.540)	(23.740.359)
Imposto sobre o rendimento do período	24	(40.895)	(760.557)
Resultado líquido do período		(27.892.435)	(24.500.916)

O anexo faz parte integrante da demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo a 31 de dezembro de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng & Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

nyning ffycica by. (andie

Pr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Out on for de Mot







Un:€

			Un:€
RUBRICAS	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		119.054.692	121.576.498
Pagamentos a Fornecedores		(38.224.790)	(39.386.354)
Pagamentos ao Pessoal		(66.664.794)	(63.549.931)
Caixa gerada pelas operações		14.165.108	18.640.212
Pagamento e recebimento de Impostos		(2.670.054)	(5.934.791)
Outros recebimentos/pagamentos		(7.829.003)	(12.013.175)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.666.051	692.246
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Recebimentos Provenientes de:			
Subsídios de Investimento		2.433.400	1.137.500
Investimentos Financeiros		70.321	71.975
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(14.617.905)	(6.733.354)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(12.114.184)	(5.523.879)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos		421.973.932	32.584.270
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	17	175.195.680	192.050.802
Cobertura de Prejuízos	17		27.808.509
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(71.502.576)	(71.586.662)
Juros e gastos similares		(523.005.163)	(178.966.107)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2.661.873	1.890.812
Variação de Caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(5.786.260)	(2.940.820)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	22.023.844	24.964.665
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	16.237.584	22.023.844

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

H. J. Document of feet

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Mo Ma Heleica G. Carasid acus pos

Engº Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO as on him de not

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota





# Quadro 67 - Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2017 e 2018

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do periodo	Un:€ Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2017		2.176.544.524	21.597	1.501.878	(1.727.960.807)	6.606.343	(44.140.386)	412.573.151
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2016	17				(44.140.386)	-	44.140.386	-
Subsidios de investimento	18	-	9	123	***************************************	(2.577.927)		(2.577.927)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21	(4)	9		79	(2.051.508)		(2.051.508)
Resultado líquido do periodo							(24.500.916)	(24.500.916)
Resultado integral							(29.130.351)	(29.130.351)
Operações com detentores de capital no período								
Subscrições de capital	17	192.050.802	2					192.050.802
Cobertura de prejuízos	17	- 10 000 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0			27.808.509	3		27.808.509
Posição em 31 de Dezembro de 2017		2.368.595.326	21.597	1.501.878	(1.744,292,684)	1.976.908	(24.500.916)	603.302.111
Posição em 1 de Janeiro de 2018		2.368.595.326	21.597	1.501.878	(1.744.292.684)	1.976.908	(24.500.916)	603.302.111
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2016	17		23	-	(24.500.916)	20	24.500.916	
Subsídios de investimento	18	28	20	4		(2.542.158)	SECTION STORY	(2.542.158)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	21	27	**		3-	(6.269,465)		(6.269.465)
Resultado líquido do período							(27.892.435)	(27.892.435)
Resultado integral							(36.704.057)	(36.704.057)
Operações com detentores de capital no período								
Subscrições de capital	17	175.195.680	20	19	12	27	10	175.195.680
Cobertura de prejuízos	17		+3	19	2	130		
Posição em 31 de Dezembro de 2018		2.543.791.006	21.597	1.501.878	(1.768.793.599)	(6.834.715)	(27.892.435)	741.793.733

Eng. Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Maria Aldeira G. Carunio Carupos

Eng. Maria Helena Arranhago Carrasco Campos

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mot



# Anexo às demonstrações financeiras individuais, em 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

# 1. Identificação da Entidade

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 24 de Junho de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 a 2017 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, que serão apresentadas separadamente.

# 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade e utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

# 2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.







Trem, A.C.E.

Cha

# 3. Adoção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória

Não aplicável.

# 4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

# 4.1 Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de Dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de Janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

#### No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, deduzidos de subsídios e imparidades, apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados (Notas 4.2 e 4.3).







Trem, A.C.E. Trem II. A.C.E.

#### No passivo

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

#### 4.2. Ativos fixos tangíveis

# Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos

Material litera de Licha





Trem, A.C.E.

Con Contract of the Contract o

mesmos, que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos	
Edifícios e outras construções	10 - 50	
Equipamento básico:		
Material circulante de exploração	14 - 28	
Material circulante de serviço	10 - 30	
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16	
Equipamento de transporte	4 - 5	
Ferramentas e utensílios	4 - 10	
Equipamento administrativo	7 - 10	
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10	

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

# Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e







rem, A.C.E.

remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

#### 4.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

#### 4.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

#### Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a depreciação do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 4.2 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.







Trent, A.C.E. Trent II, A.C.E.

#### 4.5. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Classe de bens
es	Edifícios e outras construções
es	Edificios e outras construções

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

#### 4.6. Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).



A = 96

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 4.7. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a subsidiária, associada ou empreendimento conjunto relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

#### 4.8. Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. A A

#### 4.9. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas de imparidade (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (i) Ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- · Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável: e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

# b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

# c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

# d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".



Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire

#### (ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.







Trem, A.C.E. Trem II. A.C.E. ( Any )

h

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

		201	18	2017		
Ativos Financeiros	Notas	Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado	
Não corrente:						
Derivados	12	81.966		330.000		
Outros ativos financeiros	13	55.418.340	-	52.188.590	9	
		55.500.306		52.518.590		
Corrente:						
Clientes	15		1.031.813	-	4.999.392	
Estado e outros entes públicos	23	45	5.230.197	-	3.053.159	
Outros créditos a receber	15	12	7.008.736	e e	11.213.598	
Caixa e depósitos bancários	5	i <del>z</del>	16.237.584	-	22.023.844	
		•	29.508.331		41.289.992	
		55.500.306	29.508.331	52.518.590	41.289.992	

		201	18	2017		
Passivos Financeiros	Notas	Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado	
Não corrente:					Altrophological Processor	
Financiamentos obtidos	20	_	194.179.525	-	66.402.003	
Derivados	12	81.623.896		108.844.147		
		81.623.896	194.179.525	108.844.147	66.402.003	
Corrente:						
Fornecedores	22	-	1.765.542	(4)	4.631.433	
Estado e outros entes públicos	23		3.017.415	1070	1.637.406	
Financiamentos obtidos	20	=	472.210.525	320	451.492.197	
Outras dividas a pagar	25		44.259.228	-	162.604.700	
			521.252.709		620.365.736	
		81.623.896	715.432.234	108.844.147	686.767.739	

# 4.10 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar as ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

### 4.11. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

# 4.12. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

#### 4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



### 4.14 Benefícios pós-emprego

#### Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Pré-reformas.

#### Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2018. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

#### 4.15 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor sendo, em cada data de relato mensurados pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura designados e eficazes.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 — Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuada de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.







Trem, A.C.E.

( )

8

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de "Derivados", caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de "Derivados". As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidas na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é, neste caso, nulo.

#### 4.16 Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

#### 4.17 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pela Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- · O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais Títulos de validade mensal, as receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Área Metropolitana de Lisboa, tendo por referência as quotas determinadas pelo inquérito de tráfego realizado em 2007.
- Passes combinados Títulos combinados com outros operadores com quotas definidas conforme protocolos estabelecidos.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. Company of the second

(F)

 Viagens Ocasionais/Zapping – Títulos combinados com outros operadores e válidos para um número de viagens pré-estabelecido. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador, à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

O processo de apuramento da venda mensal referido nos pontos acima, o rédito é determinado:

- Para os títulos de transporte em que a venda realizada pela Empresa foi inferior à receita atribuída: a Empresa fatura aos restantes operadores a quota-parte que lhe cabe;
- Para os títulos de transporte em que a venda realizada pela Empresa foi superior à receita atribuída: os outros operadores faturam à Empresa a quota-parte da receita que lhes é devida.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As compensações tarifárias não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a utilização de transporte público por portadores de títulos de transporte com tarifa reduzida, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

# 4.18 Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 7 e 8), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

### 4.19 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

#### 4.20 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica), pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. P

#### 4.21 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

#### 4.22 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se conforme se segue:

2018	2017
16.120	10.470
16.221.464	22.013.374
16.237.584	22.023.844
	16.120 16.221.464







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. Con &

# POLÍTICAS CONTABÍLISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABÍLISTICAS E ERROS

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa procedeu à alteração da classificação de um edifício sito na Praça General Humberto Delgado de Ativos Fixos Tangíveis para a rúbrica de Propriedades de Investimento.

	Montante	Depreciações	Perdas por	Valor
	bruto	acumuladas	imparidade	Contabilístico
Praça General Humberto Delgado	22.309.373	18.634.644	875	3.674.729

# 7. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2018	2017	
Actividades de investimento de ILD:				
Ativo não corrente:				
Activos fixos tangíveis	7.1	3.123.933.023	3.111.500.240	
Activos intangíveis	7.2	6.974.803	6.955.344	
Propriedades de Investimento	7.3	1.804.209		
Subsídios	7.4	(995.926.760)	(993.493.360	
Conta a receber Estado	7.5	2.955.028.532	2.871.311.908	
Derivados	7.9	19.804.252	23.812.843	
		5.111.618.059	5.020.086.976	
Ativo corrente:				
Outras contas a receber	7.7	2		
Total do ativo		5.111.618.059	5.020.086.976	
Passivo não corrente:				
Provisões	7.6	14.214.246	20.816.971	
Financiamentos obtidos	7.8	1.971.099.037	2.230.326.599	
Derivados	7.9	340.984.959	455.432.023	
		2.326.298.242	2.706.575.594	
Passivo corrente:				
Fornecedores	7.10	1.087.844	1.671.865	
Financiamentos obtidos	7.8	1.142.175.147	692.441.762	
Outras dividas a pagar	7.11	62.367.061	205.886.573	
		1.205.630.052	900.000.200	
Total do passivo		3.531.928.293	3.606.575.794	
Total ILD liquido		1.579.689.765	1.413.511.182	







A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2018 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Juros incorridos no exercício de 2018 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 177.872.625,63 euros (Nota 7.5.1.);
- Justo valor dos instrumentos financeiros no montante de (110.438.473) euros (Nota 7.9);
- Provisões para processos judiciais em curso no montante de 6.602.725 euros (Nota 7.6).

### 7.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

Activo Bruto	31 de Dezembro de 2018						
	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final	
Activos fixos tangíveis ILD's	3.303.354.795	(199.793.426)	3.104.292.787	8.854.434	995.352	3.114.142.573	
Terrenos e recursos naturais	15.899.497	(2.388.442)	13.511.055	- 3	8	13.511.055	
Edificios e outras construções	2.818.796.243	(177.041.447)	2.642.486.214	7.897.621	1.788.552	2.652.172.388	
Equipamento básico	468.659.056	(20.363.537)	448.295.519	956.812	(793.201)	448,459.130	
Activos fixos tangíveis em curso	6.295.544		6.295.544	5.242.115	(2.819.726)	8.717.934	
Terrenos e recursos naturais	2		20		3		
Edificios e outras construções	5.194.534		5.194.534	4.936.747	(2.310.462)	7.820.819	
Equipamento básico	1.101.010	-	1.101.010	305.368	(509.263)	897.115	
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	-	- 2	1.603.793	65.805	747	1.669.598	
Perdas por Imparidade Edificios e outras construções		12	(691.885)	94.803	121	(597.082)	
Total do activo fixo tangível bruto ILD's	3.309.650.340	(199.793.426)	3.111.500.240	14.257.157	(1.824.374)	3.123.933.023	

- Activo Bruto	31 de Dezembro de 2017						
	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final	
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.261.886.622	(199.793.426)	3.062.824.614	2.247.793	39.220.380	3.104.292.787	
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943		32.111	13.511.055	
Edificios e outras construções	2.791.933.843	(177.041.447)	2.615.623.814	768.417	26.093.983	2.642.486.214	
Equipamento básico	454.085.394	(20.363.537)	433.721.857	1.479.376	13.094.286	448.295.519	
Activos fixos tangíveis em curso	43.267.328		43.267.328	2.232.628	(39.204.411)	6.295.544	
Terrenos e recursos naturais	32.112		32.112	1	(32.111)	-	
Edificios e outras construções	29.238.899	2	29.238.899	2.015.692	(26.060.058)	5.194.534	
Equipamento básico	13.996.318		13.996.318	216.935	(13.112.242)	1.101.010	
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	¥		1.595.855		7.938	1.603.793	
Perdas por Imparidade Edificios e outras construções			(727.865)	35.980	-	(691.885)	
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.305.153.951	(199.793.426)	3.106.959.933	4.516.400	23.907	3.111.500.240	

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2018 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções e Equipamento básico", no montante de 8.854.434 euros referem-se, essencialmente, à remodelação da rede, com 3.908.441 euros, e ao empreendimento Amadora/Reboleira 4.115.198 euros.

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2018 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", em (a) Edifícios e outras construções, no montante de 4.936.747 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento Rato/Cais do Sodré e à remodelação da rede, nos montantes de 3.352.467 euros e 1.544.969 euros, e (b) Equipamento









básico, o montante de 305.368 euros, refere-se essencialmente ao empreendimento Oriente/Aeroporto e à remodelação da rede, nos montantes 143.186 euros e 96.158 euros.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

12		2018			2017	
Gastos capitalizados	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	73.216.081	12.467.302	85.683.383	71.552.906	11.335.358	82.888.264
	73.216.081	12.467.302	85.683.383	71.552.906	11.335.358	82.888.264

### 7.2 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

			2018

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.812.580	13.660	112.917	4.939.157
Despesas de instalação	2.019.827		0 8	2.019.827
Activos intangíveis em curso	122.937	5.799	(112.917)	15.818
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.955.344	19.458		6.974.803

31 de Dezembro de 2017

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.574.690	43.790	194.100	4.812.580
Despesas de instalação	2.019.827	-		2.019.827
Activos intangíveis em curso	343.767	7.195	(228.025)	122.937
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.938.284	50.986	(33.925)	6.955.344













### 7.3 Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

	31 de dezembro de 2018					31 de dezembro de 2017					
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante Iíquido	Justo valor	
Praça General Humberto Delgado	1.804.209	-	- 8	1.804.209	4.616.469			*	-		
	1.804.209			1.804.209	4.616.469						

Conforme referido na Nota 6, a Empresa transferiu da rúbrica Ativos Fixos Tangíveis o edifício sito na Praça General Humberto Delgado para a rúbrica de propriedade de investimentos.

#### 7.4 Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi como se segue:

31 de Dezembro de 2018

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final	
Feder	229.464.397	.=0		229.464.397	
Piddac	182.871.505	(30)	10	182.871.505	
Fundo Coesão	376.640.062	740	9	376.640.062	
Fundo Ambiental	-	2.433.400	*	2.433.400	
Subsídios diversos	204.517.396			204.517.396	
Total de subsídios	993.493.360	2.433.400		995.926.760	

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de 2.433.400 euros respeita à implementação do projeto «Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa - Prolongamento das Linhas Amarela e Verde - Rato - Cais do Sodré».





#### 7.5 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2018	2017
Derivados	7.9	321.180.708	431.619.181
Provisões	7.6	14.214.246	170.913.768
Juros, taxa de aval e imposto de selo	7.5.1	2.308.140.717	1.957.191.295
Gastos de emissão	7.5.1	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	7.5.1	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em ativos fixos tangíveis	7.5.2	597.082	691.885
Encargos financeiros capitalizados	7.5.3	(3.495.216)	(3.495.216)
Trabalhos Especializados	7.5.4	2.563.836	2.563.836
Perdas por imparidade em dívidas a receber	7.7	2.041.708	2.041.708
		2.955.028.532	2.871.311.908

#### 7.5.1 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração — Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 4.10 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos de 1995 até 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

#### 7.5.2 Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2018 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou o registo de uma reversão de perda por imparidade 94.803 euros.

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E.

### 7.5.3 Encargos financeiros capitalizados

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

19		31 de Dezembr	o de 2018		31 de Dezembro de 2017			
Descrição	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	152.981	298.367.991	11.785.262	310.306.234	152.981	298.092.776	11.774.179	310.019.936

#### 7.5.4 Trabalhos especializados

Na sequência do processo que se encontravam a decorrer num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira e o Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com Advogados relativo aos instrumentos financeiros derivados que se encontram afetos à atividade de ILD.

#### 7.6 Provisões

O montante de 14.214.246 euros, em 31 de dezembro de 2018, (20.816.971 euros em 31 de dezembro de 2017), é referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

#### 7.7 Outros créditos a receber

A rubrica de "Clientes" em 31 de dezembro de 2018 inclui um montante de 2.041.708 euros que respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD.











#### 7.8 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se como se segue:

	_		20	18			2017		
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigaccionistas:									
Emissão Metro 2019	Barclays	400.000.000	400.000.000	-4	400.000.000	400.000.000		400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	1-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	19	110.000.000	110.000.000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000	12	400.000.000	400.000.000	400.000.000	12	400.000.000	400.000.00
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	-	400,000.000	400.000.000	400.000.000		400.000,000	400.000.000
			400.000,000	910.000.000	1.310.000.000		NO. STATE	1.310.000.000	1.310.000.000
Empréstimos bancários:									
ML 1/2	BEI	234.435.012	15.679.594	59	15.679,594	234.435.012	15.600.000	15.679.594	31.279.59
MLII	BEI	74.819.685	4.987.979	7/2	4.987.979	74.819.685	4.987.979	4.987.979	9.975.95
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	3.009.084	8.593.084	54.867.769	5.358.000	8.593.084	13.951.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	6.650.639	13.301.277	99.759.579	6.650.639	13.301.278	19.951.916
MLII/C	BEI	54.867.769	3.657.851	9.144.628	12.802.479	54.867.769	3.657.851	12.802.479	16.460.33
MLIV	BEI	169.591.285	-	18		169.591.285	17.904.090	20	17.904.090
ML 1/3	BEI	124.699.474	24.251.933	47.172.453	71.424.386	124.699.474	14.579.180	71.424.386	86.003.566
ML I/3B	BEI	74.819.685	10.690.580	61.364.266	72.054.847	74.819.685	2.764.838	72.054.847	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	0.50	150.000.000	150.000.000	150.000.000	5	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000		80.000.000	80.000,000	80.000.000		80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000		80.000.000	80.000.000	80.000.000	20	80,000,000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782	9	253.978.782	507.957.564	253.978.782	23	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	178.310.908		178.310.908	237.747.877	178.310.908	21	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	235.811.870	47.162.374	282.974.244	282.974.244	188.649.496	94.324.748	282.974.244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17.158.204	2.571.011	14.587.193	17.158.204	17.158.204		17.158.204	17.158.204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262.008.399		262.008.399	262.008.399	75		-	
			742.175.147	761.099.036	1.503.274.183		692.441,762	620.326.599	1.312.768.361
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000		300.000.000	300.000.000	300.000.000		300.000.000	300.000.000
				300.000.000	300.000.000			300.000.000	300.000.000
Total de empréstimos obtidos			1.142.175.147	1.971.099.037	3.113.274.183		692.441.762	2.230.326.599	2.922.768.361

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, à taxa "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.



No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças n.º 421/18-SEATF, de 30 de maio, foi concedida uma moratória no pagamento do serviço da dívida dos empréstimos supra indicados. No âmbito da referida moratória o serviço da dívida não está sujeito ao pagamento de juros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2020.

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2025 e seguintes	910.000.000
	910.000.000









A He

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2020	310.493.430
2021	186.391.724
2022	127.490.281
2023	46.527.767
2024 e seguintes	390.195.834
	1.061.099.036

Em 31 de dezembro de 2018 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:





CONTRATO	Montante em Divida a 31-12-2018 (C)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM /NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOST O DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁROS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML I/2"), alterado em 10 de Março de 2006	15.679.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML II")	4.987.978,98	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* MLIII*), alterado em 10 de Março de 2006	8.593.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO:	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
zuos Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Usboa ("MLII/B")	13.301.277,20	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	OĀN	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisbos (* ML I/3*), alterado em 10 de Março de 2006	71.424.386,29	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financia mento celebra do com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" Mi. 1/3 B"), altera do em 10 de Março de 2006	72.054,846,68	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("M. I.I./C")	12.802.479,35	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de biboa ("ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2005	150,000,000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NĂO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/8"), alterado em 10 de Março de 2006	80,000,000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Usboa ("MLV/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300,000,000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guarante d'Notes due 2026 JP Morgan Securities (td / Dezembro 2005, sujeita à lei portuguese a à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agraement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400,000,000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguese à jurisdigão dos ribunais portugueses, excepto e Subscription Agreement, regulado pela lei inglesse sujeito à jurisdição dos ribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República , Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019. Bardlays Capital, JANP Parhas, Calisa - Banco de investimento, S.A. Santander Global Banking & Marietts/Fevreiro 2009, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portuguesa, excepto a Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais inglesas e sujeito à jurisdição dos tribunais inglesa.	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Não alteração substancial da naturez: ou do objecto social da empresa

TOTAL

2.008.843.647











#### 7.9 Derivados

A Empresa conforme referido na Nota 4.15, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 4.15 e detalha-se como se segue:

Financiamentos bancários d	lerivados			Data		Cap	pital coberto 31.12.201	18	Justo valor			
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento	Justo valo (contrap	2000257	Variação	
55000 <b>M</b> 051 <b>8</b> 55 h 0			энар				me capital (oct)	associado	31.12.2018	31.12.2017	variação	
B E1 (ML1/2)	Z <sup>9</sup> , 3 <sup>9</sup> E 6 <sup>9</sup> DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019			5.819.309	[1,458.672]	(5.312.519)	4.196.184	
	Total de fina	anciamento				15.629.001	50.593	15.679.594				
BEI (MLIII)	19 E 49 DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020			3.491.585	(89.044)	(218.228)	188.751	
	Total de fine	anciamento				5.486.777	3.106.307	8.593.084	0.743,770,00			
BEI (MLIV)	19, 29, 39, 49 E 59 DESEMBOLSOS	BESINV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018					(353.760)	1.382.170	
	Total de fina	enciamento								pro-11.00g		
BEI (MLV/C)	1* DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	15/06/2003	15/06/2022			22.666.667	(2.846.153)	(3.737.816)	716.403	
	Total de fina	enciamento				45.333.334	29.333.333	80.000.000		0.1000000000000000000000000000000000000		
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	B5T	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022				(261.637.094)	(338.528.822)	20.546.501	
	Total de fina	enciamento				258.904.978	(258.904.978)					
B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHEC	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024			300.000.000	(24.087.652)	(26.863.771)	(802.490	
	Total de fina	enciamento				300.000.000		300,000.000				
OBRIGAÇÕES 2026		BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026			70,000,000	4	[22.514.178]	318.431	
DBRIGAÇÕES 2026		MLYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30,000,000	(23.970.205)	(24.626.318)	(12.937.291	
DBRIGAÇÕES 2026		CGO	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30.000.000	(23.914.710)	(24.278.042)	(12.529.987	
	Total de fina	nciamento				400.000.000		400.000.000	.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	4	.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	
OBRIGAÇÕES 2019		CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019			100.000.000	[2.981.429]	(8.998.569)	5.077.442	
	Total de fina	nciamento				400.000.000		400.000.000				
						1.425.354.090	(226.414.745)	1.566.250.239	(340.984.959)	(455.432.023)	6.156.112	

Financiamentos bancários derivados			Data				Capital coberto 31.12.20	18	Justo valor			
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento –	Justo valo (contrap		Variação	
							associado	31.12.2018	31.12.2017			
BEI (MLII)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019			1,995.191	3.795	12.503	(8.707)	
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CALXABI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022				1.983.000	2.378.000	(395.000)	
OBRIGAÇÕES 2026		CAIXA BI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026			100.000.000	17.817.456	21.422.340	(3.604.884)	
							2 110 4 11 14	101.995.191	19.804.252	23.812.843	(4.008.591)	

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo/ativo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

### 7.10 Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

### 7.11 Outras dividas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

Metropolitano de Lisboa

#### 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2018							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangiveis	Activos fixos tangiveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	233.354.835	496.458.200	157.373	22.612.951	24.311.931	270.328	801.453.297
Aquisições		333.894	170.583		1.536.044	73.862	5.421	2.119.805
Alienações				8	(1.517)			(1.517)
Transferências	(3.320.494)	(18.581.455)	(187.757)	-	(30.965)	(45)	(168.493)	(22.289.208)
Abates	-	2	(2.925)		(720.729)	(6.166)	2	(729.820)
	20.967.185	215.107.273	496.438.101	157.373	23.395.785	24.379.583	107.256	780.552.557
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		213.192.518	401.112.569	157.373	21.398.225	14.322.792	2	650.183.477
Depreciações do exercício	5	8.568.326	12.891.056		494.637	816.327	-	22.770.346
Alienações		· ·						
Transferências		(18.225.234)	(376.414)		(30.252)	(573)		(18.632.473)
Abates	-	, n	(2.925)		(719.277)	(5.638)	S;	(727.840)
		203.535.609	413.624.285	157.373	21.143.334	15.132.909		653.593.509
Imparidades			(27.097)					(27.097
	20.967.185	11.571.664	82.840.913		2.252.451	9.246.674	107.256	126.986.144

	2017							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	253.615.585	494.195.974	560.863	22.893.359	24.250.919	1.280.148	821,084.527
Aquisições	-	182.602	1.499.266		1.029.025	61.795	0 8	2.772.688
Alienações		50	(2.735)	(355.619)	(658.508)			(1.016.862)
Transferências		(20.443.353)	945.019		76.098		(1.009.820)	(20.432.055)
Abates			(179.325)	(47.871)	(727.024)	(782)		(955.001)
	24.287.679	233,354.835	496.458.200	157.373	22.612.951	24.311.931	270.328	801.453.297
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	216.504.925	388.409.744	558.450	22.566.214	13.509.680	7) (f)	641.549.014
Depreciações do exercício	8	9.463.598	12.884.884	2.413	214.249	813.889	3 8	23.379.032
Alienações			(182.059)	(355.619)	(630.256)	(777)	N 6	(1.168.711)
Transferências		(7.406.952)					8 8	(7.406.952)
Abates		8	-	(47.871)	(751.982)		ă	(799.853)
		218.561.571	401.112.569	157.373	21.398.225	14.322.792		655.552.530
Imparidades	-	(23,418)					ž 2	(23.418)
Imparidades - Transferências		(5.345.636)		14		9		(5.345.636)
	24.287.679	14.816.681	95.345.631		1.214.726	9.989.139	270.328	151.269.820

No decurso do exercício de 2018 a empresa obteve avaliações de diversos imóveis, resultando uma reversão de imparidade dos mesmos no montante de 27.097 euros.





Trem, A.C.E.

( ) X = ( )

### 9. LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Conforme referido na Nota 4.4. a Empresa regista no seu ativo fixo tangível (Nota 8) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa é locatária de um contrato de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 24 unidades triplas de tração registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis — equipamento básico".

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme se segue:

		2018			2017	
Locações Financeiras - Bens	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	228.118.986	71.513.092	299.632.078	217.417.758	82.214.320

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais, cuja taxa, em média, se situou em 33,3059%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	Capital em dívida	
Locações Financeiras	2018	2017
Até 1 ano	-	3.788.999
Entre 1 ano e 5 anos		7.680.685
		11.469.683

No decorrer do exercício de 2018 a Empresa liquidou a totalidade do capital em divida.

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. não reconhecidas no balanço (Nota 4.4) no montante de 183.305.296 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínim	os
Locações Operacionais	2018	2017
Até 1 ano	7.877.929	7.531.329
Entre 1 ano e 5 anos	175.427.367	185.097.378
	183.305.296	192.628.706

P.

FERCONSULT



Trem, A.C.E.

#### 10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as propriedades de investimento apresentava a seguinte composição:

		31 de	e dezembro de 20	018	31 de dezembro de 2017					
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante liquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22.064.892	8.661.447	4.904.656	8.498.789	8.729.035	22.064.892	8.220.122	5.310.129	8.534.641	8.892.671
Imovel para valorização	22.309.373	18.631.945	325	3.677.428	104.456.531	5.5.		- 15	20	
	44.374.266	27.293.393	4.904.656	12.176.217	113.185.566	22.064.892	8.220.122	5.310.129	8.534.641	8.892.671

Conforme referido na Nota 6, a Empresa transferiu da rúbrica Ativos Fixos Tangíveis o edifício sito na Praça General Humberto Delgado para a rúbrica de propriedade de investimentos.

Os imóveis arrendados a terceiros detidas pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de	dezembro de 2	2018	31 de dezembro de 2017						
	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 30)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado		
Imóveis arrendados a terceiros	191.046	43.813	441.325	(294.092)	204.662	22.364	66.532	115.765		
Praça General Humberto Delgado	81	217.104	40.832	(257.936)	*					
	191.046	43.813	441.325	(294.092)	204.662	22.364	66.532	115.765		

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 405.473 euros.

### 11. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	3,992.991	4.830.005	(837.014)	3.667.838	(3.094.616)	(837.014)	(837.014)	- a
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	3.678.866	674.619	3.004.247	2.958.253	132.491	132.491	132.491	3.004.247 a
TREM, A.C.E.	Lisboa	90,00%	1.881.583	54.973.336	(53.091.753)	2.721.913	2.677.741	2.409.967	2.409.967	- a
TREM II, A.C.E.	Lisboa	90,00%	5.363.262	128.342.290	(122.979.028)	5.158.948	5.095.453	4.585.908	4.585.908	- a
Associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%				2	2	- 12	- 2	10.843 b
Total de investimento em subsidiárias e associadas									6.291.351	5.015.090
Empreendimentos conjuntos										
Ottis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5.345.333	3.000.839	2.344.494	6.073.238	918.539	131.220	131.220	334.928
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	3.138,047	3.181.125	(43.077)	672.208	(43.077)	(2.154)	(2.154)	
Total Empreendimentos conjuntos										334.928
Total										3.350.018







Trem, A.C.E.

A 5.5

	2017										
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida	
Subsidiárias:											
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	5.164.007	8.201.716	(2.037.708)	3.462.683	(1.152.373)	(1.152.373)	(1.152.373)	- a)	
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	3.555.051	683.294	2.871.757	2.802.483	251.630	251.630	251.630	2.871.757 a)	
TREM, A.C.E.	Lisboa	90,00%	2.385.581	58.155.174	(55.769.494)	2.618.259	2.574.102	2.316.692	2.316.692	- a)	
TREM II, A.C.E.	Lisboa	90,00%	6.422.326	134.496.808	(128.074.481)	5.105.017	5.078.904	4.571.014	4.571.014	- a)	
Associadas:											
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1.912.938	1.882.244	30.694,00	1.768.485	30.236	12.094	12.094	12.278	
Total de investimento em subsidiárias e associadas									5.999.058	2.884.034	
Empreendimentos conjuntos											
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5.950.266	4.278.188	1.672.078	6.593.052	492.246	70.321	70.321	238.868	
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporta, A.E.i.E.	Lisboa	5,00%	2.610.350	2.708.595	(98.245)	1.521.356	(98.245)	(4.912)	(4.912)	-	
Total Empreendimentos conjuntos										238.868	
Total										3.122.902	
									70.321	23	

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2018 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2018 no montante de 3.094.616 euros e foi reconhecida uma provisão no montante de 837.014 euros, correspondente ao valor do capital negativo desta subsidiária.

A participação financeira detida pela Empresa no empreendimento conjunto Ensitrans, A.E.I.E. encontra-se a 31 de dezembro de 2018 registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2018 no montante de 25.027 euros, foi reconhecida uma provisão no montante de 1.251 euros.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2018:

	2018		
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	2.814.343	308.559	3.122.902
Aplicação do método da equivalência patrimonial	227.115	-	227.115
Saldo final	3.041.459	308.559	3.350.018
Ativo liquido	3.041.459	308.559	3.350.018

### 12. DERIVADOS

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

						Justo val (contra 31.12	parte)	Variação	(contra	or ("JV") aparte) 2017
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo		Activo	Passivo
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019	7.630.670		(877.253)	4.732.602	+	(5.609.855)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	3.815.335	81.966		(248.034)	330.000	
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	65.575.340		(80.745.643)	22.487.649		(103.234.292)
					77.021.345	81.966	(81.623.896)	26.972.217	330.000	(108.844.147)

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E.

( May

\$

(1-)

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2018, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 7.9), seria como segue:

2018	1%	-1%	
Justo Valor	73.165.397	(125.377.884)	

#### 13. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 na rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente" inclui: (i) o montante de 30.197.168 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 541.443 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor"; e (ii) o montante de 25.220.545 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 212.710 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

Designação	Variação do JV 2018	Variação do JV 2017
Bank of America Leasing & Capital, LCC	541.443	211.641
Wilmington Trust	212.710	306.825
	754.153	518.466

Em 31 de dezembro de 2018 a empresa detinha o montante de 627 euros num Fundo de Compensação do Trabalho.

#### 14. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

		2018		2017		
Inventários	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	6.187.706	(299.936)	5.887.770	3.441.117	(299.936)	3.141.181
Ferramentas	15.092		15.092	20.001		20.001
Produtos de limpeza	35.014		35.014	26.405	8	26.405
Combustíveis	26.039		26.039	22.354		22.354
Títulos transporte	705.010		705.010	676.484		676.484
Outros materiais	450.522	120	450.522	173.663	12	173.663
Artigos promocionais/publicações	15.529		15.529	16.451		16.451
	7.434.912	(299.936)	7.134.976	4.376.475	(299.936)	4.076.539







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

Matérias Primas,	
subsidiárias e de consumo	0

Custo das mercadorias vendidas	2018	2017
Saldo inicial	4.376.475	2.473.205
Compras	9.078.568	6.265.897
Regularizações	47.667	45.977
Saldo final	7.434.912	4.376.475
	6.067.798	4.408.604

### Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	299.936	E	1 <del>7</del>	299.936
	299.936			299.936

-	0	14	-
-	u	н	•

Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Me rca do ri a s	299.936	-		299.936
	299.936			299.936







### 15. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

		2018		2017		
Clientes e Outros créditos a receber	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Clientes	1.951.539	(919.725)	1.031.813	5.925.501	(926.109)	4.999.392
Outros créditos a receber	10.514.628	(3.505.892)	7.008.736	14.674.481	(3.460.883)	11.213.598
	12.466.167	(4.425.618)	8.040.549	20.599.982	(4.386.992)	16.212.990

O detalhe de clientes e outras contas a receber é como segue:

	2018	2017
Clientes	Corrente	Corrente
Ar Telecom	463.383	463.383
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	767.149	928.438
Multas por cobrar	50.880	3.763.745
Outros	670.126	769.935
	1.951.539	5.925.501
Imparidade de contas a receber	(919.725)	(926.109)
	1.031.813	4.999.392

O saldo da rubrica "Multas por cobrar" corresponde às coimas que estão por cobrar por falta de título de transporte válido, este valor encontra-se compensado em igual montante na rúbrica de "Outras dívidas a pagar" no passivo.

	2018	2017	
Outros créditos a receber	Corrente	Corrente	
C.P Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	311.311	495.211	
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	3.360.343	3.257.361	
Fertagus - Travessia do Tejo, S.A.	319.644	149.670	
Secretaria Geral Presidência Conselho de Ministros	100.685	121.881	
Receitas de tráfego	3.376.172	4.414.113	
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	2.182.112	913.560	
Pessoal	331.609	384.456	
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	269.524	4.593.816	
Outros	263.228	344.413	
	10.514.628	14.674.481	
Imparidade de outros créditos a receber	(3.505.892)	(3.460.883)	
	7.008.736	11.213.598	











O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2018 e 2017 foi como segue:

#### 2018

				the latest designation of the latest designa	
Imparidades	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	926.109	33.696	(38.840)	(1.239)	919.725
De outros créditos a receber	3.460.883	59.427	(604)	(13.814)	3.505.892
	4.386.992	93.123	(39.445)	(15.053)	4.425.618

#### 2017

Imparidades	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	935.224	24.304	(33.419)	3	926.109
De outros créditos a receber	3.328.910	132.295	(322)	¥	3.460.883
	4.264.134	156.599	(33.741)		4.386.992

### 16. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos activos	2018	2017
Encargos com contratos de leasing	437.560	689.664
Trabalhos por conta de terceiros	30.445.699	30.442.102
Outros	1.090.549	1.384.593
Imparidade - Outros gastos a Reconhecer	(634.584)	(634.584)
	31.339.224	31.881.775

A rubrica "Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing", no montante de 437.560 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros" inclui, os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E.

( C)

### 17. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 2.543.791.006 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi efetuado um aumento de capital no montante de 175.195.680 euros, sendo este valor totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

Os resultados líquidos negativos dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015 e 2014, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

#### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

#### 18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

	2018				
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	130.765	10.550.586	392.296
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	2.411.392	51.224.197	5.902.332
	68.069.412	68.069.412	2.542,158	61.774.784	6.294.628
	2017				
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
					variações no
					variações no capital próprio
Subsídios Subsídios relacionados com activos: FEDER-PRODAC FEDER-QCA	total	recebido	do período	acumulado	variações no

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 E 1997, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT's, série complementar 95 de 20 UT's e PMO III.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.





#### 19. PROVISÕES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

2018			
Saldo inicial	Aumentos	Reversões / Utilização	Saldo final
640.500	-		640.500
			19
2.305.777		2.305.777	-
51.305.017	3.434.190	2.458.888	52.280.320
54.251.294	3.434.190	4.764.665	52.920.819
	Saldo inicial 640.500 - 2.305.777 51.305.017	Saldo inicial Aumentos  640.500 2.305.777 - 51.305.017 3.434.190	Saldo inicial         Aumentos         Reversões / Utilização           640.500         -         -           -         -         -           2.305.777         -         2.305.777           51.305.017         3.434.190         2.458.888

	2017			
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Reversões / Utilização	Saldo final
Processos judiciais em curso	610.002	40.498	10.000	640.500
Juros a liquidar (nota 32)	108.479.022	10.915.898	119.394.920	-
Impostos	2.305.777		-	2.305.777
Cobertura de prejuízos	47.013.663	4.291.354	-	51.305.017
	158.408.464	15.247.750	119.404.920	54.251.294

Em 2016 a Empresa foi notificada pela Autoridade Tributária (AT) a apresentar elementos fiscalmente relevantes referente ao exercício de 2014. Na sequência do processo a AT efetuou uma correção ao IRC de 2014 no montante de 2.305.777 euros, da qual o ML apresentou reclamação graciosa. A 31 de dezembro de 2016 foi constituída uma provisão que se encontra refletida na sub-rubrica de "Impostos" no montante de 2.305.777 euros. No decurso do exercício de 2018 a Autoridade Tributária manteve as correções fiscais e a Empresa efetuou a liquidação do valor em divergência.

A sub-rubrica de "Cobertura de prejuízos" tem um valor acumulado de 52.280.320 euros, que decorre do valor dos capitais próprios negativos das subsidiárias Trem ACE, Trem II ACE e do empreendimento conjunto Ensitrans AEIE, sendo que no caso da Trem ACE e da Trem II ACE se consideram capitais próprios ajustados e não os que constam nas contas desses ACE's (evidenciados na Nota 11), contemplando a depreciação do material circulante detido por estes ACE's em quotas constantes. Esta sub-rubrica registou um aumento face a 2017 de 137.385 euros em 2018, na sequência:

- (i) das perdas apuradas em 2018 na Trem ACE (655.592 euros) e na Trem II ACE (1.941.584 euros), incluindo quer os 90% detidos diretamente pelo ML, quer os 10% detidos por via indireta através da Ferconsult;
- (ii) das perdas apuradas em 2018 na Ferconsult, no montante 837.014 euros;
- (iii) do valor proporcional detido 2.758 euros (4.912 euros em 2017) no resultado líquido negativo de 2018 da Ensitrans AEIE.





#### 20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 detalham-se como se segue:

	_	2018			2017		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
Financiamentos	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	52.987.218	5	105.974.436	52.987.218	27
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	308.125.476	20	410.833.969	308.125.476	(2)
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	108.238.130	21.647.626	129.885.756	86.590.504	43.295.252
Emp. LP 32,6 M EUR	D G T F 2017 (parte)	15.426.066	2.859.701	12.566.365	15.426.066	650	15.426.066
Emp. LP 421,97 M EUR	D G T F 2018 (parte)	159.965.533	0.70	159.965.533		-	197
Total Empréstimos bancár	rios		472.210.525	194.179.525		447.703.198	58.721.318
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	<u>u</u>	1.0	2	11.469.683	3.788.999	7.680.685
Total de Locações finance	iras					3.788.999	7.680.685
Total instituições financeiras			472.210.525	194.179.525		451.492.197	66.402.003

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2019	23.742.020
2020	28.755.318
2021 e seguintes	141.682.187
	194.179.525

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2017, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 15.308.696 euros. No decorrer do exercício de 2018 a Empresa liquidou a totalidade do valor em dívida.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2018 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2019, encontrava-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 148.941.847 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso







Trem, A.C.E. Trem II. A.C.E.



do exercício de 2019 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não se encontra concretizado.

O "downgrade" do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2018 tinha concedido um colateral no montante de 25.220.545 euros (Nota 13).

#### 21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO - PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na nota 4.14, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2018, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas ascendia a 1.000 e 1.272, respetivamente (1.012 e 1.344 em 31 de dezembro de 2017).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2018	2017
Trabalhadores activos	88.466.080	78.860.745
Reformados	165.245.381	173.767.120
	253.711.461	252.627.865

O aumento verificado no Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados deve-se em parte, ao facto de ser ter verificado no global, um aumento salarial real em 2018 superior ao previsto.

Grupo ML

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. Col 11.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2018 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2018	2017
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,75%	1,75%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,75%	1,75%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2018 e 2017 foi como se segue:

	2018	2017
Responsabilidades totais no início do período	252.627.865	255.738.256
Custos dos serviços correntes	3.063.065	2.889.482
Custo dos juros	4.420.988	4.475.419
Benefícios pagos no exercício	(12.669.921)	(12.526.801)
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	6.269.465	2.051.508
Reponsabilidades totais no fim do período	253.711.461	252.627.865

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2018, nos montantes de 3.063.065 euros e 4.420.988 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 6.269.465 euros e 2.051.509 euros, respetivamente, relativo a ganhos (perdas) atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Ajustamentos/Outras variações no capital próprio", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 4.14).

A evolução dos ganhos (perdas) atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

2018			
Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
(6.859.877)	B	6.269.465	(13.129.342)
2017			
Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
(4.808.369)	-	2.051.508	(6.859.877)
	(6.859.877)  2017  Saldo inicial	Saldo inicial Aumentos  (6.859.877) -  2017  Saldo inicial Aumentos	Saldo inicial Aumentos Diminuições  (6.859.877) - 6.269.465  2017  Saldo inicial Aumentos Diminuições







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.





Em 31 de dezembro de 2018, as perdas atuariais resultam, essencialmente, do facto do aumento salarial real em 2018 ter sido superior ao previsto.

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

#### 22. FORNECEDORES

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se como segue:

ornecedores	2018	2017
Companhia Carris de Ferro	850.022	2.341.765
Edp Comercial	127	841.514
VILLAS-BOAS ACP - Corretores Associados de Seguros, Lda	558	767.439
Rodoviaria de Lisboa, SA	114.895	40.921
Bonatrans Group A.S.	186.865	41.540
Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	80.228	89.203
EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.	65.779	9
SAFIRA Facility Services, S.A.	42.652	42.652
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	34.932	-
Petards Joyce-Lobebl LTD.	32.331	
ONDAGRAFE - Artes Gráficas, Lda.	30.256	358
EFACEC - Energia, Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S.A.	27.060	15
GRUPO 8- Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda	24.028	67.285
ISS - Facility Services - Gestão e Manutenção de Edifícios	36.795	83.212
LIMPERSADO - Limpeza, máquinas e transportes		77.299
Iberlim - Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.		21.711
Outros	239.141	216.534
	1.765.542	4.631.433

#### 23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.







Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	3.608.657	-	1.661.578	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	461.995	1.125.098	12.262	1.084.838
Imposto sobre o valor acrescentado	1.079.866	12	1.299.643	
Contribuições para a Segurança Social	~	1.392.542	2	53.236
Outros Impostos	79.679	499.775	79.675	499.331
	5.230.197	3.017.415	3.053.159	1.637.406

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, correspondem a retenções efetuadas no processamento salarial de dezembro de 2018, os quais serão liquidados em janeiro de 2019.

### 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Imposto corrente	40.895	760.557

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 37.386.360 euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

	2018		201	017	
Prejuízos fiscais	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização	
Gerados em 2013	33.889.639	2018	33.889.639	2018	
Gerados em 2014	3.496.721	2026	3.496.721	2026	
	37.386.360		37.386.360		









A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual *	7,00%	7,00%
Imposto sobre o rendimento corrente	29,50%	29,50%

<sup>\* 3%</sup> sobre os rendimentos tributáveis entre 1,5M€ e 7,5M€, 5% sobre os rendimentos tributáveis entre 7,5 M€ e 35 M €, 7% sobre os rendimentos tributáveis superiores a 35 M€.

Apresenta-se de seguida a reconciliação da taxa efetiva de imposto para os períodos em análise:

Reconciliação da taxa efetiva de imposto	2018	2017
Resultados antes de impostos	(27.892.435)	(23.801.492)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
	(5.857.411)	(4.998.313)
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente no ano	(4.851.705)	(23.209.084)
Rendimentos contabilísticos não tributáveis fiscalmente	16.065.213	16.097.796
Prejuízos fiscais deduzidos no ano	147.592	4.977.901
Excesso / Insuficiência de estimativa	(105.667)	(1.447.694)
Derrama estadual	2	286.669
Tributações autónomas	22.607	25.876
Imposto corrente	5.420.629	(8.266.848)
Gasto (rendimento) de imposto	(196.759)	291.761
Taxa efetiva de imposto	n.a.	n.a.

## 25. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2018	2017
Pessoal	517.318	483.326
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos socia	10.178.109	9.448.549
Juros a liquidar	26.203.103	142.186.436
Credores por acréscimos de gastos	1.273.119	363.059
Fornecedores de investimentos	3.438.886	3.425.687
Multas por cobrar (Nota 15)	61.632	4.639.932
Outros	2.587.061	2.057.711
	44.259.228	162.604.700

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

Motropolitano de Lichan





( )

O montante de 3.435.305 euros (3.425.687 euros 31 de dezembro 2017) relativo à rubrica de "Fornecedores de investimentos" respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 498.798 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.332.881 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos.

#### 26. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2018	2017
Leasings financeiros - mais valias diferidas	5	293.561
Rendimento de imóveis	29.725	29.703
Outros acréscimos de rendimentos	173.112	89.252
	202.837	412.516

As mais-valias decorrentes dos contratos de leasing financeiro referentes às 14 UT's e 24 UT's encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 30).

#### 27. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2018	2017
Vendas:		
Sucatas	46.059	37.699
Prestação de serviços:		
Bilhetes	54.210.739	52.022.168
Passes	52.707.810	49.669.835
Cartões	3.738.242	3.582.587
Serviços secundários	3.827.245	4.087.921
	114.530.094	109.400.211

O aumento verificado nas receitas em 2018 resulta, essencialmente, pelo aumento do número de passageiros transportados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4 18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 3.341.201 euros (3.152.076 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), dos quais foram recebidos 3.341.201 euros (IVA incluído).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe <u>4 18@escola.tp</u>, <u>sub23@superior.tp</u> e social+ no montante de 2.986.208 euros (2.817.177 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), dos quais foram recebidos 1.693.997 euros (IVA incluído).







S.



### 28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Electricidade	9.403.879	8.368.838
Rendas e alugueres	8.650.761	7.564.214
Conservação e reparação	4.368.818	4.548.186
Limpeza, higiene e conforto	3.026.258	2.752.699
Vigilância e segurança	5.205.275	5.035.691
Trabalhos especializados	1.164.824	1.133.607
Outros	2.979.007	2.760.761
	34.798.822	32.163.996

A rubrica de "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, o montante de 8.430.707 euros relativo às rendas dos leasings operacionais (7.400.261 euros em 31 de Dezembro de 2017).

#### 29. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	353.053	401.851
Remunerações do pessoal	55.763.628	50.277.320
Benefícios pós-emprego (Nota 21)	7.517.793	7.359.821
Encargos sobre remunerações	12.609.609	11.355.077
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	845.110	668.658
Seguro de saude	853.160	842.075
Gastos de acção social	367.311	483.787
Indemnizações por despedimento	182.833	62.244
Outros	313.718	216.406
	78.806.214	71.667.238

A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 3.063.065 euros e o custo dos juros, no montante de 4.420.988 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número médio de trabalhadores foi de 1414 e 1397 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1416 e 1408 pessoas, respetivamente.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.

### 30. OUTROS RENDIMENTOS

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

Outros rendimentos	2018	2017
Subsídios ao investimento (Nota 18)	2.542.158	2.577.927
Reconhecimento de mais-valias leasings	293.561	195.707
Venda de energia	205.009	188.530
Diferenças de câmbio	2.480.356	3.379
Rendas de imóveis (Nota 10)	191.046	204.662
Alienação - Ganhos em imobilizado	2	68.426
Correcções relativas a periodos anteriores	57.960	109.894
Excesso estimativa para impostos		1.447.694
Outros	821.745	235.401
	6.591.834	5.031.619

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias" é relativo à amortização das mais-valias das 24 UT's, cujo montante a 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 293.561 euros. (Nota 26).

O saldo da rubrica "Diferenças de câmbio" é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constituiu em obrigações americanas (Nota 13).

### 31. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

Outros gastos	2018	2017
Imposto municipal sobre imóveis	314.058	281.762
Quotizações	106.694	59.680
Perdas em inventários	156.853	86.256
Insuficiência da estimativa para impostos	196.759	291.761
Correcções relativas a periodos anteriores	59.266	1.373.746
Diferenças de câmbio	627	7.117.448
Alienação - Perdas em imobilizado	2.649	9.658
Outros	440.866	931.034
	1.277.146	10.151.345







Trem, A.C.E.



### 32. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2018	2017
Gastos:		
Juros suportados com financiamentos bancários	31.122.480	24.923.288
Juros a liquidar (Nota 19)		10.915.898
	31.122.480	35.839.186
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	19	2.714.695
Outros	-	-
		2.714.695
Resultados financeiros	(31.122.480)	(33.124.491)

### 33. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

		Contas a receber			Contas a pagar			
Partes relacionadas	Clientes (Nota 15)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 22)	Outras dívidas a pagar	Efeito liquido		
Subsidiárias:								
Ferconsult, S.A.		79.675	216.585	12	545.721	(249.461)		
Metrocom, S.A.		550.315	4	2	=	550.315		
Associadas:								
Publimento	766.032	- 2	2	2	2	766.032		
Empreendimentos conjuntos:								
Otlis, A.C.E.	1.118	9	-	80.228	2	(79.110)		
Ensitrans A.E.I.E.		-	-		2	10000000		
	767.149	629.990	216.585	80.228	545.721	987.776		

		Contas a receber			Contas a pagai	
Partes relacionadas	Clientes (Nota 15)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 22)	Outras dívidas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.		79 675	4 546 759	*	113 195	4 513 239
Metrocom, S.A.	211 138	565 118				776 256
Associadas:						
Publimento	639 312	-	-	-		639 312
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	77 988	_	3	89 203		(11 215)
Ensitrans A.E.I.E.						-
	928 438	644 793	4 546 759	89 203	113 195	5 917 592







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.





O saldo da rubrica "Outras dívidas a pagar", referente à Ferconsult, em 31 de dezembro de 2018, inclui o montante 531.395 euros, os quais encontram-se registados na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração".

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

and the second s				
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, SA	17	2.051.977	14.326	85.769
Metrocom, SA	- 2	14	6.178	2.127.768
Associadas:				
Publimetro	-		2	1.171.636
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, ACE	2.254.615		123.071	4.720.222
Ensitrans AEIE	-	2	2	2
	2.254.615	2.051.977	143.575	8.105.396

	T1 50 T1 T1			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, SA	-	650 408	340 653	91 147
Metrocom, SA			4 000	2 027 960
Associadas:				
Publimetro	9		12	1 026 187
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, ACE	2 482 874	-	17	7 225 426
Ensitrans AEIE	-	-	12	_
	2 482 874	650 408	344 653	10 370 720











#### 34. GARANTIAS PRESTADAS

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	2018		
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.494	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO
Banco BPI	95.482	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL
Banco BPI	1.583	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ª.INST.LIS
Banco BPI	7.661	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA
Banco BPI	7.500	17-06-2014	PETROGAL
Banco BPI	1.820	01-06-2015	SMAS SINTRA
Banco BPI	438.047	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	760.610	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
	1.320.197		

#### 35. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2018, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 22.049 euros, os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2018 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

### 36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

#### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 20.550 euros.

Metropolitano de Lisbo





Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. ( )

### 37. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

De acordo com o Regulamento nº. 278-A/2019, de 19 de março de 2019, foi aprovado o Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa.

O presente Regulamento procede à implementação na área metropolitana de Lisboa, a partir de 1 de abril de 2019, no quadro de um novo sistema tarifário metropolitano, de passes municipais e de um passe metropolitano com valor acessível, bem como de passes com as modalidades criança, família e terceira idade e reformado/pensionista que beneficiam de tarifa reduzida, válidos nas redes dos operadores de serviço público de transporte regular de passageiros da área metropolitana de Lisboa. Na presente data, não é possível estimar e quantificar os impactos desta profunda alteração tarifária, quer ao nível da oferta de serviço, quer na procura e na receita do serviço de transporte prestado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Vida Vuit d Lit Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota



3. Demonstrações Financeiras e Respetivos Anexos (Contas Consolidadas)









### Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
ATIVO		2010	2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	5.111.618.059	5.020.086.976
Ativos fixos tangiveis	7	255.143.212	286.281.402
Propriedades de investimento	9	12.176.217	8.534.641
Ativos intangíveis		1.518	3.251
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	345.772	251.145
Outros créditos a receber	14	-	303.660
Derivados	11	81.966	330.000
Outros ativos financeiros	12	55.418.340	52.188.819
Total do ativo não corrente		5.434.785.084	5.367.979.894
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	13	7.134.976	4.076.539
Clientes	14	3.912.627	7.004.674
Estado e outros entes públicos	21	6.044.609	3.906.321
Outros créditos a receber	14	38.758.707	39.500.633
Diferimentos	15	1.757.774	2.386.721
Caixa e depósitos bancários	4	24.033.770	32.990.146
Total do ativo corrente		81.642.463	89.865.034
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		5.111.618.059	5.020.086.976
Total do ativo afeto à operação (ML)		404.809.488	437.757.952
Total do ativo		5.516.427.547	5.457.844.928
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		in the second	
CAPITAL PRÓPRIO E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL:	77.048	40.50 Executive occurrences	
Capital subscrito	16	2.543,791.006	2.368.595.326
Reserva legals		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.780.611.158)	(1.751.571.377
		764.703.323	618.547.424
Resultado líquido do período		(27.892.435)	(24.500.916
Total do capital próprio		736.810.888	594.046.50
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE: Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	2.326.298.242	2.706.575.59
일일 경험 경험 경험 (Section 2) 의 회의 경험 (Section 2) 이 사람이 아프라이트 (Section 2)	17	5.322.316	3.899.52
Provisões	18	367.887.870	249.707.29
Financiamentos obtidos	23	4.982.846	6.294.628
Outras divídas a pagar			
Derivados	11	81.623.896	108.844.147
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	253.711.461	252.627.86
Total do passivo não corrente		3.039.826.631	3.327.949.060
PASSIVO CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1.205.630.052	900.000.20
Fornecedores	20	4.108.141	6.621.10
Estado e outros entes públicos	21	3.455.244	1.968.83
Financiamentos obtidos	18	481.808.304	460.816.43
Outras dividas a pagar	23	44.788.286	166.442.78
Total do passivo corrente		1.739.790.027	1.535.849.36
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		3.531.928.294	3.606.575.79
Total do passivo afeto à operação (ML)		1.247.688.364	1.257.222.62
		4.779.616.658	4.863.798.420
Total do passivo			

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ch am fun de Mol







# Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	24	116.433.609	111.165.245
Ganhos / perdas imputados de subsidiarias, associadas e empreendimento:	10	(2.298.762)	(383.828)
Trabalhos para a própria entidade	3.20	5.265.716	3.630.671
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(6.067.798)	(4.408.604)
Fornecimentos e serviços externos	25	(29.190.754)	(25.778.468)
Gastos com o pessoal	26	(81.933.770)	(74.689.257)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14	(1.264.150)	(188.570)
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 29	2.218.499	295.639
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 12	27.726.370	38.332.888
Outros rendimentos	27	7.013.745	5.420.794
Outros gastos	28	(1.408.066)	(10.304.640)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.494.639	43.091.871
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 9	(33.588.452)	(33.816.944)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7 e 9	432.570	223.155
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.338.757	9.498.082
Juros e rendimentos similares obtidos	29	4.647	2,714,695
Juros e gastos similares suportados	29	(31.153.591)	(35.870.393)
Resultado antes de impostos		(27.810.187)	(23.657.616)
Imposto sobre o rendimento do período	22	(82.248)	(843.300)
Resultado líquido consolidado do período		(27.892.435)	(24.500.916)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos detentores de capi	ital da emr	(27.892.435)	(24.500.916)
d		(27.892.435)	(24.500.916)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Mense Afferec G. Canacas Chice for

Dr.º Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

hed Vir det Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

O CONTABILISTA CERTIFICADO







# Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		2018	31 dezembro 2017
Recebimentos de clientes		119.446.728	131.423.944
Pagamentos a fornecedores		(39.286.147)	(45.046.881)
Pagamentos ao pessoal		(69.644.014)	(66.415.710)
Caixa gerada pelas operações	ő	10.516.567	19.961.353
Pagamento e recebimento do impostos		(2.773.086)	(6.177.825
Outros recebimentos / pagamentos		(8.165.515)	(12.236.861
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	ar years	(422.034)	1.546.667
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4.000	
Subsídios de Investimento	6.3	2.433.400	1.137.500
Juros e rendimentos similares		297.686	883.377
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12.529.139)	(6.736.527
Ativos intangíveis		147	
Fluxos das atividades de investimento [2]		(9.794.053)	(4.715.650
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de capital	16	175.195.680	192.050.80
Juros e rendimentos similares		1.6	
Financiamentos obtidos		421.973.932	60.392.77
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(80.825.987)	(80.643.574
Juros e gastos similares		(515.087.957)	(171.213.352
Fluxos das atividades de financiamento [3]		1.255.668	586.65
	<b>2520</b> 7	(8.960.419)	(2.582.328
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		4.043	8.237
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]  Efeito das diferenças de câmbio		4.043	
CONTRACTOR DE LA SERVICIO DE CONTRACTOR DE C	4	32.990.146	35.564.23

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2018.







## Quadro 71 - Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2017 e 2018

# Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do periodo	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2017		2.176.544.525	21.597	1.501.878	(1.733.187.993)	(44.140.386)	400.739.621	400.739.621
Alterações no período:								6
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercicio findo em 31 de dezembro de 2016		28	74	40	(44,140,386)	44.140.386	93	24
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	19				(2.051.508)		(2.051.508)	(2.051.508)
Aumento de capital	16	192.050.802			- Contraction of the contract	- 1	192.050.802	192.050.802
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	16				27.808.509		27.808.509	27.808.509
		2.368.595.327	21.597	1.501.878	(1.751.571.378)		618.547.424	618.547.424
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017		1.0	74	2	*	(24.500.916)	(24.500.916)	(24.500.916)
7Posição em 31 de dezembro de 2016		2.368.595.327	21.597	1.501.878	(1.751.571.378)	(24.500.916)	594.046.508	594.046.508
Posição em 1 de janeiro de 2018		2.368.595.327	21.597	1.501.878	(1.751.571.378)	(24.500.916)	594.046.508	594,046.508
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017		- 2	2	12	(24.500.916)	24.500.916	25	5
Plano de beneficios definidos - ganhos e perdas atuariais	19		120		(6.269.465)		(6.269.465)	(6.269.465)
Aumento de capital	16	175.195.680	140		4 1		175.195.680	175.195.680
Cobertura de prejuízos	16	4	9		1.730.601		1.730.601	1.730.601
		2.543.791.007	21.597	1.501.878	(1.780.611.158)		764.703.323	764.703.323
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018		2	2	- 3	2	(27.892.435)	(27.892.435)	(27.892.435)
Posição em 31 de dezembro de 2018		2.543.791.006	21.597	1.501.878	(1.780.611.158)	(27.892.435)	736.810.888	736.810.888

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

OCONSEIHO GE AD MINISTRAÇÃO

MY - J - Derugue L facel

Eng. 4 Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos.

Dr. 1 Maria Helena Atranhado Carrasco Campos

Le Lite do Costa

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

OCONTABILISTA CERTIFICADO

LOS Bruenos Emério Ferreira da Mota







# Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e subsidiárias

# DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

All controls and the second se			
	Notas	2018	2017
Resultado líquido consolidado do exercício		(27.892.435)	(24.500.916)
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	19	(6.269.465)	(2.051.508)
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias		(2.154)	(47.404)
Outro rendimento integral do exercício		(6.271.619)	(2.098.912)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		(34.164.054)	(26.599.828)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O CONSELHO, DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Drause Affecia G. Ceracus oldurepos

Dr.º Maria Helena Arrantado Carrasco Campos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cohom from dont Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota





# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

#### 1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada dos rendimento integral, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 24 de junho de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

As demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos a 31 de dezembro de 2014 a 2017 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

A Empresa é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo") formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

# 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2018. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia.

#### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



## 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

## Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018

- Adoção da IFRIC 22: Transações em Moeda Estrangeira e Retribuição Antecipada (Regulamento 2018/519, de 28 de março)
  - A IFRIC 22 estabelece a data da transação como o fator determinante para o cálculo a taxa de câmbio a usar nas contraprestações pagas ou recebidas em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- Transferências de Propriedades de Investimento Alterações à IAS 40 (Regulamento 2018/400, de 14 de março)
  - As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar que a transferência de ativos só pode ser efetuada quando existe prova da sua alteração de uso, sendo que a alteração de decisão da gestão não é suficiente para ser efetuada a transferência. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações Alterações à IFRS 2 (Regulamento 2018/289, de 26 de fevereiro)
  - Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de -mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016 (Regulamento 2018/182, de 7 de fevereiro)
  - Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, das quais duas são aplicáveis aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018:
  - IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS: Esta melhoria elimina as isenções temporárias previstas na transição para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19.
  - IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados, de forma individual, ao justo valor. A melhoria refere ainda que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação que essas associadas ou empreendimentos conjuntos têm nas suas próprias subsidiárias, na aplicação do MEP (método de equivalência patrimonial).
- Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro)
  - Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações das entidades cuja atividade predominante seja a
    de seguradora sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da
    entrada em vigor da IFRS 17 Contratos de Seguros. Estas alterações são aplicáveis aos exercícios que se
    iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.







Trem, A.C.E.

On A

(-)

## IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro)

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

## Rédito de Contratos com clientes - Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro)

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma major facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma tais como: a) a determinação das obrigações de desempenho de um contrato; b) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual; c) seleção de novos regimes transitórios previstos para implementação da IFRS 15. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

O Grupo ainda não dispõem de soluções informáticas que lhe permitam aplicar esta norma na sua plenitude nos títulos nos títulos Zapping e nos Carris Metro 1 hora, estes títulos são repartidos com base nas validações do mês, independentemente de transitarem viagens para o período seguinte.

## IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

O Grupo não consegue aplicar esta norma nos ativos financeiros. O Grupo constitui com duas instituições financeiras americanas colaterais em obrigações americanas, para as quais ainda não conseguiu obter informação sufficiente que lhe permita executar o teste SPPI - Solely payments of principal and interest.

# Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2019

- Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa (Regulamento 2018/498, de 22 de março)
  - Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

## IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro)

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 -Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 - Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 - Locações Operacionais - Incentivos; e SIC 27 - Avaliação da



Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

- Adoção da IFRIC 23: Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento (Regulamento 2018/1595, de 23 de outubro)
  - Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento. Esta interpretação será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

Nesta nota dever-se-á também referir o seguinte, quando aplicável:

1 Impacto destas novas normas, interpretações e alterações, segregando as divulgações entre as situações de impacto significativo e as situações de menor impacto ou de inexistência de impacto, i.e., "divulgação de informação conhecida ou razoavelmente calculável que seja relevante para avaliar o possível impacto que a aplicação das novas normas/interpretações irá ter nas demonstrações financeiras da entidade no período da aplicação inicial, incluindo: (i) uma discussão do impacto que se espera que a aplicação inicial de cada norma/interpretação tenha nas demonstrações financeiras da entidade, ou (ii) se esse impacto não for conhecido ou razoavelmente calculável, de uma declaração para esse efeito".

Normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Commitee" (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto -Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitida pelo IASB em 11set14)
  - Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.
- IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios (emitida pelo IASB em 30jan14)
  - Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.
- IFRS 17: Contratos de Seguros (emitida pelo IASB em 18mai17)





A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

# Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (emitida pelo IASB em 12out17)

 Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

## Melhoramentos anuais: ciclo 2015-2017 (emitida pelo IASB em 12dez17)

- Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:
- IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- IAS 23 Custos de empréstimos obtidos

Estas emendas serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

# Alterações à IAS 19: Alteração, redução ou liquidação de plano de benefícios definidos (emitida pelo IASB em 7fev18)

 Esta alteração exige que uma entidade utilize pressupostos atualizados para a remensuração do custo do serviço corrente e do custo líquido de juros para o período remanescente após a modificação do plano.
 Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

## Alterações às referências para a Estrutura Concetual das IFRS revista (emitida pelo IASB em 29mar18)

Em março de 2018 o IASB procedeu à revisão da Estrutura Concetual das IFRS. Para as entidades que usam a Estrutura Concetual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma IFRS se aplica a uma determinada transação particular, a Estrutura Concetual revista é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020. As necessárias alterações às diversas IFRS decorrentes da revisão da Estrutura Concetual foram também já emitidas pelo IASB estando essa alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

## Alterações à IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais (emitida pelo IASB em 22out18)

Estas alterações à IFRS 3 vêm aperfeiçoar a definição de concentração de atividade empresarial, ajudando as entidades a determinar se uma determinada aquisição efetuada se refere de facto a uma atividade empresarial ou apenas a um conjunto de ativos. Para além da alteração da definição, esta alteração vem providenciar algumas orientações adicionais. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

# Alterações à IAS 1 e à IAS 8: Definição de Material (emitida pelo IASB em 31out18)

 Estas alterações à IAS 1 e à IAS 8 vêm atualizar a definição de "material", de forma a facilitar os julgamentos efetuados pelas entidades sobre a materialidade. A definição de "material", um importante conceito

Metropolitano de Lisboa





( Lag

10

contabilístico nas IFRS, ajuda as entidades a decidir sobre se a informação deverá ser ou não incluída nas demonstrações financeiras. As alterações clarificam a definição de "material" e a forma como a mesma deverá ser utilizada através da inclusão na definição de orientações que até ao momento não faziam parte das IFRS. Adicionalmente, as explicações que acompanham essa definição foram aperfeiçoadas. Por último, as alterações efetuadas asseguram que a definição de "material" é consistente ao longo de todas as IFRS. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

## Nesta nota dever-se-á também referir o seguinte, quando aplicável:

1 Impacto destas novas normas, interpretações e alterações, segregando as divulgações entre as situações de impacto significativo e as situações de menor impacto ou de inexistência de impacto, i.e., "divulgação de informação conhecida ou razoavelmente calculável que seja relevante para avaliar o possível impacto que a aplicação das novas normas/interpretações irá ter nas demonstrações financeiras da entidade no período da aplicação inicial, incluindo: (i) uma discussão do impacto que se espera que a aplicação inicial de cada norma/interpretação tenha nas demonstrações financeiras da entidade, ou (ii) se esse impacto não for conhecido ou razoavelmente calculável, de uma declaração para esse efeito".

#### 3.2 Princípios de consolidação

## a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.







Trem, A.C.E.





As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as empresas incluídas na consolidação são as seguintes:

2018	2017
n/a	n/a
100,00%	100,00%
100,00%	100,00%
100,00%	100,00%
100,00%	100,00%
	100,00% 100,00%

Estas Empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral pela maioria dos direitos de voto.

## b) Empreendimentos conjuntos e associadas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os empreendimentos conjuntos, as associadas e respetiva proporção no capital detido são as seguintes:

		2018	2017
		% de capital detida	% de capital detida
Empresa	Sede	Directa	Directa
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	14,29%







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



A \_\_\_\_\_

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo direta ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

## 3.3. Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD's em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD's realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD's pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD's no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

## No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de
  juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo
  seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados/amortizados (Notas 3.4 e 3.5).

## No passivo:

Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;









9.)

- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea:
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

## 3.4. Ativos fixos tangíveis

## Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

Metropolitano de Lisboa

FERCONSULT



rem, A.C.E. rem II, A.C.E. (I)

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos	
Edifícios e outras construções	10 - 50	
Equipamento básico:		
Material circulante de exploração	14 - 28	
Material circulante de serviço	10 - 30	
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16	
Equipamento de transporte	4 - 5	
Ferramentas e utensílios	4 - 10	
Equipamento administrativo	7 - 10	
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10	

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

## Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.







Trem, A.C.E.

Com 1

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

#### 3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

#### 3.6. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

## Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a depreciação do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 3.4 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.



( To )

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos	
Edifícios e outras construções	10 - 50	7).

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data da demonstração consolidada da posição financeira, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

## 3.8. Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos



(A)

resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

## 3.9. Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo, são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em associadas são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado após a data de aquisição pelo valor correspondente à participação do Grupo na variação do capital próprio (incluindo o resultado líquido) das associadas após essa data. Por aplicação do método de equivalência patrimonial, a proporção do Grupo no resultado líquido das associadas e empreendimentos conjuntos é registado por contrapartida da demonstração dos resultados e os dividendos recebidos são deduzidos ao valor do investimento.

Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na Nota 10.

## 3.10. Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. Port

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

## 3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

## (i) A custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- · Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal. Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal

## b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

## d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.









Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

## (ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 — Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

	-	20:	18	20:	17
			Custo		Custo
Ativos Financeiros	Notas	Justo valor	amortizado	Justo valor	amortizado
Não correntes:					
Clientes	14	127	620	9	303.660
Derivados	11	81.966	0.70	330.000	1.7
Outros ativos financeiros	12	55.418.340		52.188.819	-
		55.500.306		52.518.819	303.660
Correntes:					
Clientes	14	<b>1</b>	3.912.627	Ø	7.004.674
Estado e outros entes públicos	21		6.044.609	5	3.906.321
Outros créditos a receber	14		38.758.707	*	39.500.633
Caixa e depósitos bancários	4	320	24.033.770	÷	32.990.146
			72.749.713		83.401.774
		55.500.306	72.749.713	52.518.819	83.705.434





Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



		201	18	20:	17
			Custo		Custo
Passivos Financeiros	Notas	Justo valor	amortizado	Justo valor	amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	18	18	367.887.870		249.707.299
Outros dividas a pagar	23	14	4.982.846	-	6.294.628
Derivados	11	81.623.896		108.844.147	2
		81.623.896	372.870.716	108.844.147	256.001.927
Correntes:					
Fornecedores	20	-	4.108.141	=	6.621.108
Estado e outros entes públicos	21		3.455.244	-	1.968.833
Adiantamentos de clientes	2	2	88.526	-	280.687
Financiamentos obtidos	18		481.808.304	2	460.816.436
Outros dividas a pagar	23	-	44.788.286	-	166.442.784
			534.248.501		636.129.848
		81.623.896	907.119.217	108.844.147	892.131.775

## 3.12. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

## 3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e maisvalias fiscais com tributação diferida.







### 3.14. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

## 3.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### 3.16. Benefícios pós-emprego

#### Plano de benefício definido

O ML tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Pré-Reformas.

## Cuidados de saúde



A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2018. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

#### 3.17. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor sendo, em cada data de relato mensurados pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura designados e eficazes.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, estes não cumprem todos os requisitos da IAS 39 — Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, pelo que, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuada de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da IAS 39.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de "Derivados", caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de "Derivados". As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados, são reconhecidas na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio do Grupo é, neste caso, nulo.

#### 3.18. Classificação da demonstração consolidada da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.



#### 3.19. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado, e ainda o rédito proveniente dos projetos de consultoria.

O Grupo reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais Títulos de validade mensal, as receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Área Metropolitana de Lisboa, tendo por referência as quotas determinadas pelo inquérito de tráfego realizado em 2007.
- Passes combinados Títulos combinados com outros operadores com quotas definidas conforme protocolos estabelecidos.
- Viagens Ocasionais/Zapping Títulos combinados com outros operadores e válidos para um número de viagens pré-estabelecido. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador, à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.
- Estudos e realização de projetos de consultoria O Grupo reconhece o rédito dos projetos em regime de "time and materials" na data da prestação dos serviços (percentagem de acabamento), usualmente com base no custo das horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto. O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos gastos totais incorridos, estimativa de gastos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

A diferença ente o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica de "Outros créditos a receber" ou na rubrica de "Outros dividas a pagar".

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As compensações tarifárias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

#### 3.20. Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.







1 de la companya della companya dell

9

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pelo Grupo) (Nota 6 e 7), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

## 3.21. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

#### 3.22. Regime do acréscimo (periodização económica)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### 3.23. Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

## a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

# b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas duma forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez. As necessidades de tesouraria são cobertas por financiamento avalizados pelo Estado Português ou diretamente pelo Estado Português, através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.



## c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

## Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2018, resultaria num aumento de 73.165.397 euros aproximadamente e uma diminuição de 125.377.884 euros aproximadamente no resultado antes de imposto (99.847.153 Euros e 165.017.078 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2017).

#### 3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Metropolitano de Lisboa





rem, A.C.E.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados.
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

## 3.25. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados em conformidade com a informação utilizada internamente pelos órgãos de gestão do Grupo.

## 3.26. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

## 4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2018	2017	
Numerário	23.883	18.066	
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	24.009.887	32.972.080	
Caixa e depósitos bancários	24.033.770	32.990.146	







Trem, A.C.E.

(3)

# 5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa procedeu à alteração da classificação de um edifício sito na Praça General Humberto Delgado de Ativos Fixos Tangíveis para a rúbrica de Propriedades de Investimento.

	Montante	Depreciações	Perdas por	Valor
	bruto	acumuladas	imparidade	Contabilístico
Praça General Humberto Delgado	22.309.373	18.634.644		3.674.729

# 6. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pelo Grupo, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2018	2017
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	6.1	3.123.933.023	3.111.500.240
Activos intangíveis	6.2	6.974.803	6.955.344
Propriedades de Investimento	6.3	1.804.209	-
Subsídios	6.4	(995.926.760)	(993.493.360
Conta a receber Estado	6.5	2.955.028.532	2.871.311.908
Derivados	6.9	19.804.252	23.812.843
		5.111.618.059	5.020.086.976
Ativo corrente:			
Outros créditos a receber	6.7	-	9
		927	
Total do ativo		5.111.618.059	5.020.086.976
Passivo não corrente:			
Provisões	6.6	14.214.246	20.816.971
Financiamentos obtidos	6.8	1.971.099.037	2.230.326.599
Derivados	6.9	340.984.959	455.432.023
		2.326.298.242	2.706.575.594
Passivo corrente:			
Fornecedores	6.10	1.087.844	1.671.865
Financiamentos obtidos	6.8	1.142.175.147	692.441.762
Outras dividas a pagar	6.11	62.367.061	205.886.573
		1.205.630.052	900.000.200
Total do passivo		3.531.928.293	3.606.575.794
Total ILD liquido		1.579.689.765	1.413.511.182







Trem, A.C.E.

(A) (A)

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2018 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Juros incorridos no exercício de 2018 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 177.872.626
   euros (Nota 6.5.1.);
- Justo valor dos instrumentos financeiros no montante de (110.438.473) euros (Nota 6.9);
- Provisões para processos judiciais em curso no montante de 6.602.725 euros (Nota 6.6).

#### 6.1. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2018						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final	
Activos fixos tangíveis ILD's	3.303.354.795	(199.793.426)	3.104.292.787	8.854.434	995.352	3.114.142.573	
Terrenos e recursos naturais	15.899.497	(2.388.442)	13.511.055		~	13.511.055	
Edificios e outras construções	2.818.796.243	(177.041.447)	2.642.486.214	7.897.621	1.788.552	2.652.172.388	
Equipamento básico	468.659.056	(20,363.537)	448.295.519	956.812	(793.201)	448.459.130	
Activos fixos tangíveis em curso	6.295.544		6.295.544	5.242.115	(2.819.726)	8.717.934	
Terrenos e recursos naturais	0.55	32				20	
Edificios e outras construções	5.194.534	55	5.194.534	4.936.747	(2.310.462)	7.820.819	
Equipamento básico	1.101.010	2	1.101.010	305.368	(509.263)	897.115	
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	£2.	8	1.603.793	65.805		1.669.598	
Perdas por Imparidade Edificios e outras construções	18	51	(691.885)	94.803		(597.082)	
Total do activo fixo tangível bruto ILD's	3.309.650.340	(199.793.426)	3.111.500.240	14.257.157	(1.824.374)	3.123.933.023	

	31 de Dezembro de 2017									
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavallações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final				
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.261.886.622	(199.793.426)	3.062.824.614	2.247.793	39.220.380	3.104.292.787				
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943	2	32.111	13.511.055				
Edificios e outras construções	2.791.933.843	(177.041.447)	2.615.623.814	768.417	26.093.983	2.642.486.214				
Equipamento básico	454.085.394	(20.363.537)	433.721.857	1.479.376	13.094.286	448.295.519				
Activos fixos tangíveis em curso	43.267.328		43.267.328	2.232.628	(39.204.411)	6.295.544				
Terrenos e recursos naturais	32.112		32.112	-	(32.111)	*				
Edificios e outras construções	29.238.899	-	29.238.899	2.015.692	(26.060.058)	5.194.534				
Equipamento básico	13.996.318		13.996.318	216.935	(13.112.242)	1.101.010				
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	34	*	1.595.855	(*)	7.938	1.603.793				
Perdas por Imparidade Edificios e outras construções			(727.865)	35.980	*	(691.885)				
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.305.153.951	(199.793.426)	3.106.959.933	4.516.400	23.907	3.111.500.240				

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2018 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis — Edifícios e outras construções e Equipamento básico", no montante de 8.854.434 euros referem-se, essencialmente, à remodelação da rede, com 3.908.441 euros, e ao empreendimento Amadora/Reboleira 4.115.198 euros.

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2018 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", em (a) Edifícios e outras construções, no montante de 4.936.747 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento Rato/Cais do Sodré e à remodelação da rede, nos montantes de 3.352.467 euros e 1.544.969 euros, e (b) Equipamento







Trent, A.C.E. Trem II, A.C.E. Col V.

básico, o montante de 305.368 euros, refere-se essencialmente ao empreendimento Oriente/Aeroporto e à remodelação da rede, nos montantes 143.186 euros e 96.158 euros.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

_	2018			2017			
Gastos capitalizados	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total	
Gastos departamentais	73.216.081	12.467.302	85.683.383	71.552.906	11.335.358	82.888.264	
	73.216.081	12.467.302	85.683.383	71.552.906	11.335.358	82.888.264	

## 6.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2018														
	Q	1	'n	2	0	н	rn	a he	on	97	n	da	21	- 62

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.812.580	13.660	112.917	4.939.157
Despesas de instalação	2.019.827	-	(5)	2.019.827
Activos intangíveis em curso	122.937	5.799	(112.917)	15.818
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.955.344	19.458		6.974.803

# 31 de Dezembro de 2017

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.574.690	43.790	194.100	4.812.580
Despesas de instalação	2.019.827	2	(2)	2.019.827
Activos intangíveis em curso	343.767	7.195	(228.025)	122.937
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.938.284	50.986	(33.925)	6.955.344







## 6.3. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

		31 de	dezembro de	2018			31 de			
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
lmovel para valorização	1.804.209	-		1,804.209	4.616.469		(4)	7.1	-	
	1.804.209	-		1.804.209	4.616.469	STORY OF THE PARTY OF				

Conforme referido na Nota 5, a Empresa transferiu da rúbrica Ativos Fixos Tangíveis o edifício sito na Praça General Humberto Delgado para a rúbrica de propriedade de investimentos.

#### 6.4. Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi como se segue:

31 de Dezembro de 2018

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397			229.464.397
Piddac	182.871.505	12	90	182.871.505
Fundo Coesão	376.640.062	i	( <del>-</del> )	376.640.062
Fundo Ambiental	1.50	2.433.400	-	2.433.400
Subsídios diversos	204.517.396	2	(4)	204.517.396
Total de subsídios	993.493.360	2.433.400	•	995.926.760

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de 2.433.400 euros respeita à implementação do projeto «Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde – Rato – Cais do Sodré».

## 6.5. Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:





Trem, A.C.E. Trem II. A.C.E. Con 1-5

Descrição	Notas	2018	2017
Derivados	6.9	321.180.708	431.619.181
Provisões	6.6	14.214.246	170.913.768
Juros, taxa de aval e imposto de selo	6.5.1	2.308.140.717	1.957.191.295
Gastos de emissão	6.5.1	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	6.5.1	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em ativos fixos tangíveis	6.5.2	597.082	691.885
Encargos financeiros capitalizados	6.5.3	(3.495.216)	(3.495.216)
Trabalhos Especializados	6.5.4	2.563.836	2.563.836
Perdas por imparidade em dívidas a receber	6.7	2.041.708	2.041.708
		2.955.028.532	2.871.311.908

### 6.5.1. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passiveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração — Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 3.20 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos de 1995 até 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a 1995, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

## 6.5.2. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2018 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou o registo de uma reversão de perda por imparidade 94.803 euros.

### 6.5.3. Encargos financeiros capitalizados

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

D1-#-		31 de Dezemb	ro de 2018	31 de Dezembro de 2017				
Descrição	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	152.981	298.367.991	11.785.262	310.306.234	152.981	298.092.776	11.774.179	310.019.936







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



1

## 6.5.4. Trabalhos especializados

Na sequência do processo que se encontravam a decorrer num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira e o Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com Advogados relativo aos instrumentos financeiros derivados que se encontram afetos à atividade de ILD.

#### 6.6. Provisões

O montante de 14.214.246 euros, em 31 de dezembro de 2018, (20.816.971 euros em 31 de dezembro de 2017), é referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

#### 6.7. Outros créditos a receber

A rubrica de "Clientes" em 31 de dezembro de 2018 inclui um montante de 2.041.708 euros que respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD.

## 6.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se como se segue:

		2018			2017				
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigaccionistas:									
Emissão Metro 2019	Barclays	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000		400.000.000	400.000,000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	23	110.000.000	110.000.000	110.000.000		110.000.000	110.000,000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400.000.000		400.000.000	400.000.000	400.000.000		400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	BNPP	400.000.000	73	400.000.000	400.000.000	400.000.000		400.000.000	400.000.000
			400.000.000	910.000.000	1.310.000.000			1.310.000.000	1.310.000.000
Empréstimos bancários:									
ML1/2	BEI	234.435.012	15.679.594		15.679.594	234.435.012	15.600.000	15.679.594	31.279.594
MLII	BEI	74.819.685	4.987.979	98	4.987.979	74.819.685	4.987.979	4.987.979	9.975.958
MLIII	BEI	54.867.769	5.584.000	3.009.084	8.593.084	54.867.769	5.358.000	8.593.084	13.951.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	6.650.639	13.301.277	99.759.579	6.650.639	13.301.278	19.951.916
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	9.144.628	12.802.479	54.867.769	3.657.851	12.802.479	16.460.331
MLIV	BEI	169.591.285	200	138		169.591.285	17.904.090	100	17.904.090
ML 1/3	BEI	124.699.474	24.251.933	47.172.453	71.424.386	124.699.474	14.579.180	71.424.386	86.003.566
ML 1/3B	BEI	74.819.685	10.690.580	61.364.266	72.054.847	74.819.685	2.764.838	72.054.847	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000		150.000.000	150.000.000	150.000.000	- 5	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000		80.000.000	80.000.000	80.000.000	15	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	160	80.000.000	80.000,000	80.000.000		80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782		253.978.782	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	178.310.908	54	178.310.908	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	235.811.870	47.162.374	282,974.244	282.974.244	188.649.496	94.324.748	282.974.244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17.158.204	2.571.011	14.587.193	17.158.204	17.158.204		17.158.204	17.158.204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262.008.399	-	262.008.399	262.008.399			50	
			742.175.147	761.099.036	1.503.274.183		692.441.762	620.326.599	1.312.768.36
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300,000,000
				300.000.000	300.000.000			300.000.000	300.000.000
Total de empréstimos obtidos			1.142.175.147	1.971.099.037	3.113.274.183		692.441.762	2.230.326.599	2.922.768.361







Trem, A.C.E.

Con A

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, à taxa "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças n.º 421/18-SEATF, de 30 de maio, foi concedida uma moratória no pagamento do serviço da dívida dos empréstimos supra indicados. No âmbito da referida moratória o serviço da dívida não está sujeito ao pagamento de juros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante



(M)

de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2020.

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2025 e seguintes	910.000.000
	910.000.000

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2020	310.493.430
2021	186.391.724
2022	127.490.281
2023	46.527.767
2024 e seguintes	390.195.834
	1.061.099.036

Em 31 de dezembro de 2018 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:









CONTRATO	Montante em Divida a 31-12-2018 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM /NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOST O DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁROS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Usboa (* ML I/2*), alterado em 10 de Março de 2006	15.679.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Usboo ("MLII")	4.987.978,98	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portugues a
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* M.L.III*), alterado em 10 de Março de 2005	8.593.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portugues a
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Usboa (° ML II/B°)	13.301.277,20	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas o Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portugues a
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei porfuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML I/3"), alterado em 10 de Março de 2006	71.474.386,29	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML 1/3 a"), alterado em 10 de Março de 2006	72.054.846,68	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portugues a
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/C")	12.802.479,35	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Inwestimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (" ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portugues a
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (* ML V/B*), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo Mt	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujetto à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000,000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr, Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial di natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 — IP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, suijeit à lei portuguese a è jurisdició dos tribunais portugueses, excepto o Subscription greement, regulado pela lei inglesa e sujeito à unrisdicia dos tribunais ingleses	400.000.000;00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a S1%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,000 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita a lei portuguesa e a jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos ribunais inglosos	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República , Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
IUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 0019. Bardays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco le Investimento, S.A., Santanted Global Banking & Markets/Fevereiro 2009, sujeita à lei portugués a i jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o úbscription Agreement, regulado pela lei inglessa sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Não alteração substancial da naturez ou do objecto social da empresa









## 6.9. Derivados

Conforme referido na Nota 3.17, o Grupo contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 3.17 e detalha-se como se segue:

Financiamentos bancários derivados		Data			C	apital coberto 31.12.2018		Justo valor			
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do	Justo valor ("N") (contraperte)		Variação
Designação		Entidade	Swap	micias	riner	Capital	inc. capital (oct)	associado	31.12.2018	31.12.2017	va.iayao
ET (ML V2)	29, 39 E 69 DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019	Consession of the Consession o	12/2007	5.819.309	(1.458,672)	(5,312,519)	4,196.184
	Total de fina	nciamento				15.629.001	50.593	15.679.594			
SEL OWE III)	1 # E4# DESEMBOLSOS	BSVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020			3.491.585	[89.044]	(218.228)	188.751
2018 C 07	Total de fina	nciamento				5.486.777	3.106.307	8.593.084			
BEI (WILIV)	19, 29, 39, 49 E 59 DESEMBOLSOS	BESINV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018					(353.760)	1.382.170
	Total de fina	nciamento									
BEI (MLWC)	1* DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022			22.666.667	(2.846.153)	[3.737.816]	716.403
	Total de fina	nciamento				45.333.334	29.333.333	80.000.000			
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHES	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022				(261.637.094)	[338.528.822]	20.546.501
	Total de fina	nciamento				258.904.978	(258.904.978)				
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHEC	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024			100.000.000	(24.087.652)	(26.863.771)	(802.490
	Total de fina	nciamente				300.000.000		300,000,000			
OBRIGAÇÕES 2026		BBVA	15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026			70.000.000		(22.514.178)	318.431
OBRIGAÇÕES 2026		MILYNCH	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30,000.000	(23.970.205)	(24.626.318)	[12.937.291
OBRIGAÇÕES 2026		CGD	16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026			30.000.000	(23.914.710)	(24.278.042)	(12.529.987
	Total de fina	nciamento				400.000.000		400.000.000			
OBRIGAÇÕES 2019		CITIBANK	15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019			100.000.000	(2.981.429)	(8.998.569)	5.077.442
	Total de fina	nciamento				400.000.000		400,000.000			
						1.425.354.090	(226.414.745)	1.565.250.239	(340.984.959)	(455.432.023)	6.156.112

Financiamentos bancários derivados Data				Capital coberto 31.12.201	8	Justo valor					
Designação	Entidade	Swap Inicial		-	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento —	Justo valor ("N") (contraparte)		Variação	
	Elitable		Final Capita	Coprise	inc. Capital (Sci)	associado	31.12.2018	31.12.2017			
BEI (MLII)	29 E 39 DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019	-		1.995.191	3,795	12.503	(8.707)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHEB	CAIXA BI	15/07/2009	15/03/2010	15/06/2022				1.983.000	2.378.000	(395.000)
OBRIGAÇÕES 2026		CAIKABI	28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026			100.000.000	17.817.456	21.422.340	(3.604.884)
							STATE OF THE PARTY.	101.995.191	19.804.252	23.812.843	(4.008.591)

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo/ativo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

#### 6.10. Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

## 6.11. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.







Trem, A.C.E.



(1)

# 7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis do Grupo, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

		2018									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangiveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total			
Ativos											
Saldo inicial	24.287.679	235.243.039	808.028.111	304.074	23.618.202	24.367.494	270,328	1.116.118.927			
Aquisições	34	333.894	170.583	-	1.537.102	74.818	5.421	2.121.818			
Alienações	8	9	2	(123.063)	(1.517)	- 1	2	(124.580)			
Transferências	(3.320.494)	(18.581.455)	(187.757)		(30.965)	(45)	(168.493)	(22.289.209)			
Abates	-	- 5	(2.925)		(899.158)	(6.166)		(908.249)			
Saldo final	20.967.185	216.995.478	808.008.012	181.011,16	24.223.664	24.436.101	107.256	1.094.918.707			
Depreciações acumuladas e perdas por imparidad	ie										
Saldo inicial		215.072.061	574.163.508	304.074,12	22.401.007	14.378.355		826.319.006			
Depreciações do exercício	8	8.569.961	23.261.879	126	497.092	816.460		33.145.393			
Alienações	-	*0		(123.063,15)	0.0	2	-	(123.063)			
Transferências	5	(18.225.236)	(376.414)		(30.252)	(573)	-	(18.632.475)			
Abates			(2.925)	157	(897.706)	(5.638)		(906.269)			
Saldo final		205.416.786	597.046.049	181.011,16	21.970.141	15.188.604		839.802.591			
Imparidades	-	20	(27.097)	132	-	2	2	(27.097)			
Imparidades - Transferências		- 3	-					. Co. 2000 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0			
Ativos líquidos	20.967.185	11.578.692	210.989.060	The State of the S	2.253.522	9,247,497	107.256	255.143.212			

	2017									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total		
Ativos										
Saldo inicial	24.287.679	255.503.790	805.765.885	735.028	23.901.873	24.306.482	1.280.148	1.135,780,884		
Aquisições		182.602	1.499.266	19	1.029.515	61.795		2.773.178		
Alienações	2	23	(2.735)	(328.155)	(658.508)	- 2	2	(989.398)		
Transferências	-	(20.443.353)	945.019	15	76.098		(1.009.820)	(20.432.056)		
Abates			(179.325)	(47.871)	(730.969)	(782)		(958.946)		
Saldo final	24.287.679	235.243.039	808.028.111	334.811	23.579.582	24.367.494	270.328	1.116.111.044		
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade										
Saldo inicial		218.382.833	554.607.530	732.615	23.560.453	13.565.034		810.848.466		
Depreciações do exercício		9.465.233	26.775.567	2.413	231.011	813.889		37.288.113		
Alienações	57. 9		(182.059)	(328.155)	(630.256)	(777)	2	(1.141.247)		
Transferências		(7.406.952)	-	5	150	50		(7.406.952)		
Abates		(5)		(47.871)	(755.546)		*	(803.608)		
Reclassificações	>		(493)		(4.655)	208	2.0	(4.940)		
Saldo final		220.441.115	577.682.027	334.811	22.362.388	14.378.354		835.198.695		
Imparidades		(23.418)	5	=	1.5			(23.418)		
Imparidades - Transferências		(5.345.636)					×.	(5.345.636)		
Ativos líquidos	24.287.679	14.825.342	230.346.084		1.217.194	9.989.140	270.328	286.281.402		

No decurso do exercício de 2018 o Grupo obteve avaliações de diversos imóveis, resultando uma reversão de imparidade dos mesmos no montante de 27.097 euros.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. ( )

**/** 

## 8. Locações

## Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.6 o Grupo regista no seu ativo fixo tangível (Nota 7) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 24 unidades triplas de tração registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis — equipamento básico".

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme se segue:

		2018		2017				
Locações Financeiras - Bens	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido		
Equipamento básico	299.632.078	228.118.986	71.513.092	299.632.078	217.417.758	82.214.320		

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais, cuja taxa, em média, se situou em 33,3059%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	Capital em dívida					
Locações Financeiras	2018	2017				
Até 1 ano		3.788.999				
Entre 1 ano e 5 anos	-	7.680.685				
		11.469.683				

## Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. não reconhecidas no balanço (Nota 3.6) no montante de 183.305.296 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos					
Locações Operacionais	2018	2017				
Até 1 ano	7.877.929	7.531.329				
Entre 1 ano e 5 anos	175.427.367	185.097.378				
	183.305.296	192.628.706				









## 9. Propriedades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as propriedades de investimento apresentava a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2018					31 de dezembro de 2017				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22.064.892	8.661.447	4.904.656	8.498.789	8.729.035	22.064.892	8.220.122	5.310.129	8.534.641	8.892.671
Imovel para valorização	22.309.373	18.631.945	100	3.677.428	104.456.531	18	5		53	
	44.374.266	27.293.393	4.904.656	12.176.217	113.185.566	22.064.892	8.220.122	5.310.129	8.534.641	8.892.671

Conforme referido na Nota 7, o Grupo transferiu da rúbrica Ativos Fixos Tangíveis o edifício sito na Praça General Humberto Delgado para a rúbrica de propriedades de investimentos.

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017				
	Rendimentos de rendas (Nota 31)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 31)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado	
Imóveis arrendados a terceiros	191.046	43.813	441.325	(294.092)	204.662	22.364	66.532	115.765	
Imovel para valorização		217.104	40.832	(257.936)	-	9			
	191.046	43.813	441.325	(294.092)	204.662	22,364	66.532	115.765	

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Grupo procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 405.473 euros.

## 10. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo evidenciava os seguintes investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos:

2018									
Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Lisboa	40,00%	2.5			5.5		83		10.843 a
Lisboa	5,00%	3.138.047	3.181.125	[43.077]	672.208	(43.077)	(2.154)	(2.154)	
Lisboa	14,29%	5.345.333	3.000.839	2.344.494	6.073.238	918.539	131.220	131.220	334.928
									345.772
	Lisboa	Lisboe 40,00% Lisboa 5,00%	Usboa 40,00% - Usboa 5,00% 3,138,047	Usboe 40,00%	Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio           Usboe         40,00%         -         -           Usboa         5,00%         3,138,047         3,181,125         (43,077)	Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos           Usboa         40,00%         - <td>Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos         Resultado liquido           Usboa         40,00%         -</td> <td>Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos         Resultado líquido         Proporção no resultado           Usboa         40,00%         -<td>Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos         Resultado         Proporção no resultado         Montante registado           Lisboa         40,00%         -</td></td>	Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos         Resultado liquido           Usboa         40,00%         -	Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos         Resultado líquido         Proporção no resultado           Usboa         40,00%         - <td>Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos         Resultado         Proporção no resultado         Montante registado           Lisboa         40,00%         -</td>	Sede         % detida         Ativo         Passivo         Capital próprio         Total de rendimentos         Resultado         Proporção no resultado         Montante registado           Lisboa         40,00%         -

a) - Informação referente ao exercício de 2018 não disponível



(4)

	2017									
	Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Empresas associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1.912.938	1.882 244	30.694	1.768.485	30.236	12.094	12.094	12.277
Empreendimentos conjuntos										
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	2.610.350	2.708.595	(98.245)	1.521.356	(98.245)	(49.123)	(49.123)	
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5.950.266	4.278.188	1.672.078	6.593.052	492.246	70.321	70.321	238.868
Total										251.145

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pelo Grupo no decurso do exercício de 2018:

	2018	2017
	Método da equivalência patrimonial	Método da equivalência patrimonial
Participações financeiras		
Saldo inicial	251.145	194.216
Aplicação do método da equivalência patrimonial	237.324	176.091
Dividendos	(70.321)	(68.323)
Saldo final	418.148	301.985
Perdas por imparidade		
Saldo inicial	50.840	1.717
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	21.539	49.123
Saldo final	72.378	50.840
Ativo liquido	345.772	251.145

## 11. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2018 e 2017, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

					_	(contra	Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2018		(contra	lor ("JV") aparte) 2.2017
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo		Activo	Passivo
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019	7.630.670		(877.253)	4.732.602	-	(5.609.855)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	15/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	3.815.335	81,966		(248.034)	330.000	3
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	65.575.340		(80.746.643)	22.487.649		(103.234.292)
					77.021.345	81.966	(81.623.896)	26.972.217	330.000	(108.844.147)

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2018, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pelo Grupo, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 6.8), seria como segue:

2018	1%	-1%
Justo Valor	73.165.397	(125.377.884)







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. (a) ( )

#### 12. Outros ativos financeiros - não corrente

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente" inclui: (i) o montante de 30.197.168 euros relativo a um colateral que o Grupo teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 541.443 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor"; e (ii) o montante de 25.220.545 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 212.7105 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

Designação	Variação do JV 2018	Variação do JV 2017	
Bank of America Leasing & Capital, LCC	541.443	211.641	
Wilmington Trust	212.710	306.825	
	754.153	518.466	

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detinha o montante de 627 euros num Fundo de Compensação do Trabalho.

#### 13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários eram detalhados conforme se segue:

			2017			
Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	
					-	
6.187.706	(299.936)	5.887.770	3.441.117	(299.936)	3.141.181	
15.092	5	15.092	20.001	2	20.001	
35.014	-	35.014	26.405	-	26.405	
26.039		26.039	22.354	-	22.354	
705.010		705.010	676.484	4	676.484	
450.522	12	450.522	173.663	-	173.663	
15.529		15.529	16.451		16.451	
7.434.912	(299.936)	7.134.976	4.376.475	(299.936)	4.076.539	
	6.187.706 15.092 35.014 26.039 705.010 450.522 15.529	6.187.706 (299.936) 15.092 - 35.014 - 26.039 - 705.010 - 450.522 - 15.529 -	bruto         imparidade         Líquido           6.187.706         (299.936)         5.887.770           15.092         -         15.092           35.014         -         35.014           26.039         -         26.039           705.010         -         705.010           450.522         -         450.522           15.529         -         15.529	bruto         imparidade         Líquido         bruto           6.187.706         (299.936)         5.887.770         3.441.117           15.092         -         15.092         20.001           35.014         -         35.014         26.405           26.039         -         26.039         22.354           705.010         -         705.010         676.484           450.522         -         450.522         173.663           15.529         -         15.529         16.451	bruto         imparidade         Líquido         bruto         imparidade           6.187.706         (299.936)         5.887.770         3.441.117         (299.936)           15.092         -         15.092         20.001         -           35.014         -         35.014         26.405         -           26.039         -         26.039         22.354         -           705.010         -         705.010         676.484         -           450.522         -         450.522         173.663         -           15.529         -         15.529         16.451         -	

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

## Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

Grupo ML

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.

h\_\_\_\_\_

## Matérias Primas, subsidiárias e de consumo

Custo das mercadorias vendidas	2018	2017				
Saldo inicial	4.376.475	2.473.205				
Compras	9.078.568	6.265.897				
Regularizações	47.667	45.977				
Saldo final	7.434.912	4.376.475				
	6.067.798	4.408.604				

## Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018							
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final				
Mercadorias	299.936	2		299.936				
	299.936	•		299.936				

	2017							
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final				
Mercadorias	299.936		7.0	299.936				
	299.936			299.936				

## 14. Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" apresentavam a seguinte composição:

	2018			2017				
	Montante bruto	Desconto financeiro	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Desconto financeiro	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:								
Clientes	303.661		(303.661)		395.604	(91.944)	33	303.660
	303.661	- 8	(303.661)		395.604	(91.944)		303.660
Correntes:								
Clientes	5.911.975	2	(1.999.347)	3.912.627	7.930.783		(926.109)	7.004.674
Outros créditos a receber	42.264.598		(3.505.892)	38.758.707	42.961.516	858	(3.460.883)	39.500.63
	48.176.573		(5.505.239)	42.671.334	50.892.299		(4.386.992)	46.505.30
	48.480.234		(5.808.900)	42.671.334	51.287.903	(91.944)	(4.386.992)	46.808.967

Metropolitano de Lisboa





Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.

W = (2)

O detalhe da rubrica de "Clientes" e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	20	18	2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 30)	2.266.691	2	1.540.396	-
Ar Telecom	463.383		463.383	
Multas por cobrar	50.880	-	3.763.745	2
GIBB Portugal	=		-	303.659
Outros	3.131.020	9	2.163.259	303.660
	5.911.975		7.930.783	303.660
Imparidade de contas a receber de clientes	(1.999.347)		(926.109)	
	3.912.627		7.004.674	303.660

O saldo da sub-rubrica Multas corresponde às coimas que estão por cobrar por falta de título de transporte válido, este valor encontra-se em igual montante na rubrica de " Outras dívidas a pagar" no passivo.

De acordo com a informação constante na demonstração consolidada da posição financeira, a antiguidade do saldo de "Clientes" é como segue:

Clientes		31.12.2018	31.12.2017
Não vencido	0	1.615.607	1.632.664
Vencido ma	s não ajustado:		
	0-90 dias	427.162	63.984
	90-180 dias	524.781	488.923
	180-360 dias	881.939	414.430
	+360 dias	463.139	4.404.673
Vencido e a	justado:		
	+360 dias	1.999.347	926.109







Trem, A.C.E.



O detalhe da rubrica de "Outras contas a receber" e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Outras contas a receber	20	18	2017		
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Trabalhos por conta de terceiros	30.445.699	-	30.442.102	-	
Devedores por acréscimo de rendimentos	431.578		880.973	12	
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	3.360.343		3.257.361	18	
Receitas de tráfego	3.376.172	40	4.414.113	-	
Associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 30)	269.524	-	149.111		
C.P Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	311.311	*	495.211	135	
Pessoal	331.706	(2)	386.622	32	
Conpensação financeira 4_18, Sub23. Social +	2.182.112	-	913.560		
Outros	1.556.154		2.022.463		
	42.264.598	-	42.961.516		
Imparidade de outros créditos a receber	(3.505.892)		(3.460.883)	-	
	38.758.707		39.500.633		

De acordo com a informação constante na demonstração consolidada da posição financeira, a antiguidade do saldo de "Outras contas a receber" é como segue:

Outras contas a receber	31.12.2018	31.12.2017
Não vencido	8.664.212	4.444.310
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	255.092	241.469
90-180 dias	63.554	61.904
180-360 dias	154.149	394.676
+360 dias	29.621.699	34.358.274
Vencido e ajustado:		
+360 dias	3.505.892	3.460.883

A rubrica "Trabalhos por conta de terceiros" inclui os montantes relativos às obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2018 e 2017 foi como segue:

			2018		2017					
Imparidades	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo Final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo Final
De dívidas a receber de clientes	926.109	1.292.459	(87.131)	(132.090)	1.999.347	1.042.695	90.016	(206.602)		926.109
De outras contas a receber	3.460.883	59.427	(604)	(13.814)	3.505.892	4.039.675	132.295	(711.087)		3.460.883
	4.386.992	1.351.886	(87.735)	(145.904)	5.505.239	5.082.370	222.311	(917.689)		4.386.992







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. (ha)

S O

#### 15. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2018	2017
Seguros pagos antecipadamente	36.173	2.016
Encargos com contratos de leasing	437.560	689.664
Outros	1.284.041	1.695.041
	1.757.774	2.386.721

A rubrica "Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing", no montante de 437.560 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

## 16. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2018 o capital do Grupo, subscrito e realizado, ascendia a 2.543.791.006 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi efetuado um aumento de capital no montante de 175.195.680 euros, sendo este valor totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

### Resultados transitados:

O resultado líquido negativo do exercício findo a 31 de dezembro de 2014 a 2017 constante nas demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., consideradas para efeitos de consolidação, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

# Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Metropolitano de Lisboa

FERCONSULT



rem, A.C.E.

(3)

() ()

### 17. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final		
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso	693.339	3.843	2	25	697.182		
Juros a liquidar (Nota 29)	-		×	8.			
Impostos	2.577.895	5	2.305.777	2	272.118		
Contratos onerosos	551.482	375.650	141.861		785.271		
	3.822.716	379.493	2.447.638	-	1.754.571		
Outras provisões:							
Cobertura de prejuízos	76.812	3.434.190	56.743		3.567.745		
	76.812	3.434.190	56.743	2	3.567.745		
	3.899.528	3.813.683	2.504.381		5.322.316		

	2017						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final		
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso	756.915	72.072	10.000	125.648	693.339		
Juros a liquidar (Nota 29)	108.479.022	10.915.898	17.	119.394.920	-		
Juros Mora	-	127	121	-	2		
Impostos	2.523.471	54.424		(*)	2.577.895		
Contratos onerosos	963.617	50.156	462.291		551.482		
Despesas com pessoal	-		1 <b>7</b> 1	-	-		
	112.723.025	11.092.550	472.291	119.520.568	3.822.716		
Outras provisões:							
Cobertura de prejuízos	29.408	47.404	-	120	76.812		
	29.408	47.404			76.812		
	112.752.433	11.139.954	472.291	119.520.568	3.899.528		

Em 2016, a Empresa foi notificada pela Autoridade Tributária (AT) a apresentar elementos fiscalmente relevantes referente ao exercício de 2014. Na sequência do processo a AT efetuou uma correção ao IRC de 2014 no montante de 2.305.777 euros, da qual a Empresa apresentou reclamação graciosa. A 31 de dezembro de 2017 foi constituída uma provisão que se encontra refletida na sub-rubrica de "Impostos" no montante de 2.305.777 euros. No decurso do exercício de 2018 a Autoridade Tributária manteve as correções fiscais e a Empresa afetou a liquidação do valor em divergência.





Trem, A.C.L.



### 18. Financiamentos obtidos

Os financiamentos incluindo os afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se como se segue:

			2018		2017			
		-	Montante utiliza	ado	Montante utilizado			
Financiamentos	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	
Instituições financeiras:								
Empréstimos bancários:								
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	52.987.218	*	105.974.436	52.987.218		
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	308.125.476		410.833.969	308.125.476		
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	108.238.130	21.647.626	129.885.756	86.590.504	43.295.252	
Emp. LP 32,6 M EUR	D G T F 2017 (parte)	15.426.066	2.859.701	12.566.365	15.426.066	=	15.426.066	
Emp. LP 421,97 M EUR	D G T F 2018 (parte)	151.363.298		159.965.533			3 01	
Emp. TREM   LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	50.000.000	1.643.157	25.841.702	50.000.000	1.590.919	27.484.859	
Emp. TREM   LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	50.000.000	1.643.157	25.841.702	50.000.000	1.590.919	27.484.859	
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.615.948	29.764.172	52.777.778	1.558.630	31.380.119	
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	807.974	14.882.086	26.388.889	790.646	15.690.059	
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	807.974	14.882,086	26.388.889	790.646	15.690.059	
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.539.370	31.248.300	52.777.778	1.491.310	32.787.670	
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	769.685	15.624.150	26.388.889	755.170	16.393.835	
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	769.685	15.624.150	26.388.889	755.170	16.393.835	
Total Empréstimos bancários			481.807.476	367.887.870		457.026.609	242.026.614	
Locações financeiras:								
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	92	9		11.469.683	3.788.999	7.680.685	
Total de Locações financeiras						3.788.999	7.680.685	
Descobertos bancários (Nota 4)		100	828	-	-	828		
Fotal instituições financeiras			481.808.304	367.887.870		460.816.436	249.707.299	

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2019	23.742.020
2020	86.923.096
2021 e seguintes	257.222.754
	367.887.870

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2017, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 15.308.696 euros. No decorrer do exercício de 2018 a Empresa liquidou a totalidade do valor em dívida.

O Grupo tem vindo a obter, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.







rem, A.C.E. rem II, A.C.E. 8

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2019, aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2019, encontrava-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 421.973.931 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2019 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não se encontra concretizado.

O "downgrade" do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2013 constituiu um colateral cujo justo valor, em 31 de dezembro de 2018, ascende a 25.220.545 euros (Nota 12).

## 19. Benefícios pós-emprego - planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na Nota 3.16, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2018, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 1.000 e 1.272, respetivamente (1.012 e 1.344 em 31 de dezembro de 2017).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2018	2017
Trabalhadores activos	88.466.080	78.860.745
Reformados	165.245.381	173.767.120
	253.711.461	252.627.865

O aumento verificado no Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados deve-se em parte, ao facto de ser ter verificado no global, um aumento salarial real em 2018 superior ao previsto.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2018 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. (1)

8

Projected Unit Credit	2018	2017
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,75%	1,75%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	1,50%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,75%	1,75%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2018 e 2017 foi como se segue:

	2018	2017
Responsabilidades totais no início do período	252.627.865	255.738.256
Custos dos serviços correntes	3.063.065	2.889.482
Custo dos juros	4.420.988	4.475.419
Benefícios pagos no exercício	(12.669.921)	(12.526.801)
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	6.269.465	2.051.508
Reponsabilidades totais no fim do período	253.711.461	252.627.865

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2018, nos montantes de 3.063.065 euros e 4.420.988 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 6.269.465 euros e 2.051.509 euros, respetivamente, relativo a ganhos (perdas) atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Ajustamentos/Outras variações no capital próprio", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.16).

A evolução dos ganhos (perdas) atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

Outras variações no capital próprio	2018					
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final		
Ganhos (perdas) atuariais	(6.859.877)	12	6.269.465	(13.129.342)		







frem, A.C.E. frem H, A.C.E.



Outras variações no capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	(4.808.369)	-	2.051.508	(6.859.877)

Em 31 de dezembro de 2018, as perdas atuariais resultam, essencialmente, do facto do aumento salarial real em 2018 ter sido superior ao previsto.

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

### 20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se como segue:

Fornecedores	2018	2017	
Fornecedores:			
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500	
Companhia Carris de Ferro	850.022	2.341.765	
CENOR - Consultores, S.A.	290.672	290.672	
Rodoviaria de Lisboa, S.A.	111.495	40.921	
Bonatrans Group A.S.	186.865	41.540	
Edp Comercial	7.5	841.514	
Otlis	80.228	89.203	
TPF - Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A.	1.100.396	214.974	
Outros	797.964	2.070.019	
	4.108.141	6.621.108	

De acordo com a informação constante na demonstração consolidada da posição financeira, o saldo de "Fornecedores" apresenta os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores	31.12.2018	31.12.2017
Não vencido	1.748.062	3.870.340
Vencido:		
30-90 dias	550.278	1.086.081
90-180 dias	86.855	9.778
180-360 dias	371.796	636.963
+360 dias	1.351.150	1.017.946

Metropolitano de Liche





Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.

#### 21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

_	2018		2017	
Estado e outros entes públicos	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	4.335.149	4.515	2.472.479	10.886
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	461.995	1.311.921	12.262	1.161.425
Imposto sobre o valor acrescentado	1.167.785	185.935	1.341.905	187.063
Contribuições para a Segurança Social	2	1.453.095	2 <del>-</del> 2	110.128
Outros Impostos	79.679	499.775	79.675	499.330
	6.044.609	3.455.244	3.906.321	1.968.833

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, correspondem a retenções efetuadas no processamento salarial de dezembro de 2018, os quais serão liquidados em janeiro de 2019.

#### 22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Imposto corrente	82.248	843.300
	82.248	843.300

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 41.050.463 euros e 39.999.550 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E. 1

	20	2017			
Prejuízos fiscais	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização	
Gerados em 2013	34.026.334	2018	34.026.334	2018	
Gerados em 2014	5.277.942	2026	5.277.942	2026	
Gerados em 2015	695.274	2027	695.274	2027	
Gerados em 2016	378.323	2028	378.323	2018	
Gerados em 2017	672.590	2022		-	
	41.050.463		39.999.550		

# 23. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2018	2017
Não corrente:		
Subsídios ao investimento a reconhecer	4.982.846	6.294.628
	4.982.846	6.294.628
Corrente:		
Outros credores:		
Pessoal	517.318	483.326
Outros	62.376	70.843
Subsídios ao investimento a reconhecer	2.542.158	2.542.158
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	10.452.945	9.813.080
Juros vincendos e não pagos	26.203.103	142.186.436
Credores por acréscimos de gastos	1.641.669	610.987
Fornecedores de investimentos	2.924.689	3.433.468
Multas por cobrar (Nota 13)	61.632	4.639.932
Outros	382.396	2.662.554
	44.788.286	166.442.784

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pelo Grupo com investimentos realizados, relativamente aos quais à data de relato ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.













Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

				2018			
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 27)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2017	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	130.765	10.550.586	130.765	130.765	261.530
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	2.411.392	51.224.197	2.411.392	2.411.392	4.721.315
	68.069.412	68.069.412	2.542.157	61.774.783	2.542.158	2.542.157	4.982.846

				2017			
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 27)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2016	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.880	166.534	10.419.821	166.534	166.534	523.061
FEDER-QCA	57.126.530	54.528.374	2.411.393	48.812.805	2.411.393	2.411.393	8.313.725
	68.069.412	65.471.254	2.577.927	59.232.626	2.577.927	2.577.927	8.836.785

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

## 24. Rédito

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2018	2017
Vendas:		
Sucatas	46.059	37.699
Prestação de serviços:		
Bilhetes	54.210.739	52.022.168
Passes	52.707.810	49.669.835
Cartões	3.738.242	3.582.587
Serviços secundários	3.827.245	1.624.161
Consultoria técnica	1.305.125	1.540.298
Contratos de arrendamento	126.150	126.150
Contratos de exploração	472.239	2.562.347
	116.433.609	111.165.245

O aumento verificado nas receitas em 2018 resulta, essencialmente, do aumento do número de passageiros transportados.



(M)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4 18@escola.tp, sub23@superior.tp e social+ no montante de 3.341.201 euros (3.152.076 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), dos quais foram recebidos 3.341.201 euros (IVA incluído).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe <u>4 18@escola.tp</u>, <u>sub23@superior.tp</u> e social+ no montante de 2.986.208 euros (2.817.177 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), dos quais foram recebidos 1.693.997 euros (IVA incluído).

## 25. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Eletricidade	9.554.600	8.518.562
Rendas e alugueres	246.684	223.738
Vigilância e segurança	5.205.275	5.035.691
Conservação e reparação	4.736.693	4.694.312
Limpeza, higiene e conforto	3.026.258	2.752.699
Trabalhos especializados	2.784.054	2.230.699
Honorários	300	24.030
Deslocações e estadas	19.514	30.596
Outros	1.580.071	2.268.141
	29.190.754	25.778.468

## 26. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	420.875	470.823
Remunerações do pessoal	57.639.695	52.661.981
Benefícios pós-emprego - complementos pagos (Nota 19)	7.517.793	7.359.821
Encargos sobre remunerações	13.103.422	11.852.059
Seguros de acidentes de trabalho	846.834	670.339
Seguro de saúde	853.160	842.075
Gastos de ação social	371.897	483.787
Indemnizações	818.206	64.354
Outros	361.889	284.017
	81.933.770	74.689.257







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.





O Grupo reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 3.063.065 euros e o custo dos juros, no montante de 4.420.988 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número médio de trabalhadores foi de 1.473 e 1.475 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.471 e 1.478 pessoas, respetivamente.

#### 27. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2018	2017
Subsídios ao investimento (Nota 23)	2.542.158	2.577.927
Juros	209.953	299.054
Venda de energia	308.687	288.260
Reconhecimento de mais-valias leasings	293.561	195.707
Recuperação de encargos	75.786	31.620
Diferenças de câmbio	2.480.356	3.379
Cedências de espaço	177.186	190.802
Alienação - Ganhos em imobilizado	39.171	70.526
Correcções relativas a periodos anteriores	104.518	128.743
Outros	782.369	1.634.776
	7.013.745	5.420.794

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias leasings" é relativo à amortização das mais-valias das 24 UT's, cujo montante a 31 de dezembro de 2018 ascendeu 293.561 euros.

O saldo da rubrica "Diferenças de câmbio" é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constituiu em obrigações americanas (Nota 12).

## 28. Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:









Outros gastos e perdas	2018	2017
Imposto municipal sobre imóveis	314.058	281.762
Donativos	14.220	14.220
Perdas em inventários	156.853	86.256
Impostos	55.338	64.451
Quotizações	109.934	69.489
Correcções de exercícios anteriores	98.495	1.373.746
Insuficiência da estimativa para impostos	196.759	291.761
Diferenças de Câmbio	-	7.117.448
Outros	459.758	1.005.317
	1.408.066	10.304.640

## 29. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2018	2017
Gastos e perdas		
Juros suportados com financiamentos bancários	31.122.480	24.923.288
Juros a liquidar (Nota 17)	2	10.915.898
Outros gastos financeiros	31.111	31.207
	31.153.591	35.870.393
Rendimentos de juros		
Juros obtidos em aplicações financeiras	4.647	2.714.695
Outros rendimentos financeiros	2	\$ <del>*</del>
	4.647	2.714.695
Resultados financeiros	(31.148.944)	(33.155.698)
Resultados financeiros	(31.148.944)	(33.155.6







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.





## 30. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

			2018		
	Contas	Contas a receber		Contas a pagar	
Partes relacionadas	Clientes (Nota 14)	Outros créditos a receber (Nota 14)	Fornecedores (Nota 20)	Outras dividas a pagar (Nota 23)	Efeito líquido
Associadas					
Publimetro	766.032	216.585	=	100	982.617
Empreendimentos conjuntos					
Ensitrans A.E.I.E.	953.821	143.027	-	49.602	1.047.246
Otlis, A.C.E.	1.118		80.228		(79.110)
	1.720.971	359.612	80.228	49.602	1.950.753

			2017			
	Contas	Contas a receber		Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 14)	Outros créditos a receber (Nota 14)	Fornecedores (Nota 20)	Outras dividas a pagar (Nota 23)	Efeito líquido	
Associadas						
Publimetro	639.312	-		1.0	639.312	
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans A.E.I.E.	823.096	149.111		189	972.018	
Otlis, A.C.E.	77.988	-	89.203	-	(11.215)	
	1.540.396	149.111	89.203	189	1.600.115	

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2018				
Partes relacionadas	Compra de inventários	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	
Associadas					
Publimetro	*	4	1.171.636		
Empreendimentos conjuntos					
Ensitrans A.E.I.E.	2	2	102.721	17.500	
Otlis, A.C.E.	2.254.615	123.071	4.720.222	_	
	2.254.615	123.071	5.994.579	17.500	





Trem, A.C.E. Trem H, A.C.E. ( May )

A. ()

Partes relacionadas	Compra de inventários	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
Associadas				
Publimetro	47.0	9.5	1.026.187	3
Empreendimentos conjuntos				
Ensitrans A.E.I.E.	(#)	-	685.282	17.500
Otlis, A.C.E.	2.482.874		7.225.426	-
	2.482.874		8.936.895	17.500

## 31. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as garantias prestadas pelo Grupo ascendiam a 1.979.574 euros e 5.469.725 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pelo Grupo relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	2018		
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Tri b.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4º Bairro Fiscal
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lisboa
Banco BPI	7.661	17/08/2011	Cm Lisboa
Banco BPI	7.500	17/06/2014	Petrogal
Banco BPI	1.820	03/06/2015	SMAS SINTRA
Banco BPI	438.047	31-12-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	760.160	28/04/2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BBVA	3.990	19/02/1998	Petrogal
Banco BBVA	1.632	21/03/2007	Fazenda Pública
Banco BBVA	272.118	06/12/2010	Fazenda Pública
Banco CGD	222.640	02/06/2016	Entreprise Metro D'Alger
Banco CGD	34.663	02/06/2016	Entreprise Metro D'Alger
Banco CGD	86.130	02/06/2016	Entreprise Metro D'Alger
Banco CGD	36.360	02/06/2016	Entreprise Metro D'Alger
Banco CGD	2.294	11/03/1996	LTE, SA
	1.979.574		







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



### 32. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 22.049 euros, os quais referem-se essencialmente a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2018 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

## 33. Segmentos operacionais

Os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

- Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas;

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são como se segue:

ANO DE 2018

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	114.530.094	13.870.441	-	(11.966.926)	116.433.609
Trabalhos para a própria entidade	3.213.739			2.051.977	5.265.716
Provisões (aumentos / reduções)	2.456.130	4	2	0.0000000000000000000000000000000000000	2,456,130
Aumentos / reduções de justo valor	27.726.370		H		27.726.370
Outros rendimentos	6.591.834	631.864		(209.953)	7.013.745
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	432.570				432.570
Total dos rendimentos operacionais	154 950 737	14.502.305		(10.124.902)	159.328.140
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(6.067.798)				(6.063.308)
Fornecimentos e serviços externos	(34.798.822)	(4.516.834)		10.124.902	(6.067.798) (29.190.754)
Gastos com o pessoal	(78.806.214)	(3.127.556)		10, 124, 902	(81.933.770)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(23.211.672)	(6.409)	(10.370.370) (1)		(33.588.452)
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	(53.678)	(1.210.472)	(10.370.370) (1)	-	(1.264.150)
Provisões (aumentos / reduções)	(65.515)	(237.631)	50	**	(237.631)
Outros gastos	(1.277.146)	(130.920)		- 5	(1.408.066)
Total dos gastos operacionais	(144.215.330)	(9.229.823)	(10.370.370)	10.124.902	(153.690.621)
	10.735.407	5.272.482	(10.370.370)		5.637.518
Juros e rendimentos similares obtidos	1000	4.647	•	40	4.647
Juros e gastos similares suportados	(31.122.480)	(31,111)		-	(31.153.591)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(7.464.467)	(393.596)	5.559.301 (2)		(2.298.762)
Resultado antes de impostos	(27.851.540)	4.852.422	(4.811.069)		(27.810.187)
imposto sobre o rendimento do exercício	(40.895)	(41.353)	3.		(82.248)
Resultado líquido consolidado do exercício	(27.892.435)	4.811.069	(4.811.069)		(27.892.435)







Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilistica.
 Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

# Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são como se segue:

ANO DE 2017

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	109.400.211	12.303.424	5 L *0	(10.538.390)	111.165.245
Trabalhos para a própria entidade	2.309.612	670.651	85	650.408	3.630.671
Provisões (aumentos / reduções)	(30.498)	326.137		2	295.639
Aumentos / reduções de justo valor	38.332.888	-	9		38.332.888
Outros rendimentos	5.031.619	688.229	8 8	(299.054)	5.420.794
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	223.155	-			223.155
Total dos rendimentos operacionais	155.266.987	13.988.441		(10.187.036)	159.068.392
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.408.604)				(4.408.604)
Fornecimentos e servicos externos		(3.801.508)		10.187.036	(25.778.468)
Gastos com o pessoal	(71.667.238)	(3.022.019)			(74.689.257)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(23.411.484)	(35.089)	(10.370.370) (1)	2	(33.816.944)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	New York Control of St.	1,850,000,00			120011200000000000000000000000000000000
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	(122.858)	(65.712)	*	*	(188.570)
Provisões (aumentos / reduções)					
Outros gastos			-		(10.304.640)
Total dos gastos operacionais	109 400 211   12 303 424	10.187.036	(149.186.482		
	13.341.462	6.910.819	(10.370.370)		9.881.910
Juros e rendimentos similares obtidos	2.714.695				2.714.695
Juros e gastos similares suportados	(35.839.186)	(31.207)		15	(35.870.393)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(3.957.329)	(463.028)			(383.828)
Resultado antes de impostos	(23.740.358)	6.416.584	(6.333.841)		(23.657.615
Imposto sobre o rendimento do exercício	(760.557)	(82.743)			(843.300)
Resultado líquido consolidado do exercicio	(24.500.915)	6.333.841	(6.333.841)		(24.500.916)
(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilístic: (2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equiva					

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis a transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros segmentos" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de consultoria, a entidades do grupo e a terceiras entidades.





frem, A.C.E. frem II, A.C.E.



Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são como se segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2017

	Transporte de passageiros	Outros			
	e gestão de infraestruturas	segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
ATIVO					
NAO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.020.086.976		3020	150	5.020.086.97
Ativos fixos tangiveis	151.269.820	11.582	138.518.518 (	1) (3.518.519)	286.281.40
Propriedades de investimento	8.534.641	11.002	130.310.310 (	(3,310,313)	8.534.64
Ativos intangíveis	0.554.041	3.251	18		3.25
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3 122 902	3,231	(2.871.757) (	2)	251.14
Clientes	3. 122.902	303.660	(2.0/1./3/) (	4)	303.66
Derivados	330 000	303.000			303.66
Outros ativos financeiros					
Total do ativo não corrente	52 188 819				52.188.81
Total do ativo não corrente	5.235,533,158	318,493	135.646.761	(3.518.519)	5.367.979.89
CORRENTE:					
Inventários	4.076.539				4.076.53
Clientes	4.999.392	2.216.420		(211, 138)	7.004.67
Estado e outros entes públicos	3 063 159	853 162			3.906.32
Outros créditos a receber	11 213 598	3.441.801	24.845.234 (	3)	39.500.63
Diferimentos	31 881 775	312 465	(29.807.519) (		2.386.72
Caixa e depósitos bancários	22 023 844	10.966.302	(29.007.519) (	.,	32 990 14
Total do activo corrente	77.248.307	17,790,150	(4.962.285)	(211.138)	89.865.03
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	5.020.086.976	17.780.130	(4, 802, 200)	(211.130)	5.020.086.97
Total do ativo afeto à operação (ML)	292 694 489	18.108.643	130.684.476	(3.729.657)	437.757.95
Total do ativo					
Total do ativo	5.312.781.465	18.108.643	130.684.476	(3.729.657)	5.457.844.92
PASSIVO:					
NAO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.708.575.594			29	2.706.575.59
Provisões	54.251.294	948.339	(54.818.623) (	2) 3.518.517	3.899.52
Financiamentos obtidos	66.402.003	183.305.296	677		249.707.29
Outras dividas a pagar	00000000000000000000000000000000000000		8.836.786 (	3)	8.836.78
Derivados	108.844.147				108.844.14
Responsabilidades por beneficios pós-emprego	252.627.865				252.627.86
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	2.706.575.594				2.706.575.59
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	482.125.309	184,253,635	(45.981.837)	3.518.517	623.915.62
Total do passivo não corrente	3.188.700.903	184.253.635	(45.981.837)	3.518.517	3.330.491.21
CORRENTE					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	900.000.200				
investimentos de intraestruturas de longa duração. Fornecedores		0.000.0		0200000	900.000.20
	4.631.433	2.200.813		(211.138)	6.621.10
Estado e outros entes públicos	1.637,406	331.427			1.968.83
Adiantamento de clientes	Commercial	293.632	1	- 1	293.63
Financiamentos obtidos	451,492,197	9.324.239			460.816.436
Outras dividas a pagar	163.017.216	5.133.247		(2.420.127)	165.730.33
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	900.000.200	-	-		900.000.20
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	620.778.252	17.283.357		(2.631.265)	635.430.34
Total do passivo corrente	1.520.778.452	17.283.357		(2.631.265)	1.535.430.54
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILO)	3.606.575.794				3.606.575.79
Total do passivo afeto à operação (ML)	1 102 903 561	201.536.992	(45.981.837)	887.252	1.259.345.96
Total do passivo	4.709.479.355	201.536.992	(45.981.837)	887.252	4.865.921.76
(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilistica. (2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial. (3) Ajustamento de consolidação decorrente de conversão de contas de NORF para IFRS.					

As rubricas da demonstração consolidada da posição financeira e da demonstração consolidada dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo.

## 34. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pelos Revisores Oficiais de Contas relacionadas com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 32.250 euros.

Os honorários totais faturados no exercício findo a em 31 de dezembro de 2018, pelos auditores no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas ascenderam a 29.780 euros.

## 35. Acontecimentos após a data do Balanço

De acordo com o Regulamento nº. 278-A/2019, de 19 de março de 2019, foi aprovado o Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa.

O presente Regulamento procede à implementação na área metropolitana de Lisboa, a partir de 1 de abril de 2019, no quadro de um novo sistema tarifário metropolitano, de passes municipais e de um passe metropolitano com valor









Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são como se segue:

#### 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Transporte de passageiros	Outros			
	e gestão de infraestruturas	segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
ATIVO					
NAO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.111.618.059	5	38	3.5	5.111.618.059
Ativos fixos tangiveis	126.986.144	8.920	128 148 148 (1)		255.143.212
Propriedades de investimento	12.176.217			1.7	12.176.217
Ativos intengiveis	5	1.518	19		1.518
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3.350.019	- 2	(3.004.247) (2)	1 (2	345.772
Derivados	81.966				81.966
Outros ativos financeiros	55,418.340				55.418.340
Total do ativo não corrente	5.309.630.745	10.438	125.143.901	-	5.434.785.084
CORRENTE:					
Inventârios	7.134.976	4.5	1.4	106	7.134.976
Clientes	1.031.813	2.880.814	12		3.912.627
Estado e outros entes públicos	5.230.197	814.412	9.0	1.0	6.044.609
Outros créditos a receber	7.008.736	3.185.188	29.811.115 (3)	(1.246.332)	38.758.707
Diferimentos	31.339.224	229.665	(29.811.115) (3)		1.757.774
Caixa e depósitos bancários	16.237.584	7.796.186	1995		24.033.770
Total do activo corrente	67.982.530	14.906.264		(1.246.332)	81.642.462
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	5.111.618.059				5.111.618.059
Total do ativo afeto à operação (ML)	265.995.216	14.916.702	125.143.901	(1.246.332)	404.809.487
Total do ativo	5.377.613.275	14.916.702	125:143.901	(1.246.332)	5.516.427.546
PASSIVO:					
NAO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2 326 298 242		- 5		2.326.298.242
Provisões	52.920.819	1,161,144	(48.759.647) (2)		5.322.316
Financiamentos obtidos	194, 179, 525	173.708.345			367.887.870
Outras dividas a pagar	***************************************	2	4.982.846 (3)		4.982.846
Derivados	81.623.896	**			81,623,896
Responsabilidades por beneficios pós-emprego	253.711.461				253.711.461
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	2.326.298.242			-	2.326.298.242
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	582.435.701	174.869.489	(43.776.801)	-	713.528.389
Total do passivo não corrente	2.908.733.943	174.869.489	(43.776.801)		3.039.826.631
CORRENTE					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1.205.630.052				1.205.630,052
Fornecedores	1.765.542	2.342.599			4.108.141
Estado e outros entes públicos	3.017.415	437.829			3.455.244
Adiantamento de clientes		88.526	1.51	1070	88.526
Financiamentos obtidos	472.210.525	9.597.779		-	481.808.304
Outras dividas a pagar	44.462.065	1.484.027		(1.246.332)	44.699.760
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	1.205.630.052	-		-	1.205.630.052
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	521.455.547	13.950.760		(1.246.332)	534.159.975
Total do passivo corrente	1.727.085.599	13.950.760		(1.246.332)	1,739,790,027
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3 531 928 294	-	-		3.531.928.294
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.103.891.248	188,820,249	(43.776.801)	(1.246.332)	1.247.688.364
Total do passivo	4.635.819.542	188.820.249	(43.776.801)	(1.246.332)	4.779.616.658

- Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilistica.
   Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.
   Ajustamento de consolidação decorrente da conversão de contas de NCRF para IFRS.







acessível, bem como de passes com as modalidades criança, família e terceira idade e reformado/pensionista que beneficiam de tarifa reduzida, válidos nas redes dos operadores de serviço público de transporte regular de passageiros da área metropolitana de Lisboa. Na presente data, não é possível estimar e quantificar os impactos desta profunda alteração tarifária, quer ao nível da oferta de serviço, quer na procura e na receita do serviço de transporte prestado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Eng.º Vítor Manuel Domingues dos Santos

Hy H. J Drungen & fort

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

ale om fam de Mol

Dr.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa





# 4. Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do Art.º 245 do CVM

Dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários (CVM) que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, EPE foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, EPE e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Vitor Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração

the M. J. Drugue de South

Maria Helena Campos

Vogal do Conselho de Administração

Pedro Veiga da Costa

Vogal do Conselho de Administração



## 5. Indicadores e Tabela GRI

#### **INDICADORES**

### **DESEMPENHO ECONÓMICO**

## GRI 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2016	2017	2018
Valor económico gerado (€)	103 003 740	111 751 421	117 969 851
Valor económico distribuído (€)	221 779 968	283 569 734	615 611 036
Valor económico acumulado (€)	-118 776 227	-171 818 313	-497 641 184

## GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades com as alterações climáticas

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro bem como a medidas discriminatórias positivas.

Em termos financeiros, as alterações climáticas podem vir a aumentar o custo da energia elétrica, o que poderá ter implicações gravosas para o ML dado o elevado peso do custo da eletricidade nas suas contas.

## GRI 201-3 Cobertura das obrigações definidas no plano de benefícios da Empresa

O valor estimado em 2018 para as responsabilidades do plano é de 253.711.461€.

Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

## GRI 201-4 Benefícios financeiros significativos dados pelo Governo

	2016	2017	2018
Dotações de capital (€)	358 409 543	192 050 802	175 195 680
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente (€)	1 947 310	2 817 177	3 137 696
Subsídio ao Investimento / PIDDAC (€)	1 186 881	1 137 500	0
Empréstimos DGTF (€)	0	32 584 270	421 973 932

# GRI 202-1 Rácio do salário mais baixo da Organização, discriminado por género e o salário mínimo permitido a nível local

	2016	2017	2018
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	177,90%	169,30%	166,80%







Trem, A.C.E.



## GRI 202-2 Percentagem de membros da gestão de topo em unidades operacionais, que foram recrutados na comunidade local

	2016	2017	2018
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	94,00%	90,00%	90,00%

## GRI 203-1 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração suportados no valor de 11.273.689€.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferrovia pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O "efeito de rede" é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

### GRI 203-2 Descrição e análise dos impactos económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos

O Metropolitano de Lisboa transportou, em 2018, cerca de 169 milhões de passageiros. O serviço prestado pelo Metropolitano contribui para o quotidiano de milhares de pessoas, facilitando a sua mobilidade, reduzindo o tempo de deslocação, descongestionando as vias viárias e valorizando a área metropolitana que serve.

Em 2018 verificou-se que existem atividades desenvolvidas pelo ML que têm aspetos ambientais significativos, positivos ou negativos, no ambiente, sendo estes:

## Positivos:

Aspetos socioeconómicos associados à oferta de transporte público e descongestionamento das vias públicas.









## Negativos:

- Consumo de energia elétrica, na globalidade das atividades realizadas no ML;
- Emissões atmosféricas indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica;
- Consumo de gás;
- Produção de resíduos não perigosos na manutenção;
- Consumo de papel.

## GRI 204-1 Percentagem de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes

	2016	2017	2018
Gastos com fornecedores locais (%)	98,70%	98,00%	97,30%

## GRI 205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com corrupção

	2016	2017	2018
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise	44%	75%	71%
de riscos à corrupção	8	12	12
N.º de casos de corrupção identificados	0	0	0

## GRI 205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

Em 2018 procedeu-se à revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), na sequência da atual reestruturação orgânica e da estratégia entretanto definida para a Empresa. O referido Plano é divulgado através do portal interno e do site do ML.

	2016			2017		2018	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Membros do órgão de governança que receberam formação no combate à corrupção	1	4,80%	11	45,80%	0	0,00%	
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	3	0,20%	78	5,60%	16	1,00%	

## GRI 205-3 Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas

ncidentes de corrupção	2016	2017	2018
Incidentes de corrupção	0	0	0

# GRI 206-1 Ações legais para práticas anti competitivas, anti confiança e monopólio

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.



## **DESEMPENHO AMBIENTAL**

GRI 301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

Ano	Lâmpadas (un.)	Papel (kg)	Betão (m³)	Aço (t)	Toners (un.)	Abraçadeiras (un.)	Cabo (m)
2016	8 973	12 476	69	6	152	27 628	3 313
2017	14 018	(1) 26 961	219	2	190	38 163	2 360
2018	25 549	<sup>(1)</sup> 39 158	190	31	184	46 618	1 690

<sup>(1)</sup> Passou a ser considerado o papel dos rolos das MAVT e MSAVT

GRI 301-2 Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem

Dados não disponíveis.

GRI 301-3 Produtos Recuperados e seus materiais de embalagem

Não aplicável.

GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização

GRI 302-2 Consumo de energia fora da organização

	2016	2017	2018
Gasóleo (MWh)	476	491	456
Gasolina (MWh)	164	171	5
Gás natural (MWh)	1 985	1 707	1 017
Eletricidade (MWh)	91 798	95 945	97 479
Total (MWh)	96 408	100 021	99 973

GRI 302-3 Intensidade energética (Eficiência energética)

	2016	2017	2018
Eficiência energética (Pass.km/kWh)	8,03	8,11	8,45

GRI 302-4 Redução do consumo de energia

GRI 302-5 Redução nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços

Durante o ano de 2018 deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações por soluções energeticamente mais eficientes baseadas em tecnologia LED.

De igual forma deu-se início ao projeto de otimização do sistema de ventilação do ML, através da instalação de variadores de velocidades nos ventiladores que permitam ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar.

Não foram, no entanto, contabilizados os ganhos daí decorrentes.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.



## GRI 303-1 Renovação de água por fonte

## GRI 306-1 Descarga de água, discriminada por qualidade e destino

Fonte	Qualidade		stino	Tratamento efetuado	Estimativa anual 2018 (m <sup>3</sup> )
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, proveniêntes de oficinas	As águas residuais são decarregadas nos coletores municipais de Lisboa		ETAR de Alcantara - tratamento primário avançado, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m³/s em tempo seco (com desinfeção final do efluente) e 6,6 m3/s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico).	3 619
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são decarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes	ETAR de Chelas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção final do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m³/dia.	20 782
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente indurtriais, proveniêntes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são decarregadas nos coletores municipais de Lisboa	municipios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de	ETAR de Beirolas - tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m <sup>3</sup> /dia.	
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente indurtriais, proveniêntes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são decarregadas nos coletores municipais de Loures	águas residuais: ETAR de Alcântara ETAR de Chelas	ETAR de Bucelas - tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1,575 m³/dia.	
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente indurtriais, proveniêntes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são decarregadas nos coletores municipais de Odivelas	ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	ETAR de Frielas - tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m³/dia.	44 296
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente indurtriais, proveniêntes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são decarregadas nos coletores municipais de Amadora		ETAR de São João da Talha - tratamento secundário, por lamas ativadas, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m³/dia.	
são: • Parques de Ma	com produção de águas residua steriais e Oficinas II eIII - onde s e dentro do ML passam por siste s);	ão produzidas águas resid	duais de caráter	Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)	24 402
industrial, consc atividades no ân As águas residua	L - onde são produzidas águas q pante as atividades desenvolvid nbito da restauração. ais do ML são monitorizadas per uas caraterísticas.	as nas mesmas, como po	rexemplo	Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (caráter industrial)	44 296

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

	2016	2017	2018
Total de água residual, com potencial caráter industrial, descarregada pelo ML (m³)	64 598	65 649	68 698

# GRI 303-2 Fontes de água significativas afetadas pela retirada de água

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada

0 (zero).











- GRI 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou adjacentes de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
- GRI 304-2 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas
- GRI 304-3 Habitats protegidos ou restaurados
- GRI 304-4 Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

## GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeitos estufa (GEE) (âmbito 1)

	2016	2017	2018
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO <sub>2</sub> e)	505	536	326

## GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (âmbito 2)

	2016	2017	2018
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO <sub>2</sub> e)	28 310	36 517	38 882

## GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufas (GEE) (âmbito 3)

	2016	2017	2018
Outras emissões indiretas GEE (t CO₂ e)	5,2	7,5	29,39

## GRI 305-4 Intensidade das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2016	2017	2018
Intensidade de GEE (g CO₂ e/Pkm)	39	48	46

## GRI 305-5 Redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE)

	2016	2017	2018
Total de emissões evitadas (t CO2 e)	0	NC	5 751

NC - Não calculado

GRI 305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (ODS)

0 (zero).







Trem, A.C.E.

(M)

X (

1.)

GRI 305-7 Emissões de óxidos de nitrogênio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas

	2016	2017	2018
Emissões SO₂ (t)	239	250	254
Emissões NO <sub>x</sub> (t)	111	116	118

## GRI 306-2 Peso total de Resíduos, discriminados por tipo e método de disposição

	2016	2017	2018
Peso total de resíduos perigosos	6,30%	5,60%	1,80%
Peso total de resíduos não perigosos	93,70%	94,40%	98,20%
Peso total de resíduos para eliminação	66,70%	66,60%	68,40%
Peso total de residuos para recuperação	33,30%	33,40%	31,60%

	2016	2017	2018
Resíduos perigosos (t)	117	114	34
Resíduos não perigosos (t)	1 734	1 906	1 900
Residuos para eliminação (t)	1 233	1 344	1 323
Residuos para recuperação (t)	617	675	611

GRI 306-3 Número total e volume de derramamentos significativos

Em 2018 não se verificou nenhum derrame significativo.

GRI 306-4 Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigoso e percentagem de resíduos transportados internacionalmente

Todos os resíduos são integralmente geridos em território português.

GRI 306-5 Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para ETAR.





Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.





## GRI 307-1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2018, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

#### GRI 308-1 Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório pelo que fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

GRI 308-2 Impactos ambientais negativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia resulta a inexistência de impactos ambientais negativos significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica.

Para a minimização desse impacte o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética nomeadamente ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

### **DESEMPENHO SOCIAL**

GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, género e região

	2016	2017	2018
Efetivos (mulheres)	326	335	339
Efetivos (homens)	1 037	1 073	1 077
Número total de efetivos	1 363	1 408	1 416
Admissões	2	52	19
Saídas	20	7	11
Taxa de rotatividade	1,6%	4,2%	2,1%

GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.







CE ACE.



GRI 401-3 Taxa de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminada por género

MULHERES	2016	2017	2018
N.º de empregados com direito a licença parental	326	335	339
N.º de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	6
N.º de empregados que retornaram ao trabalho após tirar licença parental	n.d.	n.d.	5
N.º de empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o retorno motivado por licença parental	n.d.	n.d.	5
Taxa de retorno ao trabalho	n.d.	n.d.	83,3%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - não disponível

HOMENS	2016	2017	2018
N.º de empregados com direito a licença parental	1.037	1.073	1.077
N.º de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	17
N.º de empregados que retornaram ao trabalho após tirar licença parental	n.d.	n.d.	12
N.º de empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o retorno motivado por licença parental	n.d.	n.d.	12
Taxa de retorno ao trabalho	n.d.	n.d.	70,6%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - não disponível

GRI 402-1 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociações coletiva

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 Percentagem de empregados representados em Comités formais de gestão - Comités de Segurança e Saúde dos trabalhadores, que ajudem a monitorizar e aconselhar sobre Programas de Saúde e Segurança

	2016	2017	2018
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100	100	100











GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionadas ao trabalho, discriminados por região e género

	2016	2017	2018
Índice de incidência	59,17	62,99	57,20
Índice de frequência	37,10	39,69	32,20
Índice de gravidade	1,92	2,52	1,81
Número de óbitos	4	0	0
Taxa de absentismo (%)	9,11	8,98	7,98

GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos Não disponível.

GRI 404-1 Média de horas de formação por ano, por empregado, discriminado por género e por categoria funcional

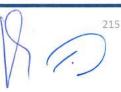
	2016	2017	2018
Dirigentes	44,54	10,45	60,29
Quadros superiores	28,92	41,82	48,23
Quadros médios	12,48	7,96	17,65
Quadros intermédios	6,52	7,56	10,24
Profissionais qualificados / altamente qualificados	5,51	18,93	16,09
Profissionais não qualificados	0	4	33
Média	9,02	18,18	19,81

Ano 2018	М	Н	
Dirigentes	44,10	67,04	
Quadros superiores	56,85	41,59	
Quadros médios	20,37	16,05	
Quadros intermédios	8,42	10,30	
Profissionais qualificados / altamente qualificados	17,24	15,74	
Profissionais não qualificados	33	0	
Média	26,43	17,73	









GRI 404-2 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a reforma

	2017	2018
Executive MBA (Diretores)	2	3
Licenciatura	9	11
Mestrado	1	1
Doutoramento	2	4

Como assistência, quando aplicável a Empresa concede o Estatuto de Trabalhador-Estudante, que consta do Código do Trabalho e da legislação que regulamenta e altera aquele código.

GRI 404-3 Percentagem de empregados que recebem regulamente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional

Em 2018 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, associação a grupos minoritários e outros indicadores de diversidade

	201	.6	201	1.7	201	.8
ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	н	M	н	М	н	М
Conselho de Administração	4	1	3	1	2	1
Assessoria do CA	0	1	0	1	0	0
Comissão de Fiscalização	2	1	1	2	1	2
Diretores	8	4	12	4	12	5
Total	14	7	16	8	15	8

	201	16	201	17	201	18
DIRETORES	Н	M	н	М	н	М
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	5	3	6	3	4	4
Superior a 50 anos	3	1	6	1	8	1
Total	8	4	12	4	12	5









GRI 405-2 Rácio de salário-base e as remunerações de mulheres e homens, por categoria funcional e unidades de negócio

	2016	2017	2018
Quadros superiores	110,3%	110,8%	106,4%
Quadros médios	108,1%	108,8%	103,4%
Quadros intermédios	100,8%	100,8%	100,7%
Profissionais altamente qualificados	89,8%	91,9%	89,6%
Profissionais qualificados	99,5%	98,6%	101,5%
Profissionais não qualificados	0,0%	118,0%	115,4%

# GRI 406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

	2016	2017	2018
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

- GRI 407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva, possa estar a ser violada ou exista risco, e as medidas tomadas para apoiar esse direito
- GRI 408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil
- GRI 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML.

GRI 410-1 Percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação em políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos

	2016	2017	2018
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou			
procedimentos da organização relativos aos direitos	n.d.	18,8%	11,2%
humanos que sejam relevantes às operações.			

n.d. - não disponível











GRI 411-1 Incidentes de violações envolvendo direitos de povos indígenas

Em 2018 não houve registo de incidentes.

#### GRI 412-1 Operações sujeitas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 Número total de horas de formação de colaboradores em políticas ou procedimentos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados

	2016	2017	2018
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	n.d.	437	147
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	n.d.	9,3%	2,6%

n.d. - não disponível

GRI 412-3 Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

O Metropolitano de Lisboa em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/conservação que obriguem a intervenções à superfície tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais

Atualmente as situações com impacto negativo resultam dos estaleiros referentes às obras de ampliação da estação de Arroios onde, para minimizar as dificuldades de acesso ao comércio local e a visibilidade do mesmo foram colocados painéis na vedação do estaleiro alertando para o facto do comércio se encontrar aberto.

GRI 414-1 Percentagem de novos fornecedores que foram selecionados usando critérios de práticas de trabalho NC (Não calculado).

GRI 414-2 Principais impactos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.





#### GRI 415-1 Contribuições políticas

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

#### GRI 416-1 Avaliação dos impactos de saúde e segurança das categorias de produtos e serviços

O Metropolitano de Lisboa na conceção do serviço prestado tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 Incidentes de incumprimento quanto aos impactos de produtos e serviços em saúde e segurança

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

	2016	2017	2018
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	1	1	1
Índice de Satisfação do Cliente	NC	NC	7
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0,0%	0,0%	0,0%

NC - Não calculado

GRI 417-2 Incidentes de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços Não aplicável.

GRI 417-3 Incidentes de não conformidade em relação a comunicações de marketing 0 (zero).

GRI418-1 Queixas substantivas relativas a violações da privacidade do cliente e perdas de dados do cliente

Em 2018, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e dos dados de clientes.

A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

GRI 419-1 Incumprimento das leis e regulamentos na área socioeconómica 0 (zero).













# **TABELA GRI**

# Quadro 73 - Tabela resumo GRI - I

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Perfil Organizacional				
Nome da organização	102-1	Pág. 8		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág. 10		
Localização da Sede	102-3	Pág. 7		
Localização das Operações	102-4	Pág. 7		
Tipo e natureza legal de propriedade	102-5	Pág. 10		
Mercados abrangidos	102-6	Pág. 10		
Dimensão da organização	102-7	Pág. 36		
Informação sobre colaboradores	102-8	Pág. 58		
Cadeia de valor	102-9	Pág. 23		
Alterações significativas para a empresa ou na sua cadeia de valor	102-10			
Abordagem ao princípio da precaução	102-11			
Iniciativas externas	102-12	Pág. 39		
Participação em associações e organizações	102-13	Pág. 67		
Estratégia	AVT CONT			
Declaração do Conselho de Administração ou Presidente	102-14	Pág. 42		
Impactos, riscos e oportunidades chave	102-15	Pág. 42		
Ética e integridade				
Valores, princípios, standards e código de conduta da organização	102-16	Pág. 63		
Mecanismos para preocupações ou conselhos sobre ética	102-17	Pág. 79		
Governance	STEERSTE	Variation statement		18317
Estrutura de Governação da Organização	102-18	Pág. 12	September 1997 A September 1997	
Delegação de autoridade	102-19	As delegações de competências do CA efetuam-se através de deliberações em reuniões do CA		
Grau de responsabilização da administração para os tópicos Ambientais, Económicos e Sociais	102-20	Pág. 16		
Consulta aos stakeholders relativamente aos tópicos ambientais, económicos e sociais	102-21			
Composição do mais alto órgão de governação e dos seus comités	102-22	Pág. 13		
Presidente do Conselho de Administração	102-23	Pág. 13		
Seleção e nomeação do Presidente do Conselho de Administração (CA)	102-24	Pág. 12		
Conflitos de interesse	102-25			
Papel do Presidente do CA em estabelecer objetivos, valores e estratégias	102-26			
Conhecimento coletivo do Presidente do CA	102-27	Pág. 13		
Avaliação do Presidente do CA	102-28			
dentificar e gerir os impactos ambientais, económicos e sociais	102-29			
Efetividade dos processos de gestão de risco	102-30			
Revisão dos tópicos ambientais, económicos e sociais	102-31			
Papel do Presidente do Conselho de Administração no relatório de sustentabilidade	102-32			
Reporte dos principais problemas	102-33			17.1











INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Governance (continuação)				
Políticas de remuneração	102-35	Pág. 15		
Processo para determinar a remuneração	102-36	Pág. 15	111111111	
nvolvimento dos stakeholders na remuneração	102-37			
Rácio de compensação anual	102-38			
Aumento percentual no rácio da remuneração total anual	102-39			
Envolvimento dos stakeholders			American Inc.	MITTING TO
ista de grupos de <i>stakeholders</i>	102-40	Pág. 7		
Acordos de negociação coletiva	102-41			
dentificação e seleção de stakeholders	102-42	Pág. 7		
Abordagem ao envolvimento dos stakeholders	102-43	Pág. 7		
Principais tópicos e preocupações levantadas	102-44	Pág. 7		
	102-44	rag. /		Anna District
Práticas de reporte  Entidades incluídas nas demonstrações financeiras				
consolidadas	102-45	Pág. 56		
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág. 7		
Lista de temas materiais	102-47			
Reformulações das informações	102-48		**********	
Alterações no Relatório	102-49	Pág. 7		
Período do relatório	102-50	Pág. 7		
Data do relatório mais recente	102-51	https://www.metrolisboa.pt/wp-content/uploads/2018/10/		
Ciclo de emissão de relatórios	102-51	MetropolitanodeLisboa_RCConsolidadas2017.pdf Pág. 7		
Contatos para questões sobre o relatório ou os seus	+		+	
conteúdos	102-53	Pág. 7		
Formulação de relatórios de acordo com os GRI Standards	102-54	Pág. 7		
Índice GRI	102-55	Págs. 220 a 224		
Auditoria externa	102-56	Pág. 7		
Desempenho económico	FOR THE			
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág. 206		5; 9
Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às	204.2			
alterações climáticas	201-2	Pág. 206		13
Planos obrigatórios de benefícios definidos e planos de	201-3	Pág. 206	N ACCEPTAGE OF THE PARTY OF THE	Subtract School
reforma		1 08: 200		
Recebimento de assistência financeira proveniente do governo	201-4	Pág. 206		
Presenca no mercado	VOIN SERVICE	AND STREET STREET	Edvision	er te terre
Rácio entre o nível médio de salário por género e face ao				
salário mínimo praticado no local	202-1	Pág. 206		
Percentagem de "Senior Managers" contratados no local	202-2	Pág. 207		
Impacto Económicos Diretos	PRIENTS			AFRICA .
Investimento em infraestruturas e serviços apoiados	203-1	Pág. 207		5; 9
Impactos económicos indiretos significativos	203-2	Pág. 207	+	†i
Práticas de compra	233 2			
	204-1	Pág. 208		T
Proporção de gastos com fornecedores locais	204-1	F ag. 200	E - VOICE III	
Anticorrupção				THE STATE OF
Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	205-1	Pág. 208		
Comunicação e formação acerca de políticas e	205-2	Pág. 208		
procedimentos anticorrupção	I		.1	1









# Quadro 75 - Tabela resumo GRI - III

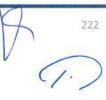
INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Concorrência desleal	1/2/2/2			1000
Comportamentos anti concorrenciais	206-1	Pág. 208		
Materiais				
Materiais utilizados por peso ou volume	301-1	Pág. 209		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág. 209		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág. 209		
Energia	JATE 1976		SI SECURIOR SELECTION SELE	
Energia consumida na organização	302-1	Pág. 209		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág. 209		13
Intensidade energética	302-3	Pág. 209	*******	13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág. 209		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág. 209		13
Água		THE SHEET	Water Street	
Captação de água por fonte	303-1	Pág. 210		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág. 210		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág. 210		
Biodiversidade		Control of the last	FU MELLONS (AST	ME DE
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág. 211		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág. 211		
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág. 211		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág. 211		
Emissões			Hamilton Control	
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág. 211		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág. 211		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág. 211		13
ntensidade de emissões GEE	305-4	Pág. 211		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág. 211		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág. 211		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág. 212		13
Conformidade				
Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág. 213		
Avaliação Ambiental de Fornecedores				
Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais	308-1	Pág. 213		
mpactos ambientais negativos da cadeia de fornecimento e ações tomadas	308-2	Pág. 213		
Emprego				
Novos empregados contratados e rotatividade	401-1	Pág. 213		5
Benefícios fornecidos aos empregados em regime full-time que não são fornecidos aos restantes empregados	401-2	Pág. 213		
Licença parental	401-3	Pág. 214		5
Relações Laborais		BEATTERNAME		
Períodos mínimos de avisos relativos a mudanças nas operações	402-1	Pág. 214		











# Quadro 76 - Tabela resumo GRI - IV

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Saúde e Segurança no Trabalho				
Representação dos trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde	403-1	Pág. 214		
Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho	403-2	Pág. 215		
Trabalhadores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas o seu trabalho	403-3	Pág. 215		
Temas de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	403-4	Pág. 215		
Formação e Educação				
Horas médias de formação por ano e por trabalhador	404-1	Pág. 215		5
Programas de melhoria das competências dos funcionários e programas de apoio à transição	404-2	Pág. 216		
Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	404-3	Pág. 216		5
Diversidade e igualdade de oportunidades	12453	Emily Harden		7/44
Diversidade dos órgãos sociais e dos trabalhadores	405-1	Pág. 216		5
Rácio entre o salário base e a remuneração de mulheres face aos homens	405-2	Pág. 217		5
Não Discriminação	arrival III			
Incidentes de descriminação e ações tomadas	406-1	Pág. 217		5
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	Mary Co.			
Operações e os fornecedores em que os direitos dos trabalhadores auferem de liberdade de associação ou negociação coletiva podem estar em risco	407-1	Pág. 217		
Trabalho Infantil			Samuel and the	
Operações e fornecedores que têm risco de incidentes relacionados com trabalho infantil	408-1	Pág. 217		
Trabalho Forçado e Análogo ao Escravo	TEXT (SILE)			
Operações e fornecedores que têm risco de incidentes relacionados com trabalho forçado	409-1	Pág. 217		
Práticas de Segurança	155		57 Day 6 119 154 15	III e HA
Pessoal de segurança com formação em políticas e/ou procedimentos em direitos humanos	410-1	Pág. 217		
Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais	NEW COLUMN	SALES SERVICES	USUA VIII SW	THE COUNTY OF
Incidentes de violações dos direitos dos povos indígenas	411-1	Pág. 218		
Avaliação dos Direitos Humanos		WILLIAM SERVICE	PARTITION OF THE PARTIT	I Edward
Operações sujeitas a revisões de acordo com os direitos humanos ou avaliações dos seus impactos	412-1	Pág. 218		
Formação em políticas e procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág. 218		
Investimento significativo em acordos e contratos que incluam cláusulas de direitos humanos ou que sejam rastreados em matérias de direitos humanos	412-3	Pág. 218		
Comunidades Locais				
Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	413-1	Pág. 218		
Operações com impactos negativos (atuais e potenciais) significativos nas comunidades locais	413-2	Pág. 218		











# Quadro 77 - Tabela resumo GRI - V

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Avaliação Social dos Fornecedores				
Novos fornecedores que foram selecionados mediante critérios sociais	414-1	Pág. 218	Security of the Asset States	5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	414-2	Pág. 218		5
Política Pública				
Contribuições políticas	415-1	Pág. 219		
Saúde e Segurança do Cliente	STATE OF THE STATE OF	TOWN THE REAL PROPERTY.		
Avaliação de impactes na saúde e segurança relativos a produtos e serviços	416-1	Pág. 219		
Incidentes de não conformidade relativamente a impactos de saúde e segurança dos produtos e serviços	416-2	Pág. 219		
Marketing e Rotulagem				
Requisitos de informação dos serviços e rotulagem para os produtos	417-1	Pág. 219		
Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág. 219		
Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing	417-3	Pág. 219		
Privacidade do Cliente	ALC: YOU			
Reclamações substantivas relativas a violações da privacidade e perdas de dados do cliente	418-1	Pág. 219		
Conformidade Socioeconómica	2 17		MUNICIPAL STATE	THE PERSON NAMED IN
Incumprimento das leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág. 219		











# 6. Análise de Materialidade e Limites do Relato

Segundo o IIRC - Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, International Integrated Reporting Council) podemos definir materialidade como sendo os assuntos ou os tópicos materiais que afetam (de forma significativa) a capacidade duma organização de gerar valor no curto, no médio e no longo prazo. Ainda de acordo com o IIRC, "um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma empresa, no contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, no médio e no longo prazo."

O presente Relatório de Gestão Consolidado visa comunicar às partes interessadas o caminho que o ML está a seguir com vista à sua sustentabilidade e de que forma está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal foram identificadas as partes interessadas (já apresentadas neste relatório, no capítulo "Natureza do Relatório").

As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da Global Reporting Iniciative (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do Grupo Metro;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;
- Análise do contexto externo onde a empresa se insere.

Com o intuito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam constituir riscos e oportunidades para o negócio, procedeu-se a uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2018 que teve em linha de conta quer o Global Reporting Initiative, quer os impactos económicos, ambientais e sociais que os mesmos têm na organização, assim como estes podem influenciar nas avaliações e nas decisões das partes interessadas. Para este passo levou-se em linha de conta as formas de auscultação às partes interessadas.









Quadro 78 - Alinhamento dos stakeholders com as formas de auscultação

	Obrigações de conformidade (Tipo de documentação)	Formas de auscultação / comunicação
CLIENTES	Carta do cliente NP 4475 - Transporte público de passageiros – Rede de Metro - Características e fornecimento do serviço (em fase de implementação)	Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC) Reclamações Site da Empresa
TUTELA	Contrato de concessão (em preparação)	Reuniões Correio eletrónico Plataformas do SEE
ENTIDADES REGULADOREAS, DE SUPERVISÃO E DE INSPEÇÃO	Legislação e outros requisitos legais aplicáveis em vigor ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade -Requisitos	Auditorias Reportes de informação financeira e não financeira
COLABORADORES	Contrato de Trabalho Acordos de Empresa I (generalidade dos trabalhadores) e II (Licenciados e Bacharéis) ISO 45001 - Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (em fase de implementação)	Questionário de Satisfação dos Colaboradores (Estudo de Clima da Empresa) Portal da Empresa Correio eletrónico
FORNECEDORES	Contratos	Avaliação de Fornecedores Plataforma SafetyGov
COMUNIDADE	ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização ISO 50001 - Sistema de Gestão de Energia - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (em fase de implementação)	Site do ML Reclamações ambientais
OUTROS OPERADORES DE	Decisões documentadas, tomadas	Reuniões
TRANSPORTE	na OTLIS	Correio eletrónico
LOJISTAS DO ESPAÇO ML	Contratos de Arrendamento	Inquérito de Satisfação aos lojistas (agendado para 2019) Auditorias internas

Por fim e tendo por base uma análise SWOT, os resultados foram agregados numa matriz de materialidade que os prioriza dado o seu impacto na organização ou a relevância que estes assumem para os *stakeholders*.







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.





Ilustração 8 - Matriz de materialidade



Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade do METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

Quadro 79 - Alinhamento dos aspetos materiais

	Áreas estratégicas	Aspetos materiais
1.	Qualidade do serviço	Satisfação dos clientes
		Serviço ao Cliente
2.	Proteção ambiental	Eficiência energética
		Desempenho ambiental
3.	Desenvolvimento das pessoas	Valorização as pessoas
		Diversidade e igualdade de oportunidades
4.	Risco e transparência da	Gestão do Risco
	governação	Corporate governance
	527	Ética, transparência e Compliance
5.	Inovação e desenvolvimento do	Sustentabilidade do Negócio
	negócio	Investigação e desenvolvimento
6.	Relacionamento com as	Gestão de fornecedores
	comunidades locais	Diálogo e envolvimento com as comunidades locais







Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho Capítulo / Secção Página(s) Art.º 3.º (remetido para art.º 66.º e 508º-G do CSC) A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo: i. Grupo 1.A.1. Perfil da organização a. Breve descrição do modelo empresarial da empresa; b. Descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas i. Grupo questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os 1.A.4. Políticas e Mecanismos de Pág. 9 Gestão resultados dessas políticas; c. Os resultados das políticas seguidas pela empresa; iii. O Desempenho Pág. 44 d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa; e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência; f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade iii O Desempenho específica; Pág. 38 Art.º 4.º.e (remetido para art.º 245.º, n.º1, alínea r) e n.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os

# Quadro 81 - Tabela de correspondência com o Setor Público Empresarial

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Secção	Página(s)
Art.º 4.º: Setor público empresarial	v. Anexos 1. Cumprimento de Orientações Legais Estatuto do Gestor Público	Pág. 78
1. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018.		
2. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.		
3. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.		
<b>4.</b> Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.		
5. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.		



resultados no período de referência.









# Glossário

#### Absentismo

Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

#### Acidente

É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

#### Acidente de trabalho

É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

#### **Benchmarking**

Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

#### Colaboradores

Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

#### Desenvolvimento Sustentável

Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um "compromisso de solidariedade com as gerações do futuro", no sentido de assegurar a transmissão do "património" capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de "boa governação".

# Data Protection Officer (DPO) ou Encarregado de Proteção de Dados

O DPO procura garantir a conformidade do ML (responsável pelo tratamento de dados) com o RGPD e servir de *focal point* com outros intervenientes no processo, nomeadamente, com a autoridade de controlo de proteção de dados (CNPD), com os titulares dos dados, no exercício dos seus direitos e com os outros departamentos do ML. Trata-se, assim, da autoridade máxima na Empresa em matéria de proteção de dados, designada por esta, ainda que não possa ser responsabilizada perante terceiros por eventuais incumprimentos da Empresa nesta matéria.

#### Eficácia

Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

# Eficiência

Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.







#### Emissões diretas

Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

#### Emissões indiretas

Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

#### Fornecimento do Serviço

Corresponde ao conjunto de recursos disponibilizados pelo prestador do serviço, podendo implicar, no todo ou em parte, o pessoal, as instalações, os serviços de apoio, o equipamento e os meios necessários à prestação do serviço.

#### Gases com efeito de estufa

Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO2), metano (CH4), óxido nitroso (N20), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF6).

# Global Reporting Initiative

Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

#### Impacte Ambiental

Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

#### Indicador

Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

#### Monitorização

Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

#### Norma ISO 9001

Norma Internacional da "International Organization for Standardization" sobre sistemas de gestão da qualidade.

#### Norma ISO 14001

Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

#### Organização

Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

#### Partes Interessadas

Normalmente designadas por stakeholders, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.







Trem, A.C.E.

(2)

#### Passageiro x km

Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

#### Reciclagem

Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

#### Reclamações

Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, fax, correio, e-mail ou qualquer outra forma escrita.

#### Resíduos

Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

#### Serviço

Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

#### Sistema de gestão

Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

#### Sistema de Gestão da Qualidade

Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

#### Sistema de Gestão Ambiental

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

#### Stakeholder

Termo utilizado para representar as partes envolvidas associadas à atividade de determinada empresa e todos aqueles sobre os quais a empresa tem qualquer tipo de influência.

#### Sustentabilidade

Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

#### Tramitação

Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

#### Valorização

Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).







Trem, A.C.E. Trem II, A.C.E.

# II. Siglas e Acrónimos

Sigla/ Acrónimo	Significado
A.C.E.	Agrupamento Complementa de Empresas
A.E.I.E.	Agrupamento Europeu de Interesse Económico
AE	Acordo de Empresa
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CA	Aquecimento, ventilação e ar condicionado  Conselho de Administração
CARRIS	Companhia Carris de Ferro de Lisboa
Ckm	Carruagens x km
CO <sub>2</sub>	Dióxido de carbono
CO₂ e	Dióxido de carbono equivalente
CoMET	Community of Metros
CPC	Comboios de Portugal, E.P.E.
CT	Contratação Pública Comissão Técnica
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
g	Grama
Diretrizes G4	Diretrizes para Relato de Sustentabilidade (4.ª atualização)
GEE	Gases com efeito de estufa Global Reporting Iniciative
H/M	Homens / Mulheres
I.P.	Instituto Público
ISC	índice de Satisfação do Cliente
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
kg	Quilograma
km KPI	Quilómetro
KWh	Indicadores-Chave de Desempenho  Quilowatt hora
1	Litro
Lda.	Limitada
LKO	Lugares x km
LOE	Lei do Orçamento de Estado
m	Metro
M€ m³	Milhões de Euros  Metro cúbico
MKBF	West Caulion  Quilometragem média entre falhas (Mean Kilometer Between Failure)
ML	Metrolitano de Lisboa, E.P.E.
MTBF	Período Médio entre Falhas (Mean Time Between Failures)
MWh	Megawatt hora
NC	Não contabilizado
NOVA NO,	Urban Railway Benchmarking Group Óxidos de azoto
NP.	Norma Portuguesa
OE	Orçamento de Estado
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
Pass.km	Passageiro x km
PKT	Passageiros x km
PMO PMP	Parque de material e oficinas Prazo médio de pagamento
PT	Passageiros transportados
RH	Recursos Humanos
RINP	Resíduos industriais não perigosos
RIP	Resíduos industriais perigosos
ROC	Revisor Oficial de Contas
5 C A	Segundo Segundo Apásina
S.A. SADI	Sociedade Anónima Sistema Automático de Deteção de Incêndio
SEOPTC	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
SETF	Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças
SG	Sistema de Gestão
SGAJ	Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente
SGQA	Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos
SO <sub>2</sub>	Dióxido de enxofre  Seciodado Elivial de Transporter S A
SOFLUSA SROC	Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SWOT	Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats)
	Tonelada
t	
Transtejo	Transportes Tejo, S.A.







# ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação dos membros do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa	13
Quadro 2 - Identificação do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa	13
Quadro 3 - Identificação do Revisor Oficial de Contas do Metropolitano de Lisboa	13
Quadro 4 - Evolução do n.º de passageiros transportados	27
Quadro 5 - Evolução das receitas de transporte	28
Quadro 6 - Produção de cartões Lisboa Viva	29
Quadro 7 - Evolução da Oferta	30
Quadro 8 - Taxa de realização	30
Quadro 9 - Indicadores de Atividade – Metropolitano de Lisboa	36
Quadro 10 - Indicadores de Atividade – Ferconsult	37
Quadro 11 - Indicadores de Atividade – Metrocom	38
Quadro 12 - Alinhamento das Atividades com os ODS	39
Quadro 13 - Análise de riscos à corrupção	41
Quadro 14 - Resultados	44
Quadro 15 – Rendimentos Operacionais	45
Quadro 16 – Gastos Operacionais	45
Quadro 17 - Gastos com Pessoal	46
Quadro 18 - Resultados Financeiros	46
Quadro 19 - Plano de Redução dos Gastos	47
Quadro 20 - Variação de caixa e seus equivalentes	
Quadro 21 - Atividade de Financiamento	
Quadro 22 - Despesa de investimento	50
Quadro 23 - Evolução do Investimento	50
Quadro 24 - Ativo Total	51
Quadro 25 - Passivo e Capital Próprio	51
Quadro 26 - Rating do ML	
Quadro 27 - Estrutura do Passivo Remunerado	
Quadro 28 - Indicadores de Produtividade	
Quadro 29 - Interesses Minoritários	
Quadro 30 - Evolução 2018-2017	
Quadro 31 - Contas consolidadas 2018	
Quadro 32 - Contas consolidadas 2017	57
Quadro 33 - Efetivo global	
Quadro 34 - Acidentalidade laboral	
Quadro 35 - Acidentalidade laboral - 2018	
Quadro 36 - Objetivos de gestão	
Quadro 37 - Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE - Conta de Gerência 2018	
Quadro 38 - Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados	
Quadro 39 – Passivo remunerado e variação do endividamento	
Quadro 40 - Prazo Médio de Pagamento	
Quadro 41 - Dívidas vencidas	
Quadro 42 - Identificação dos membros do Conselho de Administração	
Quadro 43 - Identificação da Comissão de Fiscalização	
Quadro 44 - Identificação do Revisor Oficial de Contas	
Quadro 45 - Identificação do Auditor Externo	
Quadro 46 - Acumulação de funções do Conselho de Administração	
Quadro 47 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração	
Quadro 48 - Benefícios sociais do Conselho de Administração	
Quadro 49 - Remuneração do Conselho Fiscal	
Quadro 50 - Remuneração anual do Conselho Fiscal	
Quadro 51 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas	
Quadro 52 - Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo	









Quadro 53 - Estatuto do Gestor Publico	/8
Quadro 54 - Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento	78
Quadro 55 - Gastos com comunicações	78
Quadro 56 - Gastos associados a viaturas	79
Quadro 57 - Encargos com viaturas	79
Quadro 58 - Plano de redução de custos	82
Quadro 59 - Disponibilidades no IGCP	82
Quadro 60 - Disponibilidades na banca comercial	83
Quadro 61 - Informação divulgada site do SEE	83
Quadro 62 - Quadro resumo - Cumprimento de obrigações legais I	84
Quadro 63 - Quadro resumo - Cumprimento de obrigações legais II	85
Quadro 64 - Balanço individual em 31 de dezembro de 2018	87
Quadro 65 - Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2018	88
Quadro 66 - Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018	89
Quadro 67 - Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2017 e 2018	90
Quadro 68 – Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018	
Quadro 69 - Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2018	
Quadro 70 - Demonstração consolidada de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018	
Quadro 71 - Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2017 e 2018	
Quadro 72 - Demonstração consolidada do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018	
Quadro 73 - Tabela resumo GRI - I	220
Quadro 74 - Tabela resumo GRI - II	
Quadro 75 - Tabela resumo GRI - III	
Quadro 76 - Tabela resumo GRI - IV	
Quadro 77 - Tabela resumo GRI - V	
Quadro 78 - Alinhamento dos <i>stakeholders</i> com as formas de auscultação	
Quadro 79 - Alinhamento dos aspetos materiais	
Quadro 80 - Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira	
Quadro 81 - Tabela de correspondência com o Setor Público Empresarial	
NDICE DE GRÁFICOS	
Gráfico 1 - Receitas acumuladas - 2018	28
Gráfico 2 - Disponibilidade média mensal do material circulante	
Gráfico 3 - Fiabilidade de material circulante, considerando todas as ocorrências (média 12 meses) (km)	
Gráfico 4 - Fiabilidade de material circulante, considerando ocorrências com supressão de comboios (média móvel 12 me	
Gráfico 5 - Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal	
Gráfico 6 - Fiabilidade de infraestrutura principal (média móvel de 12 meses)	
Gráfico 7 - Evolução dos Gastos Totais	
Gráfico 8 - Distribuição do endividamento	
Gráfico 9 - Maturidade do Financiamento	
Gráfico 10 - Taxa de juro implícita	
Gráfico 11 - Caracterização do efetivo do Grupo ML	
Gráfico 12 - Idade do efetivo do Grupo ML	
Gráfico 13 - Rácio entre o salário mais baixo no Grupo ML e salário mínimo nacional	
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens	
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens	61
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens	61 70
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens Gráfico 15 - Média de horas de formação por colaborador Gráfico 16 - Eficiência energética (pass.km/kWh) Gráfico 17 - Consumo de lâmpadas	61 70 70
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens Gráfico 15 - Média de horas de formação por colaborador Gráfico 16 - Eficiência energética (pass.km/kWh) Gráfico 17 - Consumo de lâmpadas Gráfico 18 - Consumo de papel (kg)	61 70 70 71
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens Gráfico 15 - Média de horas de formação por colaborador Gráfico 16 - Eficiência energética (pass.km/kWh) Gráfico 17 - Consumo de lâmpadas Gráfico 18 - Consumo de papel (kg) Gráfico 19 - Consumo de aço (t)	61 70 70 71
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens Gráfico 15 - Média de horas de formação por colaborador Gráfico 16 - Eficiência energética (pass.km/kWh) Gráfico 17 - Consumo de lâmpadas Gráfico 18 - Consumo de papel (kg) Gráfico 19 - Consumo de aço (t) Gráfico 20 - Consumo de betão (m³)	61 70 70 71 71
Gráfico 14 - Rácio do salário base entre mulheres e homens Gráfico 15 - Média de horas de formação por colaborador Gráfico 16 - Eficiência energética (pass.km/kWh) Gráfico 17 - Consumo de lâmpadas Gráfico 18 - Consumo de papel (kg) Gráfico 19 - Consumo de aço (t)	61 70 70 71 71











Gráfico 22 - Consumo de abraçadeiras (un.)	71	
Gráfico 23 - Consumo de cabo (m)		
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES		
INDICE DE IEOSTRAÇOES		
Ilustração 1 – Stakeholders do Grupo Metro	7	
Ilustração 2 - Diagrama de rede	9	
Ilustração 3 - Organograma		
Ilustração 4 - Modelo de Criação de Valor do ML	23	
Ilustração 5 - Rede atual	42	
Ilustração 6 - Rede futura	42	
Ilustração 7 - Perímetro de consolidação do Grupo ML	56	
Ilustração 8 - Matriz de materialidade		









# **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

# RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 2018 DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

#### 1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)<sup>1</sup> e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)<sup>2</sup>, cabe ao Conselho Fiscal (CF) exercer a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão Único<sup>3</sup>, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ML e respetivas participadas ("Grupo ML" <sup>4</sup>) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018<sup>5</sup>, atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC), emitidas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), os Relatórios de Auditoria do Auditor Externo<sup>6</sup> e os correspondentes Relatórios Adicionais<sup>7</sup>.

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2018, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 1115, de 12 de março de 2019, competindo, nessa medida, ao CF a verificação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, bem como da apresentação do Relatório Anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar a informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Apresentados ao CF, pelo ROC e pelo Auditor Externo, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.



¹ O n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Apresentado ao abrigo do n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), Ferconsult — Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), Metrocom, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais, S.A., TREM — Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II — Aluguer de Material Circulante, A.C.E. As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans — Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., Publimetro — Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. e Otlis — Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.) estão incluídos nas contas consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão em 27 de junho de 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Emitidos ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

#### **CONSELHO FISCAL**



mencionado diploma legal, conforme determina o n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)<sup>8</sup>.

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

- a) A ML é uma entidade pública empresarial que se rege pelos respetivos Estatutos e pelo RJSPE;
- b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas a 2018, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 24 de junho de 2019, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)<sup>9</sup> e com as Normas Internacionais (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada, pelo segundo ano consecutivo, de acordo com as diretrizes do GRI Standards;
- c) As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2015, de 2016 e de 2017 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela, tendo o Conselho de Administração procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios por considerar que as referidas demonstrações financeiras e as propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas;
- d) A ML é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como entidade pública reclassificada, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública.

# 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017<sup>10</sup>, acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade da ML e do Grupo ML ao longo de 2018, a gestão e os resultados, destacando-se as seguintes atividades:

- Análise das propostas de plano de atividades e orçamento para 2018 com a emissão dos respetivos pareceres;
- Elaboração de relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução trimestral de 2018;

O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho dos então Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto e do Ambiente, de 25 de janeiro de 2017.



<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Aprovado através do já mencionado Decreto-Lei n.º 133/2013.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

#### **CONSELHO FISCAL**



- Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
- d) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
- e) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;
- f) Análise do Relatório de gestão único apresentado em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2018 e respetivos anexos, do Relatório do governo societário e das Demonstrações não financeiras. Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas, com a presença do ROC e de todos os membros do CF;
- g) Realização de 18 reuniões, com a presença de todos os membros do CF, bem como a consulta de todas as atas do CA.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores EXternos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores da ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

# 3. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Relatório de Gestão, apresentado pelo CA, sob a forma de relatório único, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC, reflete adequadamente a atividade da ML e do Grupo ML durante o exercício de 2018, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do referido exercício.

Dada a sua importância no desempenho global da ML e do Grupo ML, o CF realça, ainda que em síntese, os seguintes aspetos identificados naquele relatório:

 a) Continuidade da orientação para o cliente, com vista a uma melhoria progressiva no desempenho operacional e consequente aumento da qualidade do serviço prestado pela ML.
 Neste contexto, foi dado prosseguimento à empreitada de remodelação da estação de Arroios





(alargamento do cais para seis carruagens) e iniciada a requalificação e modernização de várias estações (iluminação, limpeza, refrescamento e melhoria de equipamentos, da sinalética e das acessibilidades)<sup>11</sup>, à recuperação do material circulante e ao reforço do quadro de pessoal (acréscimo líquido de 10 oficiais para a área da manutenção e obtenção de autorização para admissões a concretizar em 2019: 20 agentes de tráfego e 10 oficiais para a manutenção);

- Aumento da oferta condicionado pela indisponibilidade de material circulante devido a imobilização para manutenção programada durante parte significativa do ano. Ainda assim, e face à evolução positiva registada no último trimestre, foi possível atingir os aumentos de 4,5% e 4,6%, respetivamente em "carruagens x km." e "lugares x km.", acompanhando assim o crescimento da procura que se regista desde 2014, tendo-se verificado em 2018 um acréscimo de 4,2% do indicador "passageiros com títulos pagos" (+6,2 milhões de passageiros) e um acréscimo de 5,9% do indicador "passageiros x Km. transportado", face a 2017. Nesse contexto, registou-se o crescimento da receita de serviço público em cerca de 5,1%, situando-se em 110,7 milhões de euros (105,3 milhões de euros em 2017), por via do acréscimo das quantidades de títulos vendidos e dos aumentos tarifários concretizados em janeiro de 2018, designadamente de 1,4% nos títulos intermodais e de 2,0% nos restantes títulos;
- c) Prosseguimento do projeto de expansão da rede (ligação das linhas Amarela e Verde), designadamente com a autorização da correspondente despesa, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2018, de 13 de dezembro, e concretização dos estudos e das fases de projeto necessários para o lançamento do concurso para a conceção/construção dos toscos da extensão Rato/Cais do Sodré;
- d) Consolidação do Plano de Reorganização da participada Ferconsult, com o foco da sua atividade em projetos para a ML e a concentração dos seus serviços corporativos na ML.

A 31 de dezembro de 2018, as <u>demonstrações financeiras individuais</u> da ML evidenciam uma melhoria da <u>situação patrimonial</u> da empresa face a 31 de dezembro de 2017, traduzida num capital próprio de 741.793.733 euros (+138.491.622 euros), ascendendo o ativo total a 5.377.613.273 euros (+64.831.808 euros) e o passivo total a 4.635.819.540 euros (-73.659.814 euros).

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Ainda em 2018 alguns dos projetos de melhoria das acessibilidades ficaram concluídos, nomeadamente nas estações Roma, Baixa Chiado e Rato.



# Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

#### **CONSELHO FISCAL**



Porém, tal evolução resulta exclusivamente do aumento do capital social, 175,2 milhões de euros totalmente subscritos e realizados em dinheiro, dado que a empresa continua a gerar prejuízos significativos (27,9 milhões de euros em 2018, o que representa um agravamento de 13,8% face ao resultado líquido negativo de 24,5 milhões de euros atingido em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo remunerado da ML ascendia a 3.779,7 milhões de euros, representando um aumento de 9,9% (+339,0 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2017), invertendo-se assim a tendência de diminuição verificada nos anos anteriores. É de salientar que os empréstimos do Tesouro ascendem já a 43,9% do total (36,0% em 31 de dezembro de 2017), registando-se a diminuição do peso dos empréstimos obrigacionistas (de 38,1% para 34,7%) e da dívida ao BEI (de 16,9% para 13,5%).

O investimento capitalizado em 2018 no ativo fixo da ML<sup>12</sup> ascendeu a 13,0 milhões de euros (aumento de 162%, +8,0 milhões de euros, face a 2017), sendo de destacar:

- ILD prolongamento Amadora-Este/Reboleira (3,3 milhões de euros), prolongamento Rato/Cais do Sodré (2,7 milhões de euros) e remodelação das linhas Amarela, Verde e Vermelha (4,7 milhões de euros);
- Equipamento administrativo (1,6 milhões de euros), nomeadamente equipamento informático, aplicações de suporte ao negócio e implementação do sistema Plago.

Numa ótica de <u>fluxos financeiros</u>, em 2018, os cash-flows gerados pela atividade operacional (3,7 milhões de euros) e pela atividade de financiamento (2,7 milhões de euros), não foram suficientes para a cobertura do défice gerado pela atividade de investimento (-12,1 milhões de euros), pelo que foi necessário recorrer ao saldo de caixa, no montante de 5,8 milhões de euros.

Neste contexto, a sustentabilidade da empresa continua dependente da <u>manutenção do modelo de</u> <u>financiamento</u> através do detentor do capital estatutário.

O <u>resultado operacional</u> apresentou um decréscimo de 6,1 milhões de euros (3,3 milhões de euros positivos em 2018 face a cerca de 9,4 milhões de euros em 2017) em resultado, sobretudo, da conjugação dos seguintes aspetos:

Variação desfavorável do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de risco (-10,6 milhões de euros);

<sup>12</sup> Formação Bruta de Capital Fixo.



#### **CONSELHO FISCAL**



- Aumento dos Gastos com o pessoal (+7,1 milhões de euros), justificado essencialmente pelos encargos resultantes do disposto no artigo 21.º da LOE 2017 (retoma dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho), das valorizações remuneratórias previstas na LOE 2018, pelas novas admissões de trabalhadores e pelos gastos efetuados pela empresa para repor níveis de serviço e de manutenção (trabalho suplementar e trabalho noturno);
- Acréscimo da receita de serviço público (+5,4 milhões de euros) suportado no acréscimo das quantidades de títulos vendidos e nos aumentos tarifários concretizados em janeiro de 2018;
- Variação favorável da rubrica Outros gastos (-8,9 milhões de euros), sobretudo pela não ocorrência em 2018 dos encargos registados em 2017 referentes a diferenças de câmbio desfavoráveis;
- Aumento dos encargos com Fornecimentos e Serviços Externos (+2,6 milhões de euros),
   essencialmente para garantir a qualidade do serviço público prestado.

O <u>resultado financeiro</u> negativo continua a ser muito elevado (31,1 milhões de euros), tendo diminuído apenas 2,0 milhões de euros face a 2017.

As <u>demonstrações financeiras consolidadas</u> reportadas a 31 de dezembro de 2018 refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

De realçar o peso muito significativo da ML no conjunto do Grupo ML, pelo que não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e as consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5.516.427.547 euros, um passivo total de 4.779.616.658 euros e um capital próprio de 736.810.888 euros.

Ainda assim, salienta-se que o passivo remunerado do Grupo ML, em 31 de dezembro de 2018, ascendia a 3.963,0 milhões de euros, sendo que a diferença (+183,3 milhões de euros) para o passivo remunerado da ML corresponde ao valor ainda em dívida dos financiamentos obtidos na banca comercial para aquisição de material circulante (subsidiárias TREM, ACE e TREM II, ACE).

O <u>resultado líquido consolidado</u> em 2018 ascendeu a -27,9 milhões de euros, demonstrando a insuficiência dos resultados operacionais (+3,3 milhões de euros) para fazer face aos resultados financeiros (-31,2 milhões de euros).





Assim, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira da ML e do Grupo ML, é desejável o seguinte:

- a) Definir os termos e as condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);
- Manter o modelo de financiamento através do detentor do capital estatutário, tendo como principais objetivos a regularização da atual situação de insuficiência dos capitais próprios e a redução do passivo remunerado;
- c) Continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, consequentemente, da receita tarifária.

# 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2018, respetivamente da ML e do Grupo ML, foram objeto da revisão do ROC, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu as competentes CLC, bem como de auditoria externa. Nos documentos emitidos pelo ROC e pelos auditores externos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, datadas de 27 de junho de 2019, expressam uma opinião com reservas (cinco reservas por limitação do âmbito e três ênfases).

Três reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML, designadamente:

a) As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros efeitos decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, em 23 de março de 2015. Acresce que, por falta de informação suficiente, não é possível concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas relativas à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transporte do metropolitano de Lisboa e à anulação do correspondente contrato de subconcessão;



8 / 13

- b) Permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das ILD, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de ILD, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2018;
- c) O balanço inclui no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2018, o montante de 29,8 milhões de euros relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora.

As matérias objeto de duas novas reservas são as seguintes:

- d) A análise efetuada ao reconhecimento do rédito proveniente de títulos combinados e intermodais, dado estar em curso um processo de melhoria dos atuais procedimentos de validação e método de repartição, não permitiu avaliar com segurança o efeito que a conclusão de tal processo poderá ter sobre as demonstrações financeiras;
- e) A análise efetuada ao saldo da rubrica de Inventários em 31 de dezembro de 2018, no montante de 7,1 milhões de euros, revelou que a ML não dispõe de mecanismos suficientes de controlo físico de inventários e análises de obsolescência, não tendo sido possível concluir quanto à razoabilidade e valor de realização daquele saldo, quanto à eventual necessidade de reforço das perdas por imparidade e quanto ao impacte na determinação do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período.

Os Relatórios de Auditoria, relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, emitidos nos termos requeridos pelo art.º 245º, n.º 1, alínea b), do Código dos Valores Mobiliários, datados de 28 de junho de 2019, expressam uma opinião com reservas (seis reservas e três ênfases).

As CLC e os relatórios de auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva, verificandose apenas uma diferença quanto à respetiva forma de apresentação, já que à reserva das CLC identificada na alínea a) supra correspondem duas reservas dos relatórios de auditoria.

Neste contexto, urge a adoção de medidas que permitam a mitigação das insuficiências antes relatadas, nomeadamente a definição dos termos e das condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML, a realização de auditorias aos procedimentos e métodos de





repartição das receitas provenientes de títulos combinados e intermodais e o reforço do controlo interno na área de inventários.

# 5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO "ACIONISTA"

Relativamente às obrigações legais¹³ e orientações transmitidas pela DGTF¹⁴ aplicáveis à empresa, importa sublinhar que através do Despacho n.º 343/18, de 10 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi aprovada a proposta de plano de atividades e orçamento para 2018 e foram autorizadas exceções para (i) aumentar os gastos com estudos, pareceres e projetos (até ao limite de 2.043 mil €), (ii) aumentar os gastos com a frota automóvel (até ao limite de 262 mil €), (iii) o não crescimento do EBITDA, (iv) o não crescimento do EBIT e (v) a variação do endividamento não ficar limitada a 2%.

Neste contexto, destacam-se as seguintes matérias:

# a) Objetivos de Gestão e Orçamento para 2018

Não foram fixados objetivos de gestão para 2018, pelo que o relatório de gestão evidencia o grau de execução do plano de atividades e orçamento para 2018 (que foi objeto de aprovação pelas tutelas financeira e setorial) e do orçamento carregado no SOE<sup>15</sup>, justificando os principais desvios.

# Eficiência Operacional<sup>16</sup>

Em 2018, observou-se um agravamento do peso dos gastos operacionais<sup>17</sup> no volume de negócios<sup>18</sup> (102%) face ao executado em 2017 (100%) e face ao orçamentado para o mesmo período (100%).

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração.



<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Designadamente das normas contidas na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE 2018) e no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que estabelece as normas de execução do Orçamento para 2018 (DLEO 2018).

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Ofício circular n.º 1115, de 12 de março de 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Sistema de Orçamento do Estado.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Estabelecida no artigo 145.º do DLEO 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Para efeito do cálculo do rácio da eficiência operacional, os gastos operacionais correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal, estes últimos corrigidos dos efeitos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro).

#### Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

#### **CONSELHO FISCAL**



Relativamente aos gastos com pessoal, corrigidos dos impactos das indemnizações, dos encargos resultantes do disposto no artigo 21.º da LOE 2017 e das valorizações remuneratórias previstas na LOE 2018, observou-se um aumento de 1,8 milhões de euros face a 2017, essencialmente justificado pelas novas admissões de trabalhadores (840 mil de euros) e pelos gastos efetuados pela empresa para repor níveis de serviço e de manutenção (591 mil euros).

Registou-se um aumento de 143 mil euros no conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel face ao ano anterior, bem como um aumento de 77 mil euros face ao orçamentado e aprovado para 2018. Não obstante a ML ter reduzido o seu parque automóvel em 5 viaturas face a 2017, observou-se um aumento dos gastos associados em cerca de 96 mil euros, que é justificado "pelo processo de renovação da frota por viaturas em regime de leasing operacional e por gastos não previstos de caracterização de viaturas e de recondicionamento e inspeção para entrega no final do contrato leasing."

Em 2018, os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria registaram um aumento de 31 mil euros face ao período homólogo do ano anterior, ainda assim abaixo do valor orçamentado e aprovado para o período.

# Evolução dos recursos humanos

Em 2018, a ML aumentou o número líquido de efetivos (em 31 de dezembro de 2018 a ML dispunha de um quadro com 1.416 efetivos<sup>19</sup> quando em 2017 ascendia a 1.408<sup>20</sup>), em resultado da contratação de 10 trabalhadores para a área de manutenção, decorrente da competente autorização conferida para o efeito.

# d) Estatuto do Gestor Público (EGP)<sup>21</sup>

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afeto às viaturas de serviço.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.



<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Não considerando os órgãos sociais.

<sup>20</sup> Idem



Através de carta de 26 de maio de 2017, a ML solicitou a revisão da classificação da empresa, para empresa do grupo A, nos termos e para os efeitos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro. Na ausência de resposta à referida solicitação, em outubro de 2018 foram alteradas as remunerações auferidas pelos membros do CA, tendo por referência a classificação da ML como empresa do grupo B.

# e) Limites ao crescimento do endividamento

Em 2018, o endividamento da ML apresentou um crescimento de 8,8%. Contudo, a ML foi excecionada, no âmbito da aprovação do PAO 2018, quanto ao cumprimento do limite de 2% previsto na LOE 2018. Sublinha-se que o referido aumento resulta essencialmente do empréstimo do Estado contratado pela ML para o pagamento dos compromissos no âmbito dos contratos SWAP.

# f) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

A ML foi dispensada<sup>22</sup> do cumprimento da UTE exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para a conta da ML domiciliada no IGCP.

# g) Contratação Pública

No relatório de gestão, a ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos<sup>23</sup> e que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública. Neste âmbito, o CF destaca que a ML apenas celebrou um contrato de valor superior a 5 milhões de euros (aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica com agregação de entidades adjudicantes com a CARRIS, da qual resulta uma redução de custos).

# h) <u>Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso</u>

De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 31 de dezembro de 2018, o PMP era de 12 dias e os pagamentos em atraso de 64 milhares de euros.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a última alteração conferida pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.



<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Através do parecer da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, de 30 de agosto de 2018. Aplicável em 2018 e 2019.

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. CONSELHO FISCAL



# Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio da internet e no sítio do SEE.

# 6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º do RJSPE, a ML apresentou o RGS 2018, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM). Em anexo ao RGS 2018, a ML apresentou o relatório que inclui a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2 do artigo 66.º-B do CSC.

Tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2018, incluindo os respetivos anexos e o parecer expresso pelo ROC nas CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2018 da ML, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 27 de junho de 2019, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o RGS 2018 inclui os elementos que são exigíveis à ML nos termos previstos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.

#### 7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da ML (individuais e consolidadas) evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade da empresa e do respetivo Grupo durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a sua situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2018.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:

Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e
 Consolidadas e respetivos anexos da ML, respeitantes ao exercício de 2018, atentas as reservas e ênfases expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas;



b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado pela ML no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de 27.892.434,94 euros, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 01 de julho de 2019.

(José Carlos Pereira

Nunes)

O Conselho Fiscal

Presidente Vogal efetiva

(Cristina Maria Pereira (Margai Freire) Fre

(Margarida Carla Campos Freitas Taborda)

Vogal efetiva





Tel: +351 217 990 420 Fax: +351 217 990 439 www.bdo.pt

#### **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

# RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5 516 427 547 euros e um total de capital próprio de 736 810 888 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 27 892 435 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 6 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 3 e 6 do anexo às demonstrações financeiras, o Grupo considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar pertence ao Estado Português, registando assim, no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de longa duração", no valor acumulado de 5 111,6 milhões de euros que, a 31 de dezembro de 2018, permanece registado ao custo, incluindo ativos fixos tangíveis que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no valor de 2 128 milhões de euros, bem como uma conta a receber do Estado de 2 955 milhões de euros. De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos em infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo 2 326,3 milhões de euros no passivo não corrente e 900,0 milhões de euros no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Grupo, da eventual obrigação do Estado de reembolsar o Grupo pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de 2 955 milhões de euros, o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nos resultados e no capital próprio do Grupo.



- 2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo do Grupo, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2018 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
- 3. Em 28 de março de 2016, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Grupo, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
- 4. No ativo corrente, a rubrica de "Outros créditos a receber" inclui 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2017) de obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
- 5. O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público inclui, para além das receitas provenientes da venda de títulos de transporte na rede própria, a repartição do produto da venda de: (i) passes sociais intermodais, (ii) passes combinados e (iii) viagens ocasionais/zapping, os quais são registados com base na informação transmitida por uma entidade externa, a qual, à data do fecho de contas, não só não tinha ainda completamente implementados os procedimentos de validação dos processos associados às referidas repartições, como não reconhece o rédito quando a obrigação de desempenho é satisfeita, por o sistema informático disponível não disponibilizar a informação necessária, facto que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho. Salienta-se, contudo, que conforme se refere na nota 35 do anexo as demonstrações financeiras consolidadas, entrou em vigor no dia 1 de abril de 2019 o "Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos", que originou uma alteração significativa das regras de financiamento e de repartição de receita entre os operadores intervenientes e a descontinuidade do modelo implementado à data.
- 6. O balanço apresenta em 31 de dezembro de 2018, o montante de 7 135 milhares de euros em Inventários que não se encontram reconciliados com os bens existente fisicamente em armazém, nomeadamente com as peças sobresselentes. Encontram-se em curso procedimentos de reforço do controlo interno de forma a apurar e reconciliar as diferenças materiais anteriormente referidas, os quais não se encontram ainda concluídos, situação que constituiu uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção



"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

# Ênfases

- 1. Apesar do ativo corrente (81,6 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (1 740 milhões de euros), conforme referido nas notas 3.3 e 18 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas: o Grupo tem uma "atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado"; e "O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista".
- 2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 2014 a 2017 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.
- 3. Conforme se refere na nota 35 do anexo as demonstrações financeiras o Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31/12), no seu artigo 234.º, previa a implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, e respetivo modo e regras de financiamento. Este novo sistema, que em Lisboa, permitiu uma significativa redução do número de títulos de transporte e a criação de dois novos passes com diferentes perfis (Navegante Municipal e Navegante Metropolitano) com novas regras de repartição de receita entre os operadores intervenientes, entrou em vigor no dia 1 de abril de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção das "Base para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:



#### Matéria relevante de auditoria

#### Síntese da resposta de auditoria

#### 1. Valorização de instrumentos financeiros

Na sequência das operações de financiamento, o Grupo subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por 19,9 milhões de euros (31dez17: 24,1 milhões de euros) e no passivo por 422,6 milhões de euros (31dez17: 564,3 milhões de euros).

Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.

As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3, 6, 11 e 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

A resposta de auditoria envolveu essencialmente a análise comparativa das avaliações efetuadas pelas entidades financeiras e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública (IGCP), com referência a 31 de dezembro de 2018.

#### 2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego

A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição do Grupo, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.

As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3, 6, 17 e 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Abordagem substantiva, que incluiu: (i) A compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) Indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) Verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) Análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis do Grupo; e (v) Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

# Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.



- Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- (vii) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- (viii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (ix) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.°, n.° 3, al. e) do Código das Sociedades Comercias, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

## Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Metropolitano, nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas



incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pela primeira vez, em 1 de janeiro de 2017, para o exercício de 2016, e fomos subsequentemente designados como auditores para os exercícios de 2017 e 2018.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 21 de junho de 2019.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.°, n.° 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de junho de 2019

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de

BDO & Associados - SROC



Tel: +351 217 990 420 Fax: +351 217 990 439 www.bdo.pt

#### **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5 377 613 273 euros e um total de capital próprio de 741 793 733 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 27 892 435 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 6 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

- 1. Conforme divulgado nas notas 4 e 7 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de longa duração", no valor acumulado de 5 111,6 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018, incluindo ativos fixos tangíveis que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no valor de 2 128,0 milhões de euros, bem como uma conta a receber do Estado de 2 955,0 milhões de euros. De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos em infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo 2 326,3 milhões de euros no passivo não corrente e 1 205,6 milhões de euros no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de 2 955,0 milhões de euros, o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nos resultados e no capital próprio do Metropolitano.
- 2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a



universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras de 2015 a 2018 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

- 3. Em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Metropolitano, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
- 4. No ativo, a rubrica de "Diferimentos" inclui 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2017) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.
- 5. O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público inclui, para além das receitas provenientes da venda de títulos de transporte na rede própria, a repartição do produto da venda de: (i) passes sociais intermodais, (ii) passes combinados e (iii) viagens ocasionais/zapping, os quais são registados com base na informação transmitida por uma entidade externa, a qual à data do fecho de contas, não tinha ainda completamente implementados os procedimentos de validação dos processos associados às referidas repartições, facto que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho. Salienta-se, contudo, que conforme se refere na nota 37 do anexo as demonstrações financeiras, entrou em vigor no dia 1 de abril de 2019 o "Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos", que originou uma alteração significativa das regras de financiamento e de repartição de receita entre os operadores intervenientes e a descontinuidade do modelo implementado à data.
- 6. O balanço apresenta em 31 de dezembro de 2018, o montante de 7 135 milhares de euros em Inventários que não se encontram reconciliados com os bens existente fisicamente em armazém, nomeadamente com as peças sobresselentes. Encontram-se em curso procedimentos de reforço do controlo interno de forma a apurar e reconciliar as diferenças materiais anteriormente referidas, os quais não se encontram ainda concluídos, situação que constituiu uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfases

- 1. O total do capital próprio apresenta-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (68,0 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (1 727,1 milhões de euros), conforme referido nas notas 4.1 e 20 do anexo: o Metropolitano tem uma "atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado"; e "O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista".
- 2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras dos exercícios de 2014 a 2017 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.
- 3. Conforme se refere na nota 37 do anexo as demonstrações financeiras o Orçamento de Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018, de 31/12), no seu artigo 234.º, previa a implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, e respetivo modo e regras de financiamento. Este novo sistema, que em Lisboa, permitiu uma significativa redução do número de títulos de transporte e a criação de dois novos passes com diferentes perfis (Navegante Municipal e Navegante Metropolitano) com novas regras de repartição de receita entre os operadores intervenientes, entrou em vigor no dia 1 de abril de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção das "Base para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:



#### Matéria relevante de auditoria

## Síntese da resposta de auditoria

#### 1. Valorização de instrumentos financeiros

Na sequência das operações de financiamento, o Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por 19,9 milhões de euros (31dez17: 24,1 milhões de euros) e no passivo por 422,6 milhões de euros (31dez17: 564,3 milhões de euros).

Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados.

As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 7, 12 e 19 do anexo às demonstrações financeiras.

A resposta de auditoria envolveu essencialmente a análise comparativa das avaliações efetuadas pelas entidades financeiras e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública (IGCP), com referência a 31 de dezembro de 2018.

## 2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego

A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.

As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 7, 19 e 21 do anexo às demonstrações financeiras.

Abordagem substantiva, que inclui: (i) A compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) Indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) Verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) Análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; e (v) Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

# Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.



- Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.°, n.° 3, al. e) do Código das Sociedades Comercias, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

# Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.°, n.º4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), i) e m) do referido artigo.



## Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014

Dando cumprimentos ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pela primeira vez, em 1 de janeiro de 2017, para o exercício de 2016, e fomos subsequentemente designados como auditores para os exercícios de 2017 e 2018.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 21 de junho de 2019.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.°, n.° 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de junho de 2019

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de

BDO & Associados - SROC



# ALNES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do *ML* – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5.516.427.547 euros e um total de capital próprio de 736.810.888 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível a acionistas da empresa-mãe de 27.892.435 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do *ML* – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião com reservas

- 1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo do ML em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo Grupo decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018.
- 2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 6 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não corrente compreende o montante de 5.111.618.059 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não se classifica como ativos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber do Estado; o passivo inclui o montante de 3.531.928.293 euros (do qual 2.326.298.242 euros classificado como não corrente), relacionado com os respetivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir

Aerz



quanto à adequação da política contabilística adotada pelo Grupo relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

- 3. Conforme divulgado na nota 14 do anexo, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2018, na rubrica "Outros créditos a receber", o montante de 29.811.115 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas pelo Grupo por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.
- 4. O rédito relativo à prestação de serviço de transporte público de passageiros por parte do Grupo inclui receitas provenientes de títulos combinados e intermodais, cuja repartição é efetuada, respetivamente, com base em acordos entre os operadores envolvidos e por intermédio de quotas determinadas num inquérito de tráfego realizado em 2007. Da análise efetuada ao reconhecimento do rédito proveniente destes títulos, constatámos que se encontra em curso um processo de melhoria dos procedimentos de validação e do método de repartição atualmente utilizados, não nos sendo possível avaliar com segurança o efeito que a respetiva conclusão poderá ter sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.
- 5. A nossa análise ao saldo da rubrica de balanço "Inventários" em 31 de dezembro de 2018, no montante de 7.134.976 euros, revelou que o Grupo não dispõe de mecanismos suficientes de controlo físico de inventários e análises de obsolescência. Consequentemente, e na ausência das informações necessárias à execução dos testes de auditoria que se revelariam apropriados, não pudemos concluir quanto à razoabilidade e valor de realização do referido saldo, quanto à eventual necessidade de reforço das perdas por imparidade e quanto ao impacte desta situação na determinação do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfases

- 1. As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.
- 2. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras consolidadas do ML relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015, 2016 e 2017, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial, tal como as demonstrações financeiras individuais. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão sobre as contas individuais, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.
- 3. Conforme referido na nota 37 do anexo, entrou em vigor em 1 de abril de 2019 o novo sistema de passes da região de Lisboa que consiste na criação de duas modalidades de passes "Navegante", passando a ser aplicadas novas regras de repartição de receita entre os operadores intervenientes. Na presente data, não é possível avaliar



nem quantificar quais os impactes desta significativa alteração tarifária, quer a nível da oferta de serviço, quer na procura e na receita do serviço de transporte prestado pelo Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

# 1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo, especificamente o ML, contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.  Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;  • Análise das avaliações efetuadas pelas entidades bancárias;  • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.17, 6.9 e 11 do anexo são adequadas.

#### 2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo, especificamente o ML, tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do Grupo relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data da demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;  • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado;  • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 3.16 e 19 do anexo são adequadas.
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à	



Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
mensuração das responsabilidades com benefícios pós- emprego é significativo.	

# Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as normas internacionais de contabilidade tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a



nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria:
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, apresentado sob a forma de relatório único tal como previsto no artigo 508.º-C, n.º 6 do mesmo diploma legal, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

#### Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

## Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

## Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:



- Fomos eleitos como Revisor Oficial de Contas do *ML Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 27 de junho de 2019

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)



# ALNES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, Lda.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

# RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5.377.613.273 euros e um total de capital próprio de 741.793.733 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 27.892.435 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *ML* – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

- 1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os ajustamentos e eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.
- 2. Conforme divulgado nas notas 4.1 e 7 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não corrente compreende o montante de 5.111.618.059 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não se classifica como ativos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber do Estado; o passivo inclui o montante de 3.531.928.293 euros (do qual 2.326.298.242 euros classificado como não corrente), relacionado com os respetivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo

A



ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

- 3. Conforme divulgado na nota 16 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2018, na rubrica "Diferimentos ativos trabalhos por conta de terceiros", o montante de 29.811.115 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.
- 4. O rédito relativo à prestação de serviço de transporte público de passageiros por parte da Entidade inclui receitas provenientes de títulos combinados e intermodais, cuja repartição é efetuada, respetivamente, com base em acordos entre os operadores envolvidos e por intermédio de quotas determinadas num inquérito de tráfego realizado em 2007. Da análise efetuada ao reconhecimento do rédito proveniente destes títulos, constatámos que se encontra em curso um processo de melhoria dos procedimentos de validação e do método de repartição atualmente utilizados, não nos sendo possível avaliar com segurança o efeito que a respetiva conclusão poderá ter sobre as demonstrações financeiras em apreço do ML.
- 5. A nossa análise ao saldo da rubrica de balanço "Inventários" em 31 de dezembro de 2018, no montante de 7.134.976 euros, revelou que a Entidade não dispõe de mecanismos suficientes de controlo físico de inventários e análises de obsolescência. Consequentemente, e na ausência das informações necessárias à execução dos testes de auditoria que se revelariam apropriados, não pudemos concluir quanto à razoabilidade e valor de realização do referido saldo, quanto à eventual necessidade de reforço das perdas por imparidade e quanto ao impacte desta situação na determinação do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

## Ênfases

- 1. As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.
- 2. Conforme divulgado na nóta 1 do anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2015, 2016 e 2017, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.
- 3. Conforme referido na nota 35 do anexo, entrou em vigor em 1 de abril de 2019 o novo sistema de passes da região de Lisboa que consiste na criação de duas modalidades de passes "Navegante", passando a ser aplicadas novas regras de repartição de receita entre os operadores intervenientes. Na presente data, não é possível avaliar



A

nem quantificar quais os impactes desta significativa alteração tarifária, quer a nível da oferta de serviço, quer na procura e na receita do serviço de transporte prestado pelo ML.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

#### 1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  • Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;  • Análise das avaliações efetuadas pelas entidades bancárias;  • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.15, 7.9 e 12 do anexo são adequadas.
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	

#### 2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  • Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;  • Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado;  • Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.14 e 21 do anexo são adequadas.
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à	



Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
mensuração das responsabilidades com benefícios pós- emprego é significativo.	

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações



relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, apresentado sob a forma de relatório único tal como previsto no artigo 508.º-C, n.º 6 do mesmo diploma legal, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

#### Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

#### Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no relatório de governo societário, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

#### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos como Revisor Oficial de Contas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* pela primeira vez por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do *ML Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 27 de junho de 2019

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)